



LUCIO GRINOVER

A cidade, nós e a hospitalidade



A cidade, nós e a Hospitalidade

Lucio Grinover

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:

Odacir Deonísio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:

Nilda Stecanela

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educs:

Simone Côrte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)
Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente
Cleide Calgaro (UCS)
Gelson Leonardo Rech (UCS)
Jayme Paviani (UCS)
Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)
Nilda Stecanela (UCS)
Simone Côrte Real Barbieri (UCS)
Terciane Ângela Luchese (UCS)
Vania Elisabete Schneider (UCS)

A cidade, nós e a Hospitalidade

Lucio Grinover

Arquiteto graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, **LUCIO GRINOVER** percorreu todos os níveis da carreira universitária, atingindo o cargo de professor titular. Foi diretor da FAU-USP por dois mandatos.

Realizou o pós-doutorado na França junto ao ORSTOM (atual IRD – *Institut de Recherche pour le Développement*) e à UNESCO. Pertenceu a diversas organizações acadêmicas e participou da Comissão Brasileira do Programa MaB (Man and the Biosphere), da UNESCO. Além de membro do corpo docente da FAU-USP, atuou como palestrante nas universidades de Hokkaido, Japão, e La Sapienza, em Roma.

Foi professor e coordenador do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Autor de diversos trabalhos científicos publicados em livros e revistas especializadas, ministrou palestras no Brasil e no exterior abordando o tema hospitalidade.



© do autor

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Foto da capa:

Acervo de Lucio Grinover (2017).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

G686c Grinover, Lucio
A cidade, nós e a hospitalidade [recurso eletrônico] / Lucio
Grinover. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

Apresenta bibliografia.
ISBN 978-65-5807-051-1
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Hospitalidade. 2. Turismo. I. Título.

CDU 2. ed.: 338.483.13

Índice para o catálogo sistemático:

1. Hospitalidade	338.483.13
2. Turismo	338.48

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



EDITORA AFILIADA

Sumário

Introdução	7
Capítulo I – A urbanização ontem e hoje	23
Capítulo II – Os paradigmas da hospitalidade	37
A nova cidade medieval na Europa ocidental – a origem da cidade moderna: as <i>bastides</i> e as vilas novas	40
O surgimento das cidades medievais	50
Situação política	52
A estrutura da <i>bastide</i>	56
Exemplos de <i>bastides</i>	61
a) <i>Monflanquin</i>	61
b) <i>Monpazier</i>	64
As comendas dos templários e dos hospitalários	65
La <i>Couvertorade</i> – séculos XI e XVI	66
A Carta foral	68
A cidade contemporânea	71
Hospitalidade e comunicação	76
Capítulo III – A hospitalidade e as mudanças fundamentais no sistema da cidade	79
Novos valores da cidade e na cidade	92
A experiência da cidade e na cidade	100
A economia da experiência do turismo	107
Capítulo IV – Hospitalidade na cidade e suas categorias de análise	112
Valor da mobilidade	125
Os espaços públicos e a acessibilidade	129
Significados do espaço público	131
A norma e a acessibilidade	134
Identidade	136
A territorialidade e a identidade	137
A identidade e o patrimônio	140

Legibilidade: os códigos de leitura da cidade	143
Os elementos de comunicação na cidade	145
Os códigos arquitetônicos na cidade	147
A hospitalidade <i>da</i> e <i>na</i> cidade	151
A hospitalidade e a urbanidade	159
Capítulo V – À procura de políticas de hospitalidade nas cidades ...	166
O acolhimento na cidade	168
Qualidade de vida e hospitalidade	170
Parcerias e estratégias: para uma nova hospitalidade?	176
O ecossistema urbano	177
Novo paradigma	183
Referências	188

Introdução

O que se desenvolverá neste trabalho corresponde à reunião de diversos textos: alguns foram publicados pela Editora Aleph, outros são ainda inéditos. A Editora Aleph deixou de publicar os textos sobre turismo, em geral, e nos deu liberdade de utilizar os de nossa autoria (conforme carta de 2019) da melhor forma, a fim de divulgar as pesquisas que desenvolvemos até hoje sobre a hospitalidade na e da cidade, e que constituem um quadro de resultados a serem utilizados para estudos mais avançados na área em apreço. Escrevemos um texto publicado em forma de *e-book*, *A cidade à procura da hospitalidade*, em 2016, e outro, ainda inédito, denominado *Nós, a cidade e a hospitalidade*, em 2018.

Optamos em agrupar os dois textos para simplificarmos a compreensão das reflexões sobre a cidade e a hospitalidade.

Estes textos pretendem aproximar o campo de análise e estudo da cidade, em seus aspectos teóricos, para estimular pesquisas e reflexões futuras. Também buscam fornecer bases para atividades de planejamento de cidades, do turismo e da hospitalidade, nas cidades que desejam incluir tais valores em seus objetivos, para alcançar melhor qualidade de vida para seus habitantes e seus hóspedes, como já escrevemos em publicações recentes (em *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, v. 11, n. 1, ano 2020).

Á guisa de introdução, queremos esclarecer que, a nosso ver, a hospitalidade é signo de civilização e humanidade, e é uma ligação social que implica valores de solidariedade e sociabilidade. Em *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques* (1933), Marcel Mauss tratava da hospitalidade como

um fenômeno social total, pois, no exercício das prestações e contraprestações, praticar hospitalidade era um dom, um dom de si: não se trocavam bens de consumo, ou coisas úteis economicamente, mas cortesias, ritos, danças. Entretanto, há hoje uma ideia segundo a qual a hospitalidade estaria em declínio e tomaria um sentido novo, no mundo contemporâneo.

Montandon (2004) confirmou essa posição, a partir do fato de a hospitalidade, uma vez codificada, perder sua principal dimensão no seu movimento em direção ao outro. Para o homem moderno ocidental, a hospitalidade já é um assunto privado de relações pessoais num círculo de amigos. Não é mais o estrangeiro que é convidado, mas o amigo, a pessoa conhecida ou o colega de trabalho (MONTANDON. 2004).

Hoje, assiste-se a instrumentalização da hospitalidade pelo dinheiro. A gratuidade do alojamento, do prato na mesa e da segurança deixou lugar a uma troca mediatizada, disse novamente Montandon.

Mesmo concordando, em parte, com Montandon, em relação à perda de atualidade da hospitalidade doméstica, em função de um esgotamento da área de estudo, e a problemas encontrados na estrutura da hospitalidade no âmbito da hotelaria, por se perceber a fuga da hospitalidade clássica na ação de acolher gratuitamente o outro, ou, como Gotman (2004) afirmou, no tratamento do turismo, “não podemos falar em hospitalidade, mas de uma encenação da hospitalidade”.

Nos estudos efetuados por este autor sobre a hospitalidade, nos últimos anos, particularmente da hospitalidade na cidade, afirmou que, analisando o processo de transformação da cidade moderna para a cidade contemporânea, apresenta-se um questionamento fundamental das categorias até então utilizadas

para análise e compreensão da cidade e da hospitalidade, cidade esta que pode perfeitamente ser caracterizada pela existência de uma “administração a quem é outorgado um conjunto de responsabilidades fixadas pela lei” (MONTANDON, 2004).

Este trabalho vem complementar um trabalho anterior desenvolvido no 1º livro *A hospitalidade, a cidade e o turismo* de nossa autoria, editado em 2007 pela Editora Aleph, de São Paulo, no qual se focalizava o desenvolvimento sustentável com base no já clássico “Nosso futuro comum”, livro elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987.

Colocava-se em discussão o desenvolvimento sustentável e as regras que até o momento vigoraram no planejamento da hospitalidade, com base em novos paradigmas, inclusive os do desenvolvimento sustentável da cidade. Discutia-se a hospitalidade na cidade e propunham-se algumas categorias de análise, nas quais se dava a hospitalidade – a acessibilidade, a legibilidade e a identidade relacionadas com a escala da cidade (GRINOVER, 2006) (Figura 1).

Enfrentava-se o que podia ser chamado de “políticas da hospitalidade”, conferindo-lhes, em princípio, as características e a ordenação na identidade de um território. Como instrumento dessa etapa do trabalho, sugeriam-se a criação e o desenvolvimento de indicadores de hospitalidade da cidade, permitindo o início de estudos quantitativos e comparativos, que pudessem abordar de modo mensurável os fenômenos do planejamento e da gestão urbana (GRINOVER, 2006).

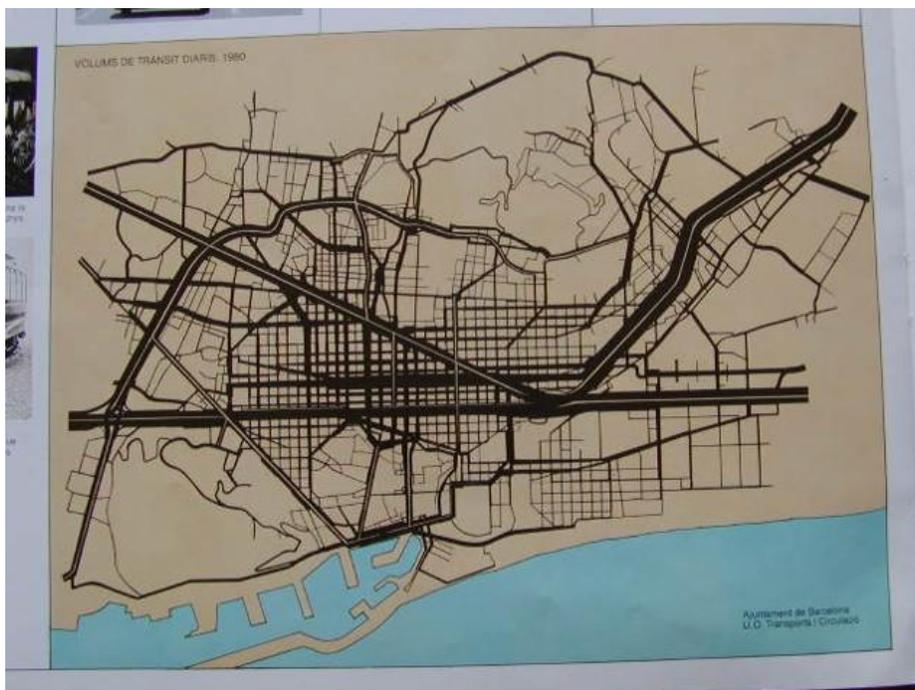


Figura 1 - O sistema viário de Barcelona (Espanha)

Fonte: Prefeitura Municipal de Barcelona (2010).

As reflexões que são propostas agora pretendem ampliar os estudos sobre o lugar, sobre o território, colocando novos elementos na discussão da ética, da cidadania, da urbanidade; novos valores de pertencimento, fundamentando tais propostas no resgate da história da cidade e do urbano.

As análises dessa situação referem-se inicialmente à noção de lugar de hospitalidade, implicando claramente um problema de território, pois a hospitalidade dá-se no acolhimento, no abrigo e no espaço que permite continuar a viver e atender às necessidades elementares de alojamento, alimento e calor humano.



Figura 2 - A “Rambla” de Barcelona
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2010).

Em seguida, a sociedade urbana do início do século XXI apresenta características que permitem diferenciá-la de outras, por ser uma sociedade que vive um tipo novo de mundo, essencialmente urbanizado. E, por ser um mundo globalizado, por ser uma sociedade que está imersa numa grande transformação de uma antiga economia de produção para uma economia de consumo, ela privilegia os habitantes das cidades com novas práticas comportamentais de natureza consumista, típica de habitats de metrópoles, cidades e aglomerados, onde as origens dessa concentração ligam-se justamente à urbanidade e são oferecidas oportunidades de trocas e informações entre pessoas e grupos sociais, insinuando a hipótese de que, em geral, são espaços percebidos como detentores de qualidades, isto é, percebidos como lugares por seus usuários, o que permite, então, distinguir um lugar de um espaço.



Figura 3 – A Galeria Vittorio Manuele II, em Milão (Itália)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).



Figura 4 – Interior da Galeria (Milão)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

Nesse sentido, e com a colaboração de diversos estudiosos, pode-se enunciar que lugar é um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas, a partir da apreensão de estímulos ambientais, o que leva a configurar a urbanidade como uma qualidade típica do ambiente construído pelo ser humano (CASTELLO, 2011). Entende-se que a urbanidade é a qualificação vinculada à dinâmica das experiências das pessoas pelo uso que fazem do ambiente público das cidades.

A urbanidade seria, então, a condição pela qual o ambiente urbano apareceria a seus cidadãos como uma variedade de modos de vida, de oportunidades para opções, escolhas, trocas, interações, intercâmbios, que são elementos da construção da hospitalidade e da cidade. Mais adiante, haverá a oportunidade de analisar mais profundamente a urbanidade e a imagem da urbanidade que um lugar deve conter e poder transmitir às pessoas.

Ainda mais, a hospitalidade é um modelo operativo cujos “traços” estruturais são bem identificados e cujas características são fortemente variáveis (aqui compreendidas sob o ângulo da reciprocidade), particularmente quando se passa da hospitalidade privada para a hospitalidade pública institucionalizada (GOTMAN, 2004).

Cidade hospitaleira e rua hospitaleira, nas expressões da linguagem comum, traduzem a capacidade imanente dos espaços de produzirem hospitalidade, quando esta resulta de relações sociais inscritas entre anfitrião/hóspede, de acordo com Raffestin (1997) (Figura 5).



Figura 5 – Praça da República, São Paulo (Brasil)

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo (2000).

Esses espaços são extensões institucionalizadas, organizadas como tais por serem lugares onde se dá a hospitalidade. Entretanto, deve-se assinalar que os espaços destinados a gerir a hospitalidade, que podem ser igrejas, albergues, hospitais, hospícios, asilos e até cidades, têm por natureza a finalidade de refúgio, resgatada, hoje, feitas as devidas concessões, das expressões medievais das cidades-refúgio, as *sauveternes*: são espaços que, dotados de significados, se transformam em lugares.

As transformações das cidades do século XX e início do século XXI criaram uma situação que exige a reavaliação dos pressupostos das categorias de análise consolidadas, como os conceitos de identidade, pertencimento, cidadania, representação e hospitalidade, por exemplo, correspondendo à passagem da

“continuidade” para o “fragmento”. Essa transformação se dá com certa intensidade em algumas características do tecido da e na cidade, disperso e fragmentado, referindo-se à: descentralização das atividades, implantação residencial com baixa densidade, fragmentação do território, com especialização de suas partes, de sorte a introduzir a descontinuidade e a distância física.

A primeira característica socioespacial da hospitalidade é o limite entre interioridade e exterioridade, entre o antes e o depois, o conhecido e o desconhecido. São limites que geram um duplo sistema de fronteiras: fronteiras internas, que regulamentam o espaço de recepção, que hóspedes e convidados devem observar; fronteiras externas, que delimitam espaços autorizados e espaços proibidos, além dos quais o estrangeiro é indesejado (RAFFESTIN, 1997).

Outra característica refere-se à urbanidade e à hospitalidade nela contida, como um parâmetro maior e abrangente na avaliação da qualidade dos lugares, isto é, o conjunto de qualidades, boas ou más, que diferenciam uma cidade. Falar de urbanidade, ao se referir à cidade, significa falar de um lugar que acolhe, recebe as pessoas com civilidade, polidez e cortesia; significa falar de um lugar onde se instalou a hospitalidade (Figura 6).

Outros pares, como inclusão/exclusão, submissão/subversão e valorização/desvalorização, criaram tensões e resultaram em lutas territoriais que visaram modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras e seus valores; estas lutas, que buscam a afirmação de um poder são também as lutas por um território: a cidade (Figura 7).



Figura 6 – Praça com fonte d’água – Montpellier (França)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2001).



Figura 7 – A cidade contemporânea, com origem na cidade moderna (São Paulo, 2001)
Fonte: “São Paulo metrópole em trânsito” (2004).

O direito à cidade, como na velha Roma, é próprio de cada povo e denota o domínio de certo grupo sobre um território onde ele desfruta de privilégios e direitos superiores aos daqueles que não têm compromissos com a manutenção do controle social sobre esse território.

Assim, fazer parte desse grupo, desse espaço, significa aceitar suas regras, endossar os compromissos que unem os indivíduos e, conseqüentemente, preservar os limites da lei, os limites territoriais e sociais, os limites de hospitalidade, pois falar de cidade acolhedora e hospitaleira corresponde, inicialmente, a questões relativas ao uso e à apropriação do espaço público que é, por definição, um espaço aberto para o uso de todos e construído para esse fim. O espaço público, dessa forma, representa a organização da cidade, com seus espaços de agrupamento, espaços de vida coletiva para o uso de todos. “Espaço esse formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, Gilmar dos, “Aspectos da Urbanização no Início do Século XXI”. 2008) não consideradas isoladamente, mas como o quadro único, no qual a história se dá”.

O espaço é sempre um conjunto, que está constantemente interagindo com os objetivos, condicionando as ações e criando novos objetos e dotando-os de funcionalidade.

Santos (2008), ainda, apresenta-nos uma importante contribuição quando insere, nas suas análises, a dimensão simbólica, e fornece uma importante tríade conceitual, para analisar o espaço do homem: o espaço percebido, o da realidade; o espaço concebido, relativo ao conhecimento e ao poder; o espaço vivido, englobando os símbolos e os códigos ligados à vida social, e diz: “O espaço é construído e reconstruído pela experiência

cotidiana das pessoas, tendo estas também sua reprodução influenciada pelo próprio espaço”.

Falar da cidade acolhedora e hospitaleira é falar do lugar feito para si e para o outro. É evocar o destino reservado ao estrangeiro, o destino de quem não tem a mesma nacionalidade, ou de quem, na falta de recursos econômicos ou sociais, não tem lugar naquela cidade; é interrogar-se sobre o papel de todas as categorias de população: os jovens, os mais idosos, ou, ainda, os sem domicílio fixo.

A hospitalidade, no caso, seria uma outra versão da luta contra a exclusão, pois uma grande parte das populações que habita cidades depende da categoria dos “sem”.

A hospitalidade é uma prática social, cuja história diz que ela foi estritamente condicionada pelas estruturas jurídicas, econômicas, etc. (GOTMAN, 2001). Dessa forma, “as sociedades contemporâneas não são menos hospitaleiras que outras; elas são mais organizadas e profissionalizam o próprio acolhimento”. É interessante assinalar que a lógica da hospitalidade, que emoldura as relações entre “membros” e “não membros” e que repousa sobre a assimetria e a reciprocidade, inspira, infiltra e, eventualmente, subverte as regras de direito às quais ela se submete (2001).

No sentido próprio, a hospitalidade depende do dom, das obrigações livremente consentidas; no sentido figurado, ela faz referência às políticas públicas. A hospitalidade, ainda, implica, com efeito, uma relação de confiança e supõe uma lei. Essa lei é feita de convenções e de códigos culturais e sociais, que devem ser respeitados, uma vez que as regras do acolhimento institucional são contratuais, jurídicas e administrativas.

A hospitalidade tem por sinônimo o acolhimento e a recepção; designa uma prática de acolhimento que é a forma moderada e administrativa da hospitalidade. As regras da hospitalidade dão lugar a todas as variáveis possíveis e imagináveis, de um país a outro, de uma cultura a outra; códigos e convenções parecem variar ao infinito.

Ao longo do texto iremos ampliar o que já escrevemos em artigos e livros anteriores, e retomar o que afirmamos a respeito de conceitos sobre a cidade e a hospitalidade da cidade, imbricados com o que se pode desenvolver com o conceito de “nós”.

Sobre a hospitalidade, denominada urbana, ou melhor, da cidade e na cidade, analisaremos quais são as mudanças, no conceito de hospitalidade clássica que se movimenta na espacialidade entre dois atores, aquele que recebe e aquele que é recebido; na hospitalidade que se dá entre um ou mais hóspedes e uma instituição, uma organização social, isto é, uma organização integrada em um sistema que pode ser institucional, público ou privado, ou familiar.

A hospitalidade, sendo uma qualidade social antes de ser uma qualidade individual, é um fenômeno que implica um ordenamento de lugares e, portanto, a observância das regras de uso desses lugares. As regras devem ser observadas e preservadas por meio dos princípios da hospitalidade como, por exemplo, assegurar a todos os cidadãos e aos visitantes o acesso a equipamentos e serviços da cidade (transportes públicos, trabalho, lazer, etc.). Essas regras, que são fundamentalmente regras de hospitalidade, implicam relações entre grupos sociais, classes de idade, famílias, indivíduos. Essas regras, ainda,

exprimem, em cada época, os valores sobre os quais se apoiam a comunidade social e a experiência coletiva.

A experiência tem um modo de ser próprio. Ela é um estado mental do indivíduo. Sendo um estado mental, ela é algo que se dá de maneira contingente, mas casualmente determinada. Sempre que está consciente, o indivíduo experimenta algo. Apesar de o indivíduo ser receptivo e passivo no experimentar, isso não significa que ele seja capaz de identificar e de discriminar cada elemento da sua experiência. O indivíduo pode ter recebido informações que é incapaz de descrever ou reconhecer (KANT, 2004).

Nessa ideia de experiência, há uma concepção pela qual o que tornou importante um lugar é sua capacidade de tornar os indivíduos diferentes após atravessá-lo, percorrê-lo e produzir uma experiência depois da qual ninguém consegue mais ser o mesmo. “O que se vende, hoje, não é o lugar, mas a experiência que este produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiência” (AMENDOLA, 2004) (Figura 8).

Quando se fala em experiência *da* e *na* cidade, pretende-se caracterizá-la, antes de tudo, por certas culturas, a cultura da cidade no sentido antropológico do termo, que corresponde a certo sistema de valores, normas e às relações sociais que possuem uma especificidade histórica e uma lógica própria.

A experiência urbana *da* e *na* cidade é multidimensional, ela desenvolve “um processo, um espaço cênico e um espaço político” (AMENDOLA, 2004).



Figura 8 - Densidade urbana na cidade de São Paulo (2001)

Fonte: "São Paulo metrópole em trânsito" (2004).

A cidade é um modo de viver, pensar, mas também de sentir; nesta direção o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano que se reproduz, enquanto referência e lugar de constituição da identidade e da memória, pois, nessa dimensão, revelaria a condição do homem e da cidade, como construção e obra. Assim, "a cidade é uma realização humana: por isso terá a dimensão do movimento da vida. A cidade, por meio do trabalho, transforma-se constantemente e, como decorrência, modifica a vida do cidadão, seu cotidiano, suas perspectivas, desejos e necessidades, transforma as relações com o outro e com a cidade, redefinindo as formas de apropriação e o modo de reprodução do espaço" (AMENDOLA, 2004).

O entendimento do espaço geográfico, enquanto produto histórico e social, abre perspectivas para analisar as relações

sociais, a partir de sua materialização espacial; o que significa dizer que a atividade social teria como condição de sua realização o espaço.

A antropologia urbana não pode se limitar a ser o estudo do outro, longínquo, não familiar e estranho. Um passo importante para ampliar a compreensão antropológica da cidade é abandonar, pelo menos parcialmente, essa obsessão com o “outro” e preocupar-nos também com o “nós”, sempre efêmero e contextual, mas não por isso menos real.

A cidade é a soma de diversos tipos de espaços, todos eles codificados, significados, com regras, valores e lógicas.

Tomamos como ponto de partida para análise e estudo o fato de que, ao produzir sua existência, os homens produzem não só sua história, seu conhecimento, seu processo de humanização, mas também o espaço; um espaço que, em última instância, é uma relação social que se materializa em algo possível de ser apreendido, entendido e aprofundado; um produto concreto: a cidade, o campo, o território, que se colocam como elementos visíveis, representação de relações sociais reais que a sociedade é capaz de criar em cada momento de seu processo de desenvolvimento (CARLOS, 1994). O que poderíamos considerar matéria-prima seria a natureza que, transformada pela relação com a sociedade, produziria o espaço como produto social, que seria, conseqüentemente, modificado de acordo com a evolução da sociedade.

Capítulo I

A urbanização ontem e hoje

É hipótese geral que a urbanização, para ser compreendida e explicada, precisa ser estudada em duas escalas interligadas: a primeira escala é a metropolitana, que configura uma dispersão crescente de núcleos, a presença de vazios, uma redução da densidade de ocupação, inclusive em partes do tecido tradicional, criando o que alguns autores chamam de “nebulosa” e que Santos (2000) nomeou de “macrometropolização”; a segunda escala é aquela situada no nível do tecido da cidade, “entendendo-o como o modo e a forma pela qual se definem as relações entre espaços públicos e espaços privados, entre espaços de uso privado e de uso coletivo, sejam estes de propriedade pública ou privada” (REIS FILHO, 2006). (Figura 9).

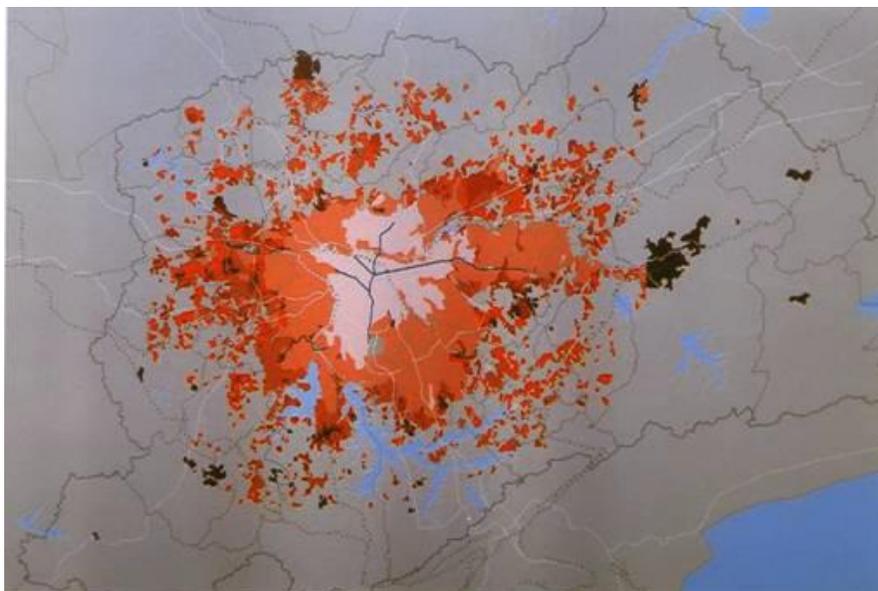


Figura 9 – Ocupação urbana da grande São Paulo
Fonte: “São Paulo: MetrÓpole em trãnsito” (2004).

Importa destacar que é na escala do tecido da cidade que se definem os espaços de acesso e de uso público, além das formas de organização coletiva dos espaços, inclusive com possibilidades concretas de intervenção, que Secchi (2001) definiu como a resposta aos problemas colocados pela nova forma da cidade e da sociedade contemporânea. De acordo com o referido autor, ainda,

a resposta está, necessariamente, na análise atenta e rigorosa de como a cidade funciona: como funcionam as atividades e as práticas sociais mais díspares sabendo que a urbanização dispersa dificilmente poderá ser interrompida ou enquadrada em modelos do passado: melhor será procurar-lhe um sentido, uma forma e uma arquitetura (2001).

E considera, portanto, o tecido da cidade como uma definição geométrica de relação de propriedade e uma definição social de formas de uso.

Uma das características das mudanças que estão ocorrendo é a formação, na periferia de muitas cidades, de áreas descontínuas. Ao mesmo tempo, constata-se a formação de novos núcleos, com múltiplas formas de utilização, em pontos isolados, entre várias cidades, correspondendo praticamente ao que está sendo chamado de urbanização dispersa.

O quadro que daí se configura é de reorganização da vida cotidiana, ora em escala regional, ora em escala da cidade, implicando, necessariamente, o aumento das mobilidades da população e a densidade dos serviços. Daí o uso da expressão “difusão urbana”, que tende a colocar em destaque aspectos importantes do processo, ou seja, os modos de vida urbana que se difundem sobre o território anteriormente caracterizado pelos modos de vida rurais, cuja população se inclina a migrar para os

centros das cidades, conforme vem ocorrendo nas últimas décadas. O que está em pauta e o que diferencia o processo de urbanização nas áreas metropolitanas, no último quartel do século XX e na primeira década do XXI, são suas características de dispersão e de difusão. Se forem consideradas as descontinuidades das partes edificadas no território e, entre estas, os extensos trechos não edificados, o termo “dispersão” será mais adequado. Se for levada em conta a difusão, em todo esse território, dos modos de vida metropolitanos, será mais adequado o termo “difusão”.

Os meios de transporte individuais e coletivos, a tecnologia das comunicações, o aparecimento de pequenas áreas construídas ao longo das rodovias e a expansão do setor de serviços possibilitam aos moradores dessa faixa de urbanização usufruir de vantagens de uma metrópole (educação, compras, programação cultural, lazer e serviços diversificados) e, ao mesmo tempo, lhes é permitida a participação em uma organização local, com vizinhanças esparsas, maior contato com a natureza, organizações coletivas, etc.

Nas formas tradicionais de tecido da cidade, havia uma divisão básica entre espaços públicos e espaços privados, além da presença, em casos muito frequentes, do que se pode chamar de espaço de uso coletivo, como uma etapa importante entre os espaços públicos e privados.

Agora, o mundo está, seguramente, deixando para trás a cidade moderna, cuja cultura se estabeleceu entre o Renascimento e o século XXI, que, considerada universalista, se baseava na ideia de que existe um único modelo de cultura e ciência: em que cada situação é determinada pela anterior, em que não existe futuro pensado como criação, acontecimento, emergência da novidade,

permitindo prefigurar; controlar, por meio de um plano, um projeto pensado provavelmente por uma única pessoa, definindo a ordem que a própria cidade deveria assumir no futuro (DECANDIA, 2003).

Daí, a ideia de reordenamento, de manipulação e de controle, que é fundamental na concepção da cidade moderna: cada coisa em seu lugar. Reduzir a complexidade dos fenômenos, separando-os em unidades elementares; definir comportamentos; dominar e manipular o tempo; estabelecer uma ordem definitiva, eis o significado e objetivo da modernidade e seu domínio, a cidade moderna, sendo seu maior instrumento de planejamento o Plano Diretor.

A cidade contemporânea, por outro lado, é uma cidade fractal, “um lugar onde se acumulam milhares de figuras sociais e milhares de tribos metropolitanas; é uma cidade multiétnica e polivalente, um cruzamento de numerosos dialetos” (SECCHI, 2001, p. 41).

A cidade existente e vivida, hoje, não pode ser compreendida e concebida como uma realidade única ou dotada de homogeneidade. A cidade contemporânea – como será visto ao longo de todo este trabalho – deve ser considerada lugar de apropriações diferentes por parte de atores sociais distintos; resultar em uma multiplicidade de expressões heterogêneas e descontínuas, em que todos os instrumentos tradicionais e habituais de representação não são mais possíveis.

Certas fases da modernidade, pois, dão-se após as mudanças da Idade Média, ou seja, a transformação do pensamento e do lugar da religião na sociedade, a emancipação da política e a emergência do Estado-Nação, isto é, uma área geográfica que pode ser identificada como possuidora de uma política legítima que,

pelos próprios meios, constitui um governo soberano, enquanto o Estado é uma entidade política e geográfica. Uma nação é uma unidade étnico-cultural. O termo *Estado-Nação* implica uma situação em que os dois são coincidentes. O Estado-Nação afirma-se por meio de uma ideologia, de uma estrutura jurídica, da capacidade de impor uma soberania sobre um povo, num dado território, com fronteiras, com uma moeda própria e também com forças armadas próprias. O conceito de Estado-Nação pode ser comparado e contrastado com o de um estado multinacional, de cidades-Estado, impérios, confederações, e outras formações de Estados que podem sobrepor-se. Ao longo da História, existiram Estados-Nações em diferentes épocas e lugares do mundo e, atualmente, representam a forma dominante de organização geopolítica mundial. Diz-se Estado-Nação quando um território delimitado é composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea, sendo esse governo produto dessa mesma composição; isto ocorre quando as delimitações étnico-políticas coincidem com o desenvolvimento das ciências e a expansão do capitalismo mercantil, seguido do industrial.

Dois processos contribuem para compreender a realidade: o processo de urbanização e o processo de industrialização. A proposta de leitura que se baseia na articulação desses dois processos permite uma análise que abrange os aspectos teóricos, econômicos, sociais, políticos e geográficos; é, portanto, passível de se realizar a leitura do espaço, ao se ter como base a articulação desses dois processos, o que permite analisar a contradição e, ao mesmo tempo, a complementaridade inerente à “territorialização” da indústria, que, por sua vez, auxilia na compreensão da produção da territorialidade da cidade (SOARES, 2008).

A fase da Revolução Industrial, que correspondeu à produção de bens e serviços subordinada às lógicas capitalistas, às transformações de todo tipo, econômicas, sociais, políticas, religiosas, é aquela em que a cidade é moderna, porque é projeto; e ela cristaliza a ambição de definir o porvir, de dominar o futuro.

Nessa nova forma de articulação e apropriação do espaço, novas polaridades e novas referências constituem-se em várias escalas, dimensões e relações.

Às modificações das sociedades corresponde uma adaptação das cidades e do urbanismo, com relação às antigas cidades e às concepções arquitetônicas e espaciais; entretanto, as cidades preexistentes não se eliminam totalmente. Corresponde, ainda, a uma mudança profunda de conceber, produzir, utilizar e gerir os territórios e, particularmente, as cidades.



**Figura 10 - Espaços públicos destinados à troca de culturas, memórias, histórias:
São Paulo - Praça José Calisto**

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2004).

Não se trata mais de simplesmente mobilizar conhecimentos prévios a certas ações: o conhecimento não está mais separado da ação, está dentro dela, mas trata-se de examinar permanentemente as escolhas possíveis e reexaminá-las em função daquilo que elas já produziram; a reflexibilidade é a reflexão de antes, durante e depois (ASCHER, 2010) (Figura 10).

As estruturas sociais que surgem hoje são de tipo reticular: a sociedade se estrutura e funciona como uma rede, ou melhor, como uma série de redes, que asseguram uma mobilidade crescente de bens, informações e pessoas (2010). As mudanças econômicas em curso estão vislumbrando a saída do industrialismo, ou seja, de um sistema econômico fundamentalmente baseado na indústria, na produção e no consumo, e estão entrando numa economia cognitiva, baseada na produção, apropriação, venda e no uso de conhecimentos, informações e procedimentos. O caráter estratégico de economia cognitiva confirma-se pelo comportamento das grandes empresas, que parecem deixar a produção material para outras, o restante do mundo, e que se concentram nas novas tecnologias, atraindo capitais e pessoas qualificadas do mundo inteiro, para assegurar o desenvolvimento. Ela pode ser definida como “o conjunto de atividades econômicas que tem por objeto a exploração das matérias-primas, das fontes de energia e de suas transformações, assim como dos produtos semilaborados e bens de consumo” (ASCHER, 2010).

Todo grupo humano constitui-se e funciona sobre a base de uma partilha entre “nós” e “os outros”. Esta partilha preenche uma função de identificação: designar o outro é uma maneira de definir a si mesmo.

Essas mudanças, em meados do século XX, tornaram-se evidentes quando interpretadas em termos de fratura ou de passagem de uma situação para outra. As relações entre sociedade, economia e território mudaram, dando lugar a duas diferentes posições, no que se refere à interpretação do que estava acontecendo e ao projeto do futuro. Elas construíram um tipo de linha divisória da qual foram gradualmente levadas a se afastar em direções extremas. Uma, propondo a cidade entre o século XVIII e o XIX, parcialmente revisitada, como a melhor forma de cidade produzida pela cultura europeia; a outra, procurando transferir, para dentro da nova paisagem da cidade, as mensagens que as novas técnicas visuais e de comunicação levavam a separar, modificar, distorcer, sobrepor, contaminar e transformar. Uma, reafirmando o valor da continuidade, do enraizamento, da persistência e da permanência no contexto espacial e temporal, contestando, portanto, a hipótese da possibilidade de uma ruptura (Fig. 11). A outra, afirmando o oposto, o valor radical e libertador da inovação, da mudança e da incerteza do que vinha sendo percebido como tal.



Figura 11 - A visão da cidade nos séculos XVI e XVII, produzida pela cultura europeia (Itália): praça central e mercado - de Pádua
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2002).



Figura 12 - Brasília

Fonte: Mapa. Disponível em: <http://minutoligado.com.br/mapas-brasilia-df-mapas-fotos-e-historia-de-brasilia-distritofederal/> - 2001.



Figura 13 - Brasília

Fonte: Alex Pinhol. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia>) - 2002.

É de considerar ainda a continuidade como portadora de determinada estrutura espaçotemporal dotada de certa homogeneidade nas relações sociais e de uma forma de como essa estrutura se inscreve no espaço, implicando a apropriação diferente do próprio espaço, por parte de atores sociais distintos (Figuras 12 e 13). Em contrapartida, a descontinuidade refere-se a um contexto de “complexificação” das relações sociais, pautado por fortes heterogeneidades no tecido social, traduzidas em diferentes capacidades de apropriação do espaço da cidade e na cidade.

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas, para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria como condição de sua realização o espaço; desse modo, a relação social realiza-se praticamente, e esse processo revela uma articulação

espaço/tempo iluminando o plano do vivido: a vida cotidiana e o lugar da vida que constitui uma identidade habitante-lugar.

Assim o lugar liga-se de modo inexorável à realização da vida enquanto condição e produto das relações sociais.

Esse modo de pensar a cidade não significa uma aceitação passiva da realidade, mas uma aproximação mais clara com ela. Pode-se tentar transformar a cidade partindo-se da realidade, reconhecendo-a e assimilando-a como ponto de partida e, sobretudo, transformá-la no sentido do possível.

Repensar o tempo significa deixar de prefigurar a imagem do futuro da cidade, voltar a compreendê-lo como um cenário aberto, em que não se pode dar como resultado a imposição de uma solução ou desenho imposto de cima para baixo. É imprescindível, portanto, pensar que algo de novo deve ser sustentado pela certeza de que não existe uma ordem definitiva e que nenhum equilíbrio alcançado será considerado fundamento estável, algo de imutável, mas que deverá ser entendido e assimilado como provisório e temporal, isto é, limitado.

Tal situação coloca-nos diante de redefinições importantes na articulação entre o lugar da realização da vida, da identidade criada entre e as pessoas no lugar e no cotidiano, onde a vida ganha dimensão real. Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade, criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro; cria uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. É assim, por exemplo, que a cidade, enquanto articulação de lugares, se produz e se revela no plano da vida e do indivíduo, criando identificação (CARLOS, 2004).

Tal fato significa que o cidadão não habita indiferentemente a metrópole, nos lugares articulados por seus trajetos, realizados em lugares da metrópole, vividos, conhecidos, e reconhecidos em todos os cantos e nas dimensões, logo, identificados.

As pequenas lojas comerciais existentes nos bairros – o sapateiro, o açougueiro, o tintureiro, a loja de armarinhos, a farmácia – são mais do que pontos de troca de mercadorias, lugares de serviços; são também pontos de encontro, lugares de prosa “diária”, do reconhecimento, que vão revelando a importância do nível do lugar, enquanto plano do vivido (CARLOS, 1994).

Da mesma forma, os paradigmas de sustentação do conceito de hospitalidade se davam em espaços institucionalizados (mosteiros, habitações privadas, albergues, etc.), implicando um conjunto de regras que lhe proporcionavam configurações singulares. Novos signos e novos hábitos cotidianos, hoje, tornam-se objeto de estudos: eles são identificados e articulados numa sintaxe própria, elaborando um discurso específico sobre a cidade, onde o objeto “cidade” é reconhecido por meio de códigos e compartilha a ideia de apreensão da realidade urbana, por meio de elementos significantes e da articulação entre eles numa linguagem.

Essas mudanças, construindo “cenários futuros possíveis” (MAGNANI; SOUZA, 2007), implicam reavaliações fundamentais dos estudos sobre hospitalidade, no quadro das potencialidades de uma sociedade que está nascendo. O que torna essa questão atual é o discurso sobre o sentido metafórico e o sentido próprio da hospitalidade, bem como a necessidade de circunscrever seus campos semânticos e práticos, na medida em que se dão certas representações da hospitalidade contemporânea, em nome das

quais toma forma a ideia de seu declínio (GOTMAN, 2004). A ideia segundo a qual a hospitalidade estaria em declínio não é nova. Pode-se mesmo afirmar que, com todas as virtudes, às quais se submeteu a hospitalidade, e como todos os valores em nome dos quais se classifica, hoje a evocação da grandeza, muitas vezes, tem um passado cujo presente seria só um pálido reflexo. Entretanto, paralelamente à redução das práticas da hospitalidade gratuita, concebida fora de qualquer mediação legal ou institucional, ela, no sentido metafórico, continua a ser invocada como instrumento crítico da hospitalidade moldada pelo Direito e pela instituição. O direito internacional, hoje, confia aos Estados e a seus representantes a proteção de seus viajantes ao Exterior e consolida o fato de a condição dos estrangeiros ser mais segura, tendo diminuído, desde então, a necessidade de hospitalidade (GOTMAN, 2004). Todavia, mesmo que isso possa ser explorado e determine certas regras a serem observadas, não impede nem obscurece a hospitalidade da cidade e na cidade.

Não obstante, o conceito de ambiente e, em particular, ambiente urbano, proporciona elementos à práxis cotidiana que se opõem à ideia de “morte da hospitalidade”, invocando a hospitalidade da cidade e na cidade. Ao longo do presente trabalho, será detalhado este ponto de vista, oferecendo as possibilidades para uma “política da hospitalidade” e colocando-a no nível de “qualidade de vida” no espaço da cidade e na cidade.

Isso pode, perfeitamente, configurar uma nova hipótese, contendo, na cidade todo e qualquer contexto de hospitalidade familiar ou hoteleira.

Acreditamos ser possível pensar em um novo paradigma de hospitalidade. Assim, julgou-se conveniente incluir uma discussão para avançar nessa hipótese. O fundamento para tanto estaria na

definição de Kuhn (1975) de paradigma como o modelo ou padrão aceito, que dá ao pesquisador científico um critério para propor e solucionar problemas. A aceitação de um paradigma libera o pesquisador da necessidade de reexaminar constantemente seus princípios. Assim, o paradigma científico diz respeito a todas as crenças, os valores, as técnicas que os membros de uma comunidade compartilham, proporcionando soluções concretas de problemas.

O paradigma é um modelo de mundo que compreende o conjunto de teorias que buscam explicar os fenômenos estudados. Assim, quando o número de questões, ou anomalias, como as denominou Kuhn, não pode ser resolvido com o paradigma estabelecido, e atinge níveis críticos, é o início do período conhecido por “crise”. É o que parece estar acontecendo com o conceito de hospitalidade em vigor, no âmbito da família e no campo da hotelaria, que não consegue responder às questões colocadas pela hospitalidade da cidade e na cidade. O paradigma, unanimemente aceito, sem qualquer tipo de contestação, indica o que é interessante investigar, e como levar a cabo essa investigação.

O paradigma que o cientista adquiriu durante sua formação profissional fornece-lhe as regras do jogo, descreve-lhe as peças a utilizar e indica-lhe o caminho e o objetivo a atingir.

Capítulo II

Os paradigmas da hospitalidade

Alguns paradigmas foram necessários para fundamentar o conceito de hospitalidade. Trata-se daqueles que vislumbravam a hospitalidade como um modo de se viver junto, segundo regras, ritos e leis. A hospitalidade implica uma relação, uma ligação social e valores de solidariedade e sociabilidade. Contém, em sua forma inicial, um ritual de acolhimento, sendo, por suas características, instrumento de acolhimento institucional ou mercantil, em que, neste último caso, os protagonistas estariam liberados de qualquer outra obrigação, fora daquela definida pelo contrato. A hospitalidade implica a partilha de um território, de alimentação, de informação, de palavras, de saberes, de afetos. O gesto de hospitalidade é aquele que coloca de lado qualquer hostilidade. A hospitalidade corresponde a uma relação assimétrica, na qual alguém oferece e outro recebe, sendo que, durante essa relação, o equilíbrio entre doador e donatário nunca se realiza: um estaria sempre em “obrigação” em relação ao outro, caracterizando a hospitalidade como um dom no exercício das prestações e contraprestações que, de acordo com Mauss (2007) regiam o ciclo das trocas. A hospitalidade era e é, portanto, um sistema instável que, uma vez codificado, perde sua dimensão principal de movimento em direção ao outro, como ligação social ao estado nascente, implicando um sacrifício (GOTMAN, 2001). Ainda tinha a necessidade de manter o estrangeiro como tal, isto é, prescrever-lhe a distância, garantir sua identidade, sua originalidade, sua singularidade, sua especificidade. Dá-se, sobretudo e, inicialmente, na hospitalidade familiar, na qual a

liberdade das relações entre hóspede e anfitrião não é tão evidente; se dá, também, nos espaços públicos, onde há restrições claras quanto ao uso daqueles espaços (Figura 14).



Figura 14 -Praça na cidade de Split (Croácia)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

De acordo com esses paradigmas, a hospitalidade é um acontecimento ético por excelência (BAPTISTA, 2007); refere-se a todas as práticas de acolhimento e civilidade que tornam o espaço construído, em particular, um “lugar mais humano”, um “lugar antropológico”, em oposição aos “não lugares”, espaços desprovidos de identidade, de memória e de relacionamento (AUGÉ, 1994).

Na cidade antiga, a realidade da hospitalidade era um acolhimento com condições. Hoje, o panorama mundial, marcado por marginalização, exclusão e nomadismo generalizado, leva a

“reinventar” a hospitalidade em sua complexidade, pensá-la de maneira ampliada, transversal, trabalhada caso a caso.

O homem da cidade, anterior à Revolução Industrial, vivia intensamente pautado por relações de sociabilidade e solidariedade intensas, isto é, de hospitalidade, que se configurava como “clássica”, situação completamente diferente da vivenciada com a crescente implantação do processo de urbanização (Figura 15).



Figura 15 -Tulum (México)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2007).

A nova cidade medieval na Europa ocidental – a origem da cidade moderna: as *bastides* e as vilas novas

Deve-se concordar com o fato de que a hospitalidade da cidade e na cidade está ainda por ser escrita na sua complexidade e interdisciplinaridade. Não se dispõe, ainda, para a análise da cidade e de seus planos, de algo comparável com o que existe sobre a hospitalidade na hotelaria ou no âmbito doméstico, em diferentes momentos do passado e da atualidade. As notas a seguir pretendem oferecer algumas pistas para estudos mais amplos, sem negar a importância dos que privilegiam os fenômenos de natureza fundamentalmente econômica, em particular quando se trata de estudar a hotelaria e suas relações com a hospitalidade.

Em várias oportunidades, diversos autores mencionam e discutem a hospitalidade da cidade e na cidade, sobre temas específicos como o que se refere aos estrangeiros, à ultrapassagem dos limiares das cidades, aos transportes, por exemplo.

Em 1996, realizou-se na *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*, em Paris, sob a organização e orientação de Anne Gotman, um seminário sobre o tema “Cidade e hospitalidade”. No trabalho que apresenta os resultados do seminário, *La question de l'hospitalité aujourd'hui*, uma publicação do *Centre d'Études en Sciences Sociales, Communications*, n. 65, out. 1997, Gotman lançou sua definição de hospitalidade e evocou todas as relações que se colocam a partir de diferentes registros: religioso, moral e social. Ela conferiu à hospitalidade uma dimensão coletiva e um caráter de obrigação que, por muito tempo, foram religiosos (e associados à ideia de caridade) e que hoje dizem mais a respeito

do serviço público e da proteção social (particularmente da acolhida de estrangeiros) e da hotelaria.

O objetivo do seminário era refletir não somente sobre as formas registradas e os usos reconhecidos, mas também sobre as figuras contemporâneas da hospitalidade e os espaços sociais, nos quais ela era suscetível de se produzir. Essa publicação reúne as reflexões sobre formas recíprocas, individuais ou coletivas, da hospitalidade: sobre a hospitalidade *vis-à-vis* dos estrangeiros e dos migrantes; sobre aquela dos serviços públicos para os cidadãos, e sobre os espaços da hospitalidade. Os diferentes artigos daquela publicação tratam com maior profundidade e intensidade as relações em que se dá a hospitalidade, particularmente em nível doméstico e de Estado.

Os artigos que colocam o problema da hospitalidade da cidade e na cidade, com as características mencionadas, mostram que a hospitalidade não é uma escolha individual, mas a condição mesma da urbanidade, desenvolvendo temas específicos como a acessibilidade e o transporte, entre outros.

Além do artigo introdutório de Anne Gotman, abordaram o problema das cidades contemporâneas os seguintes trabalhos: *Prises, réserves, épreuves*, de Isaac Joseph; *L'hospitalité comme relation*, de Hervé Le Bras; *Le genre de la ville*, de Michelle Perrot; e *Réinventer l'hospitalité*; de Claude Raffestin.

Em *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*, coordenado por Alain Montandon e editado pelo Senac, em 2011, outros autores abordaram a hospitalidade que implica não só a oposição entre exterior/interior, inserção/exclusão, mas também seu corolário, a oposição entre nomadismo e sedentarismo. A passagem do exterior ao interior supõe autorização ao convite, além de proteção, dom temporal de um espaço.

Os artigos que mais se identificam com a análise da hospitalidade da cidade e na cidade são os citados a seguir: “Artefato de boas-vindas”, de Tatiana Smoliarova (*apud* MONTANDON, 2011), no qual foi analisada a hospitalidade na história da arquitetura e se discutiu o fato de a arquitetura poder “comunicar”. A autora citada perguntou-se: Que elementos materiais servem de significantes para um conceito de hospitalidade? A ideia que se tem de hospitalidade das cidades é ainda mais vaga daquela da hospitalidade dos edifícios, porque é mais difícil saber o que tomar como signos da hospitalidade da cidade. A autora referida mencionou a tradição das entradas à cidade, vindas dos arcos de triunfo romanos, como eixos de hospitalidade, valorizando a “perspectiva enquanto esquema-significante”, absolutamente crucial da hospitalidade.

Em *Cidade refúgio: a urbe ideal*, de Véronique Léonard-Roques (*apud* MONTANDON, 2004), a referida autora especificou a cidade fundamental como “cidade-refúgio”, como local de asilo, fechado sobre ele mesmo. No conceito de cidade-refúgio encontram-se dois limites, duas ambiguidades: aquela da cidade construída sobre a tensão interioridade/exterioridade e aquela da hospitalidade como uma interação social assimétrica. A hospitalidade e a cidade mantêm relações paradoxais. Ela é dom do espaço; espaço para habitar, para atravessar ou para contemplar, de acordo com Gotman (1997). Hoje, a cidade-refúgio tem por objetivo trabalhar por uma solidariedade comum com os indivíduos de qualquer nacionalidade, ameaçados em seu trabalho, em seu ser. É uma chamada para uma inovação da história do direito de asilo ou do dever de hospitalidade.

Em *Metrô: uma trans-hospitalidade*, de Alain Milon (*apud* MONTANDON, 2004), abordam-se questões referentes a esse

meio de transporte. O metrô, termo que designa uma estrada de ferro, essencialmente subterrânea, servindo uma grande cidade, é, de início, um lugar de troca, com entradas e saídas – as bocas do metrô –, mas também um lugar de deslocamentos e de cruzamentos – as ramificações, os corredores e as correspondências, um lugar de espera (as estações) – e um lugar de gestão de fluxos econômicos – os guichês e as portas eletrônicas. Se o metrô torna-se um lugar de hospitalidade, é no sentido de que se organiza também como um lugar de acolhimento social, transformação que não é simples fruto da evolução do tecido da cidade. O espaço do metrô conseguiu, assimilando as diferentes mudanças da cidade, instituir um verdadeiro direito da cidade, de natureza diferente daquela dos lugares tradicionais de hospitalidade.

Outro trabalho analisa a hospitalidade na cidade, ou melhor, no município, como o próprio título do livro explicita: *Villes et hospitalité: les municipalités et leurs étrangers*, de vários autores, sob a direção de Gotman (2004). Os textos tratam fundamentalmente do problema da migração nas cidades e das relações das várias municipalidades com os novos chegados ao espaço citadino e espaço cidadão. No prefácio do livro, Maurice Aymard mostrou a extrema diversidade e ambiguidade das respostas trazidas, em nível municipal, no contexto de configurações locais que associam os elementos comuns a outros próprios de cada situação local, porque ligadas, ao mesmo tempo, a uma história, a uma imagem e a uma tradição da cidade, mas também a escolhas feitas por aquelas – e por seus responsáveis –, em termos de releitura e de reapropriação do passado e de definição de um projeto futuro: escolhas que definem cada vez mais uma política, na fronteira do real e do simbólico.

Gotman, (2004) por sua vez, na introdução, sustentou que a noção de hospitalidade não é, portanto, mobilizada aqui como um valor inspirador de práticas mais ou menos codificadas, destinadas a emoldurar a chegada e a estada do estrangeiro. Com isso, abordou os problemas da hospitalidade pública e burocrática, dando-lhe uma característica que consiste em verificar a assimetria entre quem acolhe e o acolhido, na migração, e aquela integração cortada em fases sucessivas, particularmente na França, a título de permanência temporária até a carta de residente e a naturalização.

Outros autores discorreram sobre o pertencimento escolhido pelo direito na base de uma parceria entre “nós” e “os outros”, parceria que preenche uma função de identidade, isto é, o acesso a um conjunto de direitos e vantagens que o grupo entende reservar para a exclusividade de seus membros.

Parece interessante uma análise histórica da paisagem da cidade hospitaleira. É claro que as realizações em nome da hospitalidade, seja pela formação de cidades novas, seja pela reestruturação da paisagem, inscrevem-se sempre num contexto histórico e sociopolítico bastante claro. A referência aqui é a criação de “cidades novas” na Europa ocidental (Figura16).

A expansão das “vilas novas” ia das fronteiras do País de Gales e da Escócia às da Europa central, aos campos de Flandres, ao leste da Península Ibérica, criando, no mapa da Europa ocidental, uma densa rede de novas implantações e tem preenchido a paisagem rural de campanários, de construções e de espaços para o mercado. Elas testemunharam em todo lugar a necessidade de se proteger contra perigosos vizinhos (Figura 17).

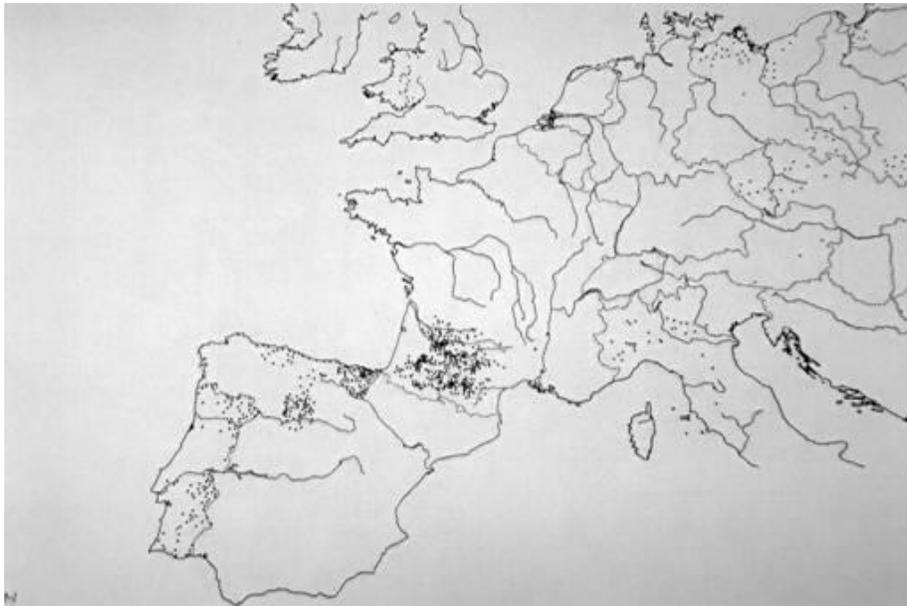


Figura 16 - Localização de “cidades novas” na Europa ocidental - séculos XI a XIV

Fonte: Centre d'Étude des bastides (autores vários) - “Le livre blanc des bastides, Villes neuves d'Europe du moyen age”, “Villefranche de Rouvergue”, 2007.

Num primeiro tempo, a partir da expansão demográfica, a principal preocupação foi a de assegurar, nas grandes extensões de terras a serem cultivadas, a segurança dos pioneiros ocupados em semear os campos apenas conquistados. Isso esclarecia o papel quase exclusivo dos castelos senhoriais e das grandes abadias protegidas por altos muros.

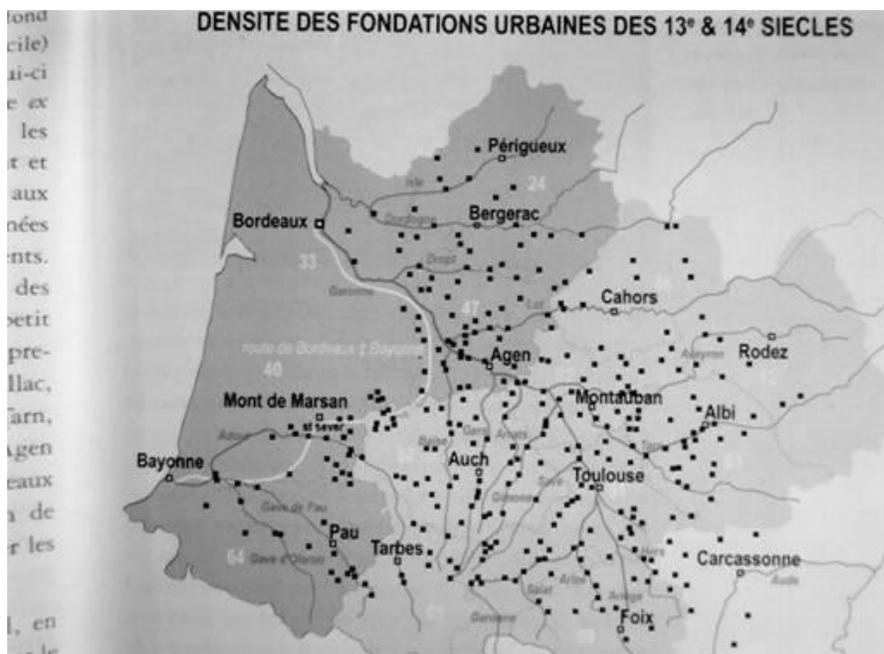


Figura 17 – Densidade das fundações urbanas dos séculos XIII e XIV
 Fonte: Centre d'Étude des bastides (vários autores) – “Le livre blanc des bastides”,
 “Villes neuves d'Europe du moyen age”, “Villefranche de Rouvergue” (2007).

No Sudoeste francês, no enorme deserto a noroeste de Toulouse, as fundações foram, desde os primeiros decênios do século XII, as *sauvetès* dos hospitalários, centros de desbravamento, colocados sob sua salvaguarda contra os bandos armados de malfeitores.

Essas *sauvetès* eram essencialmente aldeias de “hóspedes” e, para sua implantação, não levavam em conta sua posição estratégica. Cada família de camponeses recebia uma área de terras para a construção de sua habitação e para o cultivo de produtos destinados ao seu sustento.

As ofertas dos senhores permitiam que esses hóspedes se instalassem com suas famílias, seus animais e instrumentos de trabalho, de início por alguns dias, mais tarde por algumas

semanas e, em seguida, como morada. Nascia assim o *castelnau*, em cujo recinto se aglomeravam casas apoiadas aos muros do castelo; poucas ruas paralelas, cortadas por ruazinhas transversais, compartilhavam o espaço construído em quadras bem-desenhadas, como as de um urbanismo rudimentar.

Somente num segundo tempo, a partir de 1200, outras iniciativas testemunharam objetivos maiores, consolidando uma política territorial, militar ou econômica consciente. De fato, a “vila nova” foi, antes de tudo, uma operação de povoamento, feita à margem do mundo agrário para a colonização do território como mercado dos produtos do campo e como centro administrativo. Às vezes, servia para consolidar uma fronteira pelo traçado de uma sequência de pontos fortificados, marcando uma linha de defesa. Dessas fundações, algumas ficaram como simples aldeias; outras deram nascimento a muitas aglomerações contíguas, formando cidades multicelulares.

As antigas cidades romanas que sobreviveram às invasões bárbaras perderam sua função mercantil e manufatureira, permanecendo apenas com a função religiosa de sede de bispados, ou da política, abrigando a corte de reis e de nobres. O comércio medieval desenvolveu-se largamente, a partir do século XI, em função do crescimento demográfico e agrícola da Europa ocidental, contribuindo para a recuperação econômica das cidades.

Essa situação logo faria surgir um bairro mercantil ou manufatureiro, o burgo, ao lado do castelo feudal ou da catedral. Os burgos não tardaram a procurar libertar-se do domínio dos senhores feudais, obtendo sua autonomia por meio de uma indenização paga à nobreza, ou em função de uma luta armada.

O ressurgimento do comércio, de acordo com Mumford (1998), é muitas vezes tomado, até por estudiosos, como Pirenne (1982) como causa direta da criação e construção de cidade e das atividades que se desenvolveram no século XI. Mumford (1998), no entanto, assegurou que essa renascença das cidades datava de séculos anteriores a esse período: o seu lugar não era o mercado isolado, mas o mosteiro. Com efeito, o mosteiro desempenhava, durante esse período, as funções da cidade na transmissão e na ampliação da herança social. Ali, as artes da construção e as técnicas de manufatura e decoração de vidros, por exemplo, foram melhoradas. Se o comércio foi o sintoma de um ressurgimento muito mais abrangente que se estava verificando na civilização ocidental, outros fatores, tais como: a doação de florestas às ordens monásticas, como a dos cistercienses; a aplicação à terra de métodos mais adequados das culturas; a invenção de arreios aperfeiçoados e o emprego da ferradura de ferro, além da divulgação dos moinhos de água e dos moinhos a vento, permitiram que as novas comunidades fossem dotadas de fontes de energia consideráveis, aumentando o excedente de energia humana.

O movimento de cidade, a partir do século X, tornou-se uma história de velhas colônias que se transformaram em cidades mais ou menos autogovernadas e de novas colônias que se constituíram sob os auspícios do senhor feudal. Eram dotadas de privilégios e direitos que serviam para grupos permanentes de artífices e mercadores e de camponeses (os hóspedes). O estatuto da cidade era um contrato social; a cidade livre tinha segurança tanto legal como militar, e morar na cidade durante um ano e um dia fazia desaparecer a obrigação da servidão.

O interesse político, durante esse período, concentrava-se na luta por poder entre a burguesia urbana e seus dominadores. Muitos dos conflitos nos velhos centros decorreram de pesadas imposições aos novos cidadãos, mais do que da resistência absoluta quanto à concessão de privilégios de qualquer ordem.

Na Europa ocidental, após a queda do Império romano, a única instituição poderosa e universal era a Igreja. O ato de ser membro dessa associação era uma constante fonte de vida e bem-estar; ser desligado de sua comunhão era castigo tão grande que, até o século XVI, os próprios reis tremiam diante dela. As divisões políticas fundamentais da sociedade, sobrevivendo a todos os demais casos e alianças, eram a paróquia e a diocese; a mais universal forma de cobrar impostos era o dízimo, que servia para o sustento da Roma cristã. Uma parte considerável da vida econômica era dedicada à glorificação de Deus, ao sustento do clero e daqueles que prestavam serviços ao clero, e à construção e manutenção das obras eclesiais – catedrais, igrejas, mosteiros, hospitais, escolas (MUMFORD, 1998).

Surgiu, então, a comuna: no início, baseada em princípios de lealdade e igualdade entre seus habitantes, o que estabelecia sensível contraste com a sociedade rural, em que prevalecia a rígida hierarquia social entre senhores e servos.

Para os camponeses, a cidade significava a liberdade, pois a servidão não existia. Nas cidades, a produção era realizada pelos artesãos, que se reuniam em corporações de ofícios, ou guildas. A burguesia procurou integrar-se ao mundo rural e feudal, adquirindo na cidade terras e palácios, casando-se com membros da aristocracia, comprando títulos de nobreza, aceitando cargos e participando das cortes dos reis, que pouco a pouco foram recuperando o Poder Político.

Para existir, durante a Idade Média, a pessoa tinha que pertencer a uma associação; uma casa, uma mansão, um mosteiro, uma guilda: não havia segurança a não ser na associação. Fora da Igreja, o representante mais universal da vida corporativa foi a guilda, uma irmandade adaptada a tarefas econômicas específicas, mas não inteiramente absorvidas por ela; formulava regulamentos para o desempenho de seus ofícios. A guilda dos mercadores era um corpo geral, que organizava e controlava a vida econômica como um todo: regulava condições de venda, protegia o consumidor contra a extorsão, e o artífice honesto, contra a competição desigual. A guilda dos ofícios, por outro lado, era uma associação de mestres que trabalhavam em seus produtos, agrupados para regularizar a produção e estabelecer padrões de habilidade (MUMFORD, 1998).

As cidades da Idade Média apresentavam um espetáculo pelo menos diferente, não cessavam de crescer sob a influência do comércio e da indústria. Em nenhuma época observou-se um contraste tão nítido como o que opunha a sua organização social e econômica à organização social e econômica dos campos. Nunca antes existiu uma classe de homens tão específica ou tão estritamente cidadina, como foi a burguesia (MUMFORD, 1998).

O surgimento das cidades medievais

A grande função desempenhada pela guilda na cidade medieval, até o século XV, indicava uma elevação geral das condições do trabalho, particularmente do trabalho manual. Foi um dos grandes feitos da Igreja, em parte, por dar dignidade às ocupações dos pobres e dos humildes, ainda mais na ordem beneditina, por aceitar o labor manual, particularmente, como um componente essencial de vida: “trabalhar e orar”. A vergonha do

trabalho, aquela terrível herança das culturas servis, pouco a pouco desapareceu; e a frequente bravura daqueles membros das guildas, na guerra, confundia as pretensões das classes feudais que desprezavam todas as formas de exercício físico, exceto às da caça e do campo de batalha. Uma cidade que se podia gabar de que a maior parte de seus membros era constituída de cidadãos livres, trabalhando lado a lado em situação de paridade, sem qualquer camada inferior de escravos, era um fato novo na história das cidades.

Por isso, uma das concepções que mudou com o crescimento dos centros das cidades foi aquela a respeito do trabalho. O entendimento do trabalho como punição, consequência do pecado original, de acordo com os ensinamentos da Igreja de Roma, cedeu lugar a uma concepção de trabalho como produtor de bens e riquezas.

Com essa concepção, a renovação do fenômeno das cidades tornou-se um dos aspectos mais importantes da cultura europeia dos séculos XII e XIII. A cidade medieval, com efeito, nada mais tinha a ver com a cidade antiga, tanto que, nas regiões não romanizadas, ou mesmo em novos lugares do antigo Império, havia aglomerações realmente novas que se erguiam e se desenvolviam. A sociedade, entretanto, era essencialmente rural, e era da terra que vinham as riquezas e os excedentes que permitiam construir esses novos espaços habitados.

A cidade era um organismo social que participava da sociedade feudal, contrariamente, à ideia romântica e liberal de uma burguesia estranha à ordem senhorial. Porém, sua articulação com as formas senhoriais e feudais era necessária. Era no interior desse mundo que a cidade se desenvolvia. Entretanto, instituições que tendiam a contradizer os princípios institucionais

daquela época (pense-se nas cartas de franquias, ou nas *chartes de coutumes*), davam às comunas ou às *bastides* grande autonomia. A cidade era o lugar do poder compartilhado, mas que permanecia oligárquico; tinha o poder dos nobres das cidades, detentores da fortuna mercadológica e territorial.

A conquista, perante o senhor laico ou eclesiástico (o bispo local, frequentemente), representava os principais problemas com os quais eram confrontadas as cidades.

Situação política

O direito feudal estava instalado já havia alguns séculos. Depois das invasões dos bárbaros (sarracenos, vikings, etc.) e de um período de insegurança, os senhores encarregados da proteção dos mais fracos começaram a construir castelos mais fortes e mais defensivos. O feudalismo instituiu a noção de vassalagem e suserania: todos esses senhores do sudoeste francês eram vassalos do rei.

Dois tipos de senhores viviam na época:

- a) os senhores laicos: os que ofereciam proteção às populações que viviam nas suas terras e enfrentavam inclusive em face dos senhores vizinhos nem sempre amigáveis. Em numerosos castelos, os *castelnaus*, implantavam-se vilas aglutinadas no *castrum* central. O sítio de implantação era sempre defensivo. No centro do *castelnau*, havia uma torre, habitação do senhor e posto de observação. As casas juntavam-se em volta daquela torre, criando um desenho de ruas tortuosas e pequenas praças;

- b) os senhores religiosos: aqueles cujo papel era proporcionar segurança às populações, garantida pela dissuasão e ameaça de excomunhão.

Dois fatos importantes criaram marcos significativos, na época. Em primeiro lugar, o desabrochar da doutrina cátara, que encontrava, nas condições socioculturais dessa região, um terreno favorável ao seu desenvolvimento, no final do século XII, o que correspondia ao período dos trágicos eventos da “cruzada dos albigenses”. Por sua oposição à hierarquia da Igreja e valendo-se da benevolência dos nobres de Toulouse (França) os cátaros atraíam as iras da Igreja Católica, Apostólica Romana, que os considerava heréticos. Procurando eliminá-los de início pelas preces e pelo debate doutrinal, a Igreja de Roma, em seguida, iria usar a força. A partir de 1209, iniciava-se a cruzada dos albigenses, aliás, a primeira cruzada de cristãos contra cristãos (os cátaros eram considerados cristãos), com o fim de eliminar o catarismo. A partir de 1229, depois do Tratado de Meaux (Paris), os capetinos (Philippe, o Belo) estabeleceram-se na região. Estava selada a sorte do condado de Toulouse.

Implantavam-se outras *bastides*, e os períodos de desenvolvimento dessas cidades iam de 1244 até 1373, até a Guerra dos Cem Anos.

Em 1121, o Papa Calisto II fez de *Saint-Jacques-de-Compostelle* uma cidade santa, semelhante a Jerusalém e Roma. A partir disso, toda a região era atravessada por diferentes percursos de peregrinação. Em 1129, o papa concedeu à catedral de Santiago o privilégio do jubileu pleníssimo. Isso significava que peregrinar até a catedral, no ano em que o dia 25 de julho coincidia com o domingo (data dedicada a Santiago), conferia ao fiel o perdão pleno de seus pecados.

Além de conceder o jubileu, o papa declarou a peregrinação “compostelana” como uma das chamadas peregrinações maiores, junto com as de Roma e Jerusalém. O primeiro ano santo, no qual foi dado o perdão aos peregrinos de Compostela, foi o de 1126.

Continuando esta análise histórica, o desenvolvimento demográfico da Europa ocidental, a partir dos anos 900, proporcionou uma quantidade de elementos que caracterizaram os tempos dos grandes desbravamentos, dos monges, dos bispos, dos príncipes e dos senhores, dos camponeses, conquistando novas parcelas de terras que transformaram completamente as paisagens campestres, recuperaram pântanos e fizeram recuar florestas. Esses fenômenos respondiam a determinados objetivos: asseguravam a ocupação do território ou uma expansão controlada de cidades existentes, confirmavam uma dominação política e militar, fortaleciam o poder do príncipe ou do rei, do bispo ou de um senhor e, em particular, asseguravam, nas grandes áreas incultas ou nas grandes florestas, o bem-estar dos viajantes ou dos pioneiros ocupados em cultivar os campos a duras penas conquistados (HEERS, 2007).

A partir de século X, os novos povoamentos, particularmente no Languedoc, os *castelnaus* (do occitano *castel nou*), eram aldeias fundadas em volta de um castelo, agrupando os habitantes dos arredores, os camponeses, à procura de segurança em tempos de invasões e guerras privadas entre os senhores da região, cujos interesses estavam normalmente em conflito com os do campesinato, do clérigo e de outros senhores mais poderosos.

Nas primeiras décadas do século X, ainda apareceram aglomerações denominadas *sauvetés* (do latim “salva terra”, terra de asilo), construídas pelas ordens monásticas, no interior das muralhas dos mosteiros, como um refúgio seguro contra bandos

armados. Essas aglomerações foram criadas no quadro do direito de asilo e da instituição da “Paz de Deus”, gerando uma garantia de não agressão.

A “Paz de Deus” inscreveu-se num vasto movimento de institucionalização do Ocidente medieval, conduzido pela Igreja, em que os papéis de cada ordem na sociedade eram definidos: havia os que rezavam, os que combatiam e os que trabalhavam. A reforma gregoriana e a criação das ordens religiosas moralizaram a conduta do clero; da mesma forma a bênção das armas e a conduta dos combatentes. Os movimentos de paz, as peregrinações, as cruzadas e a criação das ordens militares moralizaram a conduta da nobreza.

As decisões tomadas em diferentes concílios visavam colocar ao abrigo das operações guerreiras as pessoas e os bens dos não beligerantes (clérigos não armados, agricultores, mercadores). A implantação das decisões era garantida por um compromisso solene, quer dizer, um juramento de paz que os envolvidos pronunciavam, esforçando-se, também, em obter os mesmos comportamentos dos nobres da região.

De acordo com estudos de Higounet (1975), uma *sauveté* podia ser considerada uma projeção no espaço do perímetro sagrado, um povoado que envolvia a Igreja e constituía um “recinto de paz”, refúgio canonicamente garantido em volta do santuário, tendo exercido um considerável poder de atração sobre o hábitat campesino. A fundação de uma *sauveté* podia ser considerada a criação de um perímetro sagrado no campo aberto, como um estabelecimento posto sob a salvaguarda de Deus, como uma colonização agrícola (1050/1150), e como abrigo de “hóspedes”.

O termo *hóspede*, que apareceu com maior frequência a partir do século XII, era bem característico de um movimento daquela época, na classe rural. *Hóspede* designava um recém-chegado, um forasteiro. Era um imigrante, um colono, à procura de terras novas ainda para cultivar; originava-se da massa dos seres errantes que deram origem aos primeiros mercadores e aos primeiros artesãos da cidade, ou de populações que se libertaram do poderio senhorial. A condição regular do hóspede era, com efeito, a liberdade. As terras baldias eram oferecidas abundantemente aos referidos hóspedes, pois florestas e pântanos permaneciam fora da propriedade privada e dependiam, para que pudessem ser ocupados tais territórios, de simples autorização dos grandes proprietários (PIRENNE, 1982).

Mais tarde, criaram-se novas fundações, novas aglomerações, as *bastides*, com dimensões e população relativamente modestas e dotadas de um aparelhamento urbano específico. O movimento dessas fundações começou, de fato, a partir de 1222 e se prolongou durante, aproximadamente, um século e meio. O Tratado de Paris (MEAUX, 1229), que colocava ponto final à cruzada albigense, é considerado hoje ato de nascimento das *bastides*, construções autorizadas pelo rei Luiz VIII, que impulsionara a assunção (o sudoeste da França atual) e relançara as trocas mercantis, levantando a economia regional, outorgando consideráveis privilégios aos hóspedes, e criando os primeiros indícios da formação das cidades modernas.

A estrutura da *bastide*

Mas o que é uma *bastide*? Quais suas características? O nome *bastide* vem da língua occitana *bastire*, significa construir, e é definida, pelos arqueólogos contemporâneos como uma

aglomeração medieval, implantada *ex-novo*, ou como ampliações de aglomerações já existentes (*sauvetées, castelnaus*), resultando de um contrato de parceria entre a autoridade soberana e a autoridade local, dotada de um documento que expressava um ato jurídico e lhe conferia um valor de autenticidade, contendo a identidade do autor do ato e seu selo, e um conjunto de regras jurídicas que regiam os direitos e os deveres dos novos habitantes: as *chartes de coutumes*. As *bastides* correspondiam a um ato voluntário de urbanismo e se distinguiam geralmente por um desenho quadriculado em volta de uma praça central: um esquema de organização da cidade eficaz e racional.

Muitas vezes, antes mesmo da fundação, era necessário estabelecer um contrato de parceria entre o fundador e os vizinhos, ou o rei. O contrato de parceria esclarecia os direitos dos diferentes proprietários hóspedes envolvidos, previa os limites físicos da *bastide* e o que viria a ser feito no seu interior: o número de casas, de jardins e de terrenos cultiváveis; o tamanho da parcela de terreno; as construções cívicas e religiosas, mais a isenção de impostos.

A fundação de uma *bastide* realizava-se em etapas, a saber: a escolha de um lugar, a escolha do nome da *bastide*, o contrato de parceria entre os coproprietários, o documento exprimindo o ato jurídico e o conjunto de regras e de privilégios que estruturavam a vida social, econômica e jurídica da cidade.

Após a cerimônia da *fixatio pal* (cravação de estaca), o traçado sobre o terreno materializava a praça, as ruas e os limites, sendo o território, depois, dividido em lotes. Estes eram todos iguais, doados às famílias convidadas que vinham estabelecer-se na cidade. Mediam 8m por 24m e eram destinados à construção das habitações. Também eram doadas áreas de cinco a seis

hectares para o cultivo de produtos agrícolas; na verdade, terrenos “extramuros” circundando a cidade, cujas dimensões eram suficientes ao trabalho com as ferramentas rudimentares da época.

As ruas principais, as *carreyras* (em língua occitana), permitiam a passagem de carruagens e tinham a largura de 6m a 10m. As ruas secundárias, as transversais, tinham de 5m a 6m e cortavam as ruas principais em sentido perpendicular, formando o quadriculado.

Salvo algumas exceções, no centro de cada *bastide* encontrava-se a praça, elemento estruturador da cidade, que, afastada do eixo principal de circulação, era normalmente quadrada, de 70m por 70m, com acesso pelos ângulos. A praça tinha diferentes papéis, sendo basicamente o administrativo, o comercial e o das festividades. O papel administrativo correspondia à localização da casa comunal e abrigava as assembleias da população para as decisões a serem tomadas pela coletividade. O papel comercial referia-se ao mercado e às feiras. Para as festas e as grandes manifestações, a praça era um centro de atrações, um símbolo social. Em volta, eram construídos pórticos (ou ruas cobertas) para a proteção do sol e da chuva. Normalmente, no centro da praça, encontrava-se uma construção (*la Halle*), para proteger as mercadorias e a população em dia de mercado. Muitas vezes, na parte superior desse edifício, estava alojado o poder consular para a gestão da cidade.

As cidades estavam submetidas a um regime no qual as relações entre seu senhor e a comunidade eram regidas por uma *charte*, que criava as instituições (*bayles*, cônsules, notários), fixando de modo bem-claro as franquias, os direitos e deveres de cada um, as sanções das infrações e o montante do prelevamento

senhorial. Essas regras eram escritas com base no direito consuetudinário (mesmo que este se parecesse com o Direito romano).

O termo empregado era *arrayer*, que significava dotar a cidade de instituições que a governariam. O senhor, não residindo na *bastide*, era representado por um oficial, o *bayle*, sob a autoridade do senescal, encarregado da alta justiça, assim como por um notário, responsável pela autenticação e a conservação dos atos, tendo também como missão delimitar e atribuir os lotes dos terrenos aos novos chegados.

A baixa justiça era delegada a uma instituição representando os habitantes, com exceção de algumas *bastides* do rei-duque (o rei da Inglaterra com posses e poderes na Aquitânia). Eram as mesmas dotadas de um *jurado* dirigido por um prefeito, e o sistema que predominava era aquele do *consulado*, em que seis *cônsules*, agindo de maneira colegial, com ou sem o *bayle* nos negócios de simples política ou de justiça de paz, eram encarregados da manutenção da parte física da cidade, de ruas, pontes e espaços públicos, assim como do controle das boas práticas e da repressão às fraudes no âmbito comercial.

Os *cônsules* eram, em princípio, nomeados pelo senhor por um ano, de uma lista proposta pelos *cônsules* que estavam saindo, e não eram reelegíveis, durante certo período de tempo. Com o passar dos anos, e em algumas *bastides*, os *cônsules* eram eleitos pela população, cujas tarefas constituíam, *grosso modo*, a câmara municipal, como é hoje conhecida.

Construídas pelos próprios habitantes, as primeiras habitações eram bastante rudimentares; entretanto, certas regras precisas de implantação deveriam ser observadas, como o alinhamento da fachada com relação à rua principal, a presença de

um segundo andar nas habitações e, ainda, o cuidado de deixar um espaço vazio entre os lotes, de 25cm a 40cm de largura, para evitar a difusão de incêndios e facilitar o escoamento das águas servidas e pluviais. Esse conjunto de regras hoje corresponderia a uma parte do atual código de obras.

Essas *fundações* foram originadas no Languedoc (região da França) em termos gerais, por dois fatores: a rivalidade entre os duques de Toulouse e os reis da França, resultado da cruzada religiosa contra os hereges albigenses (1209) e a rivalidade entre os reinos da França e Inglaterra, ao longo e depois da Guerra dos Cem Anos.

Os *castelnaus*, as *sauvetés* e as *bastides* eram símbolos de uma nova era que via, pouco a pouco, o mundo feudal se dismantelar. Elas eram o espelho da sociedade e ostentavam as mudanças realizadas. O castelo feudal desaparecia da paisagem urbana. A Igreja, muito presente nas *sauvetés*, às vezes localizava-se fora do coração das *bastides*.

Essas cidades novas representavam a expressão de uma realidade democrática, tanto pela *charte* que já anunciava, com muitos séculos de antecedência, um código civil e o recesso à cidadania, quanto pelos terrenos divididos, conforme um espírito igualitário. Elas instituíram o sistema de loteamentos, tal como se conhece hoje. As *bastides* generalizaram um esquema racional que teve um sucesso considerável até servir de modelo para muitas cidades do Velho e do Novo Mundo (COSTE; ROUX, 2007).

A *charte de coutumes* era uma característica das *bastides*; dirigia-se a homens livres e abolia toda servidão. Era uma espécie de constituição, um conjunto de leis que se aplicavam aos habitantes e aos administradores das novas cidades. Seus primeiros artigos estabeleciam o regime de liberdade do

indivíduo, do “hóspede”, a supressão de todo imposto de origem feudal; a alienação de bens de todas as dívidas pagas; a liberdade de as filhas casarem-se onde e com quem quisessem; a supressão de penhoras e tomadas de finanças, salvo em casos criminais; a interdição de citação fora dos limites da *bastide*. Desde o início, todas as pessoas que se instalavam nessas *bastides* tornavam-se livres, a justiça era igual para todos, e a *charte* definia uma série de regras, que iam da isenção de impostos até o modo de casar as filhas e as datas dos mercados e das feiras que teriam lugar na cidade.

Exemplos de *bastides*

a) *Monflanquin*



Figura 18 – Vista aérea de *bastide*
Fonte: *Monflanquin la bastide* (2007).



Figura 19 – Praça com as *couvertes*
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2007).

La bastide de Monflanquin, de Georges Odo e Claude Pons, foi editada pela prefeitura de Monflanquin, em dezembro de 2006.

Na reorganização dos domínios dos condes de Toulouse, após a cruzada de albigenses (cátaros), que durou de 1209 até 1229, foi criada a *bastide* de Monflanquin, em 1256, enquanto lugar de comércio e centro administrativo.

A *charte de coutumes* foi assinada em 1256 e desenvolveu, em seus capítulos, temas relacionados com as liberdades políticas e civis, as preocupações econômicas e as disposições do direito penal. Essa *charte*, contrato visando interessar e atrair as populações da região e, assim, povoar a *bastide*, seria durante muito tempo a referência da comunidade de Monflanquin. O espaço físico, social e econômico da burguesia local subsistiria até a revolução de 1798, conforme dados extraídos da publicação de Odo e Pons (2006).

Uma rápida olhada sobre o plano da Figura 18 permite constatar os seguintes aspectos:

- o plano ortogonal: nesse complexo fortemente estruturado, o loteamento não fugia à regra;
- a praça do mercado localizava-se no centro da *bastide*;
- as ruas: duas ruas *charretières* poderiam cruzar-se até a praça; as ruas transversais eram perpendiculares às duas mencionadas; as *carrépots* – pequenas ruas de pedestres completavam o sistema viário;
- a igreja próxima mostrava a posição clássica, ligeiramente afastada com relação à praça.

O que ressalta ao observador é a perenidade de escolha feita há 750 anos.

Em Monflanquin, hoje, está instalado o Museu da Bastide e, provisoriamente, o Centro de Estudos das *Bastides*. O museu foi concebido, segundo Odo e Pons (2006), como a expressão de uma realidade importante do sudoeste da França, para fazer descobrir as *bastides*, inclusive convidando os visitantes, ao saírem do museu, a se envolverem agradavelmente com a experiência de uma “*bastide* alfoncina atípica”.

b) Monpazier



Figura 20 -Planta e panorâmica de Monpazier (França)

Fonte: Município de Monpazier, 2000.

Ela é parte de um conjunto de *bastides* fundadas entre 1279 e 1287 por Eduardo I, rei da Inglaterra e duque da Aquitânia. Nasceu de uma parceria, de janeiro de 1284, assinada por Pierre de Gontano, senhor de Biron, proprietário do terreno. Hoje, com um pouco mais de 500 habitantes, Monpazier é, sem dúvida, a mais conhecida e bem conservada das *bastides* inglesas do século XIII (Figura 20).

A *charte de coutumes* original não foi encontrada, mas é conhecida por cartas de Luís XI, datadas de 1461. A rápida constituição desse território, produtor de bens comerciáveis, proporcionou uma notável prosperidade no século XIII, função que perdurou durante séculos. A sua situação geográfica e a anexação do território da senhora de Biron conferem-lhe 14,5

hectares de área agrícola, não lhe permitindo desenvolvimento industrial.

Monpazier mostra, no sistema viário e nas suas parcelas construídas, uma regularidade e ortogonalidade quase perfeitas; é considerada modelo de urbanismo *ex-novo*, do final do século XIII. Limitada fisicamente por aclives de mais de 15%, forçada a estender-se para o norte, ela está inserida num retângulo de aproximadamente 400m na direção N-S e 200m na direção L-O.

O recinto tinha originalmente seis portas fortificadas, sendo que, hoje, delas subsistem só três. O corpo da cidade é formado por módulos de aproximadamente 49m de largura por 49m de comprimento, em duplos retângulos dispostos no sentido leste-oeste, em quatro transversais homogêneas, formando uma rigorosa trama de vias ortogonais.

A praça do mercado mede 48m por 41m, criando um espaço fora do sistema viário: 23 casas envolvem a praça, sendo 17 delas providas de *couvertes*, formando uma sequência de arcadas. Ela contém um poço comunitário e uma *Halle* de 260m², construída no século XVII. As *couvertes* integram a habitação, abrigando parte do comércio da cidade e protegendo a população do sol e da chuva. A maioria delas foi construída nos séculos XIII e XIV; as fachadas foram remanejadas nos séculos XVI e XVII (do trabalho de Coste e Roux, editado por ocasião de uma investigação entre França, Portugal e Espanha, em 2007).

As comendas dos templários e dos hospitalários

Paralelamente às fundações das *bastides*, outro tipo de aglomeração, a *comenda*, foi implantada pelos templários, no século XII. Exemplos bem-conservados estão instalados no planalto do Larzac, ao sul da cidade de Millau, na França.

Trata-se de aglomerações de camponeses voltadas para o cultivo de cereais, a criação de ovelhas e de cavalos, com o fim de abastecer os combatentes em Terra Santa. A presença dos templários durou até 1312, quando a ordem foi extinta por determinação do papa. A gestão dessas comendas continuou com a Ordem dos Hospitalários, que herdou todos os bens dos templários.

As comendas mais importantes e que melhor se mantiveram até hoje são: Sainte-Eulalie-de-Cernon, La Cavalerie e La Couvertoirade, cercadas por muralhas e torres construídas, mais tarde, pelos hospitalários.

Além de abrigar famílias de camponeses (à semelhança dos *hóspedes das bastides*), sob o comando de poucos cavaleiros, as comendas acolhiam peregrinos e templários que deixavam as Cruzadas. Estava também aqui instituída uma forma primitiva de hospitalidade, característica daqueles tempos.

La Couvertoirade – séculos XI a XVI

Os “pobres cavaleiros de Cristo” ou “Cavaleiros do Templo de Salomão”, os templários, foram os primeiros a conceber o *altopiano* do Larzac, na França, como uma unidade territorial, envolvido pelos vales dos rios Ceron, Tarn e Dourbie. No decorrer dos tempos, o ponto de partida foi a implantação dos templários, no Rouergue meridional, por volta de 1140, período que assiste à renovação monástica extraordinária, marcada pela construção das abadias cistercienses e a criação das ordens militares, os hospitalários e os templários (CARCENAC, 1994).

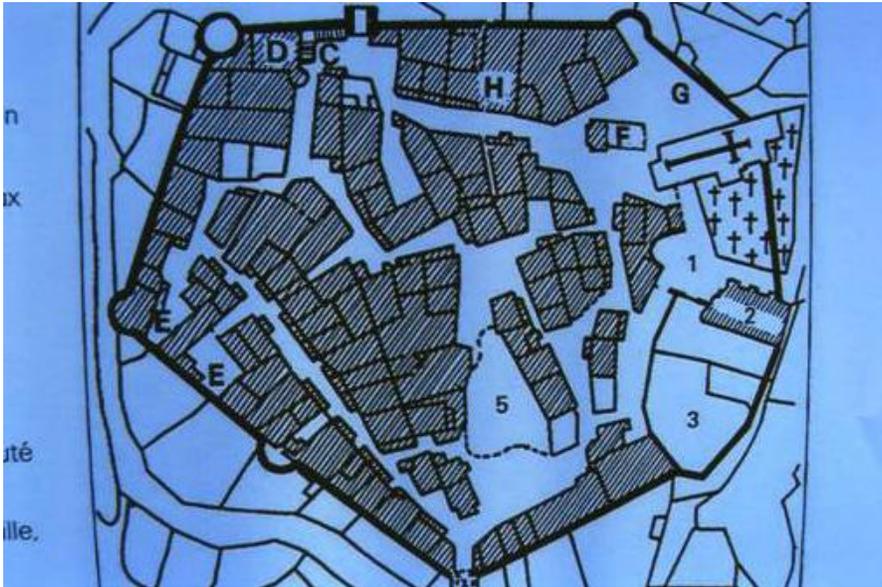


Figura 21 - La Couvertoirade - planta

Fonte: Pierre Bouloc, "La Couvertoirade" (2005)

A comenda La Couvertoirade (Figura 21) é parte de um conjunto de vilas criadas na região (Sainte-Eulalie-du-Larzac e La Cavalerie), que se dedicavam ao cultivo de cereais e à criação de ovinos e equinos, com o objetivo de fornecer, fundamentalmente, aos cruzados, na Terra Santa, alimentos, lã e cavalos.

A vila apresentava um castelo templário, cuja construção foi concluída em 1249, e as habitações estavam situadas sobre um terreno caracterizado por uma inclinação, que tinha como objetivo coletar as águas pluviais no charco ao lado da vila. As ruas eram recobertas com as pedras do planalto calcário, e as habitações eram construídas em dois níveis: no térreo, havia espaços para abrigar os animais e depósitos para a colheita. Uma escadaria externa levava ao andar superior, onde havia os espaços para a habitação (Figura 22).

Vista aérea



Figura 22 - La Couvertoirade, vista aérea

Fonte: Pierre Bouloc, "La Couvertoirade" (2005)

A maioria da população era de camponeses e bem reduzida, pois os objetivos dos templários não era exatamente o povoamento da região, mas a criação de animais e, particularmente, a produção de lã, peles e queijo (o *roquefort*).

Após a extinção do templo, nos séculos XIV e XV, sob a administração dos hospitalários, foram construídas muralhas, com suas torres quadradas e circulares. Hoje, a "cidade" de La Couvertoirade vive de turismo e artesanato.

A Carta foral

Em Portugal, os fatos que implementaram a fundação de "vilas novas" eram muito semelhantes aos que se apresentavam

no sudoeste francês, e se realizaram num mundo governado majoritariamente por grandes senhores, tanto nobres, como abades, bispos e mestres das ordens militares (PAILO *et al.*, 2007).

Superado o estado de guerra contra os muçulmanos, Portugal passou a conhecer um notável crescimento econômico resultante da criação da moeda, da formação de pontos de comércio e de trocas marítimas. A consolidação da fronteira exigia o repovoamento rápido do território, especialmente das regiões menos habitadas e produtivas, afastadas de um Litoral já povoado. Aos fatores de ordem econômica e militar somavam-se, também, razões de ordem política e administrativa, que favoreciam a fundação de novas vilas (Figura 23).

A consolidação do poder do rei foi determinante no desenvolvimento das cidades, por meio de uma política de concessão de forais que deu origem a muitos núcleos medievais, onde se fixavam populações oriundas de povoações rurais dispersas, os *hóspedes*.

A carta foral, em Portugal, no Brasil e em outras partes do Império português, tratava, dentre outras coisas, dos tributos a serem pagos pelos colonos, ou aqueles de que estes ficavam isentos, bem como dos seus direitos e deveres. A carta foral, ou o foral, era o documento do rei de concessão de foro jurídico próprio aos habitantes (os hóspedes) de uma povoação, que se queria libertar do poder senhorial ou feudal, erigindo-se em conselho, com autonomia municipal, ou seja, colocando-se no domínio e jurisdição exclusiva da Coroa portuguesa, com a proteção pessoal e específica concedida pelo rei, mas sem ser incorporada ao domínio patrimonial e senhorial da Casa Real.



Figura 23 – Caminha (século XIII)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (200).

O processo de planejamento associado à fundação de novas vilas incluiu regras para a composição de seu traçado. Apesar de diferenças existentes e especificidades que conferiam identidade a cada espaço urbano, havia regras comuns que caracterizaram a existência de uma morfologia da cidade medieval. Daí nasceria o esquema geral do plano da nova aglomeração e da estrutura que daria as condições preliminares da inclusão da hospitalidade, até os dias atuais (Figura 24).



Figura 24 – Viana do Castelo (século XIII)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2009).

A cidade contemporânea

Hoje, a noção de hospitalidade na cidade apresenta-se como valor inspirador de práticas mais ou menos codificadas, destinadas a enquadrar a chegada e a permanência do *estrangeiro*, do hóspede, e regulamentar as fronteiras da integração como se mencionou anteriormente. Essas práticas, ao mesmo tempo políticas, jurídicas e sociais, dirigiam-se não só aos estrangeiros, mas a todos os grupos familiares ou individuais, qualificados como “o outro”, em virtude de sua origem, de sua mobilidade, de sua cultura.

Como afirmou Montandon (2004), numa interessante metáfora, “hospitalidade para a cidade é ter consciência, descobrir

e valorizar suas próprias riquezas; é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos; a cidade é, portanto, o lugar onde se pratica a hospitalidade, onde se dá o encontro com o ‘outro’, na posição de anfitrião que recebe para mostrar sua cultura, sua “história”. Cabem aqui algumas considerações a propósito da antropologia da cidade, conforme o que Cordeiro e Frúgoli Junior escreveram no prefácio do livro de Miguel Agier (2011, p. 19), pois concluiu que, “para compreender antropologicamente a cidade, é preciso esquecer a cidade”. A hipótese fundamental de Agier é de que o sujeito se propõe a conhecer a cidade, a partir dos cidadãos e de suas experiências cotidianas, de seus lugares vividos e das situações concretas apreendidas *in situ*, por meio de pesquisa direta “que dá visibilidade ao que não se vê, não se sabe, nem se imagina” (2011, p. 21) (Figura 25).



Figura 25 – Grande Avenida em Osaka (Japão)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (1985).

A cidade de Agier não é uma abstração teórica, generalizadora, não vem de modelos predefinidos, “mas é uma cidade relacional e situacional que parte dos lugares e dos cidadãos que, caso a caso, preenchem movimentos e dinâmicas socioculturais específicas e originais” (2011, p. 19). Essas considerações vêm de encontro a hipóteses deste trabalho, em que a cidade é um processo, é a cidade viva e imprevisível, é a cidade que revive as muitas e variadas cidades que estão na base das considerações de uma antropologia cidadina, mais preocupada em entender o novo, produzido por esses ambientes que tornam as cidades lugares estratégicos, em termos de uma ampla organização de diversidades. A cidade não interessa como essência ou norma, mas como processo humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria para a observação e interpretação, conforme disse Agier (2011). Continuando, “são as pessoas que fazem a cidade, são os grupos sociais que fazem a cidade, e não a cidade que faz a sociedade” (2011). É por isso que, na opinião de Agier (2011), falar de uma antropologia da cidade é falar de tudo aquilo que a cidade faz. Apesar de não conseguir apreender a cidade como totalidade, pode-se dizer que não se vê nunca a cidade, apenas se veem situações que se passam na cidade; fala-se de “cidadinidade”, no sentido de que as ações, as interações e suas representações são definidas, a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a relação deles com a cidade como contexto social e espacial.

Trata-se do resgate da hospitalidade clássica, se assim se pode considerar, desde os primórdios das *bastides* e das “vilas novas”. Aliás, a hospitalidade clássica, no sentido histórico do termo, consistia em satisfazer as necessidades básicas e as de segurança e, em certos casos, de reconforto e de afeto de pessoas

que estavam se deslocando por meio de uma relação gratuita. Hoje, é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua sociodiversidade, sendo radicalmente alterado o papel do âmbito público, no conjunto das dinâmicas da cidade, nas quais os espaços públicos não só deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos da cidade, como também perdem seu papel estruturador das atividades e interações urbanas, afetando as esferas de influência cultural, social e de personalidade de seus atores e alterando seus níveis de uso e apropriação (Figura 26). Há, dessa maneira, uma progressiva degradação física e simbólica dos espaços da cidade, pois, apesar das costumeiras intervenções estetizantes sobre os espaços públicos de muitos centros históricos, eles representavam uma fração cada vez menor do território da cidade. Todos os outros espaços da cidade esvaziavam-se de sentido. Esse modelo de construção exclui o domínio público e limita suas prioridades, proporcionando a valorização do privado, confundindo a fronteira entre os domínios públicos e privados da cidade (ASCHER, 1995).

A cidade, tida como lugar de realização humana e de centralidade simbólica, parece já uma “fórmula” do passado, pois muitas de suas políticas, hoje, estão visando mais à qualificação plurifacetada do espaço, o que leva a questionar a própria cidade e seus limites e, ao extremo, a própria pertinência do termo cidade. A questão é que se está diante de uma cidade, ou de várias cidades, ou perante nenhuma cidade (CHOAY, 1999) (Figura 27).



Figura 26 – Bairro popular de Osaka (Japão)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (1985).



Figura 27 – A cidade contemporânea, com claras origens na cidade moderna (São Paulo, 2001)

Fonte: “São Paulo metrópole em trânsito” (2004).

Alguns autores (BAPTISTA, 2002, 2005; AUGÉ, 1994; DERRIDA, 2003; LEVINAS, 2005; ARENDT, 2008; MONGIN, 2009; MILON, 2011) colocam a hospitalidade no coração da vida social, não apenas como ideia universal reguladora, mas como competência prática, como relação interpessoal, seja qual for o seu contexto de realização, permitindo pensar as práticas sociais, a partir da valorização dos lugares de contatos, de interações, encontros e relações interpessoais, que proporcionam uma forma de compreensão da cidade sob outra perspectiva. Tornam-se objeto de estudo novos signos e hábitos cotidianos, como a moda, o jogo, o *flaneur*, as ruas, a fotografia, a publicidade.

Ferrara (2002) tratou a cidade como um espaço privilegiado do não verbal e levantou a ideia de que os códigos da cidade se formam não por meio de um único signo, mas por signos variados, como sons, palavras, cores, texturas e cheiros. Constitui-se, assim, o texto não verbal, percebido e registrado por toda a cidade, por meio da experiência da cidade, do uso dos espaços que os qualifica, caracterizando lugares e sedimentando uma memória da cidade (FERRARA, 2002).

Hospitalidade e comunicação

Para o entendimento da cidade no âmbito da comunicação, do pensamento urbanístico e da hospitalidade, é fundamental analisar palavras, signos ou discursos da comunicação como proferidos, segundo a posição de quem os utiliza. Ao se procurar apreender determinada organização social, por intermédio da leitura do espaço da cidade, não se está apenas decodificando seus símbolos, mas dando-lhe um significado que varia conforme os conhecimentos de que se dispõe, isto é, dos códigos que cada um pode e sabe utilizar (FERRARA, 2002).



Figura 28 - Rua em São Paulo (Brasil)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

A possibilidade de ler a cidade a partir de ferramentas da comunicação tem caminhos diferentes, dependendo dos signos, indicadores ou discursos a pesquisar. Diante da diversidade de representações e grupos sociais na constituição e transformação do fenômeno urbano, hoje, esta parece ser uma abordagem que permite reconhecer as diversas identidades e as variadas culturas que se apresentam simultaneamente por meio de códigos, símbolos, costumes, espaços construídos e experiências, pois, se por cidade se entende o espaço físico e as inter-relações socioeconômicas ali realizadas, o urbano implica um modo de vida, uma sensibilidade e uma cultura vivenciados como imaginário (Figura 28).



Figura 29 – Praça em Carpentras (França)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

Deve-se considerar, também, que as metrópoles continuam e continuarão a crescer, a concentrar uma parte cada vez maior de homens e riquezas, a se espalhar sobre territórios cada vez mais amplos, a integrar, em seu sistema de funcionamento cotidiano, zonas citadinas e rurais cada vez mais afastadas, formando as “metápoles” (ASCHER, 1995), de diversas centenas de milhares de habitantes, talvez de diversos milhões. Obstacularizar a metropolização é impossível; é, portanto, necessário e conveniente geri-la, isto é, maximizar-lhe os resultados, minimizar-lhe as disfunções, dividir os benefícios, limitar os desgastes. As “metápoles” são também lugares de mudanças sociais profundas. As grandes cidades, longe de desaparecer, recompõem-se, fazendo emergir novas centralidades, novas modalidades, novos espaços públicos, “novas formas de hospitalidade” (Figura 29).

Capítulo III

A hospitalidade e as mudanças fundamentais no sistema da cidade

As relações sociais, cenários para a prática da hospitalidade, envolvem tanto as trocas materiais quanto as simbólicas, as quais possibilitam a comunicação e a integração entre os indivíduos, enriquecendo-os em relação à vivência e às experiências diante do novo, das novas culturas e dos costumes. Essas transformações suscitaram o que Ascher (2010) denominava de “paleourbanismo”, sendo as primeiras utopias as produtoras dos modelos que deram o nome ao urbanismo. Elas fizeram emergir em tempos atuais novas atitudes diante do futuro, novos projetos, novos modos de pensar e ações diferenciadas. A evolução que começou há 40 anos foi considerável nas práticas do cidadão, nas formas da cidade, nos meios locais; no horário de deslocamentos, das comunicações e das trocas; nos equipamentos públicos e serviços; na tipologia dos lugares nas cidades; nas atitudes em relação à natureza e ao patrimônio.

Existem tendências substanciais a caminho levadas a cabo e determinadas pelos novos processos de modernização (vídeo, internet, celular, computador pessoal, etc.). Trata-se de identificar essas tendências o mais rapidamente possível, para avaliar o impacto que possam ter sobre as cidades e as formas de vida urbana e elaborar, conseqüentemente, instrumentos possíveis, para ajudar e gerenciar, da melhor forma possível, essa evolução estrutural. Essa revolução ainda mobilizará todos os sentidos, inclusive o toque, o gosto, o cheiro.

Os cidadãos organizam seu território em função do tempo; controlam seu “espaço-tempo”, e utilizam mais intensamente todos os instrumentos e a tecnologia que aumentam sua autonomia; que abrem a possibilidade de se deslocar, e de se comunicar de forma mais livre. As distancias físicas não se traduzem mais em tempos fixos de deslocamentos, mas mudam conforme os modos de transporte e a comunicação, segundo as horas do dia; os cidadãos podem cada vez mais escolher o lugar e a hora de sua atividade. Isto conduz a uma crise dos antigos modos de regulação: a sirene da fábrica, o sino da igreja, o sinal da escola já não marcam o ritmo da vida da cidade.



Figura 30 - Rua em Paris (França)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

Devem ser consideradas e analisadas, também, as mudanças no sistema urbano que afetaram de diferentes maneiras o processo de hospitalidade. Quais foram elas? Fundamentalmente,

foram: a adoção de novos modos de vida da população; novas modalidades de gestão dos espaços da cidade; a alteração nas relações entre espaços públicos e privados, com o surgimento de espaços de uso público, mas de propriedade privada (*shopping centers*, espaços da cidade tombados, por exemplo). O urbanismo funcionalista perdurou dos anos 20 aos 70 do século XX e contribuiu para o desenvolvimento da cidade fordista, que refletia uma forma particular de urbanismo, baseada na divisão do trabalho no setor produtivo, no contexto da economia de escala e no aumento da produtividade, através do desenvolvimento dos transportes e das comunicações. Esse tipo de urbanismo buscava dividir a cidade em zonas que correspondiam a funções específicas e segregadas do uso do solo, procurando maximizar a economia de escala, principalmente a infraestrutura. A discussão do zoneamento, como espaço de “negação da cidade”, conduz à crítica do urbanismo funcionalista e totalitário, que pensa e concebe a cidade em zonas especializadas, contrariando a ideia de cidade como espaço comum, convival, de trocas e encontros que, historicamente, se vão fazendo, “contrapondo a ideia de urbanismo como processo participativo” (CORDEIRO; FRÚGOLI JUNIOR, 2011). Os fenômenos recentes da globalização, principalmente as transformações tecnológicas a ela associadas, contribuíram para mudanças radicais nos conceitos tradicionais de tempo e espaço (Figura 30).

Uma análise primorosa é feita por Acher, sobre a evolução do urbanismo moderno para o neourbanismo; assim, este considera que o urbanismo moderno define um programa de longo prazo para as cidades, aplicando o princípio de organização espacial (sob a forma de plano diretor). Daí decorreram planos de urbanismo, visando o enquadramento da realidade futura em

quadro predefinido. Os planos e os esquemas eram destinados a controlar o futuro, a reduzir a incerteza, a realizar um projeto de conjunto. A noção moderna de projeto está mais do que no cerne do urbanismo, mas o projeto não é somente um desígnio acompanhado de um desenho, é também um instrumento cuja elaboração, expressão, cujo desenvolvimento e cuja execução revelam as potencialidades e as limitações impostas pela sociedade, pelos atores envolvidos, pelos lugares, pelas circunstâncias e pelos acontecimentos. O projeto é simultaneamente uma ferramenta de análises e de negociação (ACHER, 2010).



Figura 31 - Pannel na “High Line” em New York
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2007).

O neourbanismo derruba, por outro lado, a antiga cronologia que encadeava o diagnóstico, a identificação das necessidades e a elaboração de eventuais cenários; a definição de programas, o projeto, a realização e a gestão da metodologia aplicada, até hoje, objeto de ensino nos cursos de Arquiteturas e Urbanismo, daqui e de alhures. Ele substitui essa linearidade por uma gestão heurística, interativa, incremental e recorrente, isto é, através das ações que servem simultaneamente para elaborar e provar hipóteses, com realizações parciais que reinformam o projeto e permitem procedimentos mais cautelosos e duráveis, pelas avaliações que integram o *feedback* e que se traduzem na redefinição dos elementos estratégicos.

O urbanismo moderno assegurava a realização de seus projetos, através de regras simples, imperativas e estáveis: zoneamento, funções, densidades, gabaritos, etc. As regras eram exigentes, isto é, fixavam, ao mesmo tempo, objetivos e maneira de atingi-los (ASCHER, 2010).

O neourbanismo “privilegia os objetos, os resultados a ser obtidos e incentiva os atores públicos e privados a encontrar modalidades de realização desses objetivos, os mais eficientes para a coletividade e para o conjunto de agentes. Isto demanda novos tipos de formulações de projetos e de regulamentações” (ASCHER, 2010). Devem ser encontrados os meios para qualificar e quantificar as características desejáveis de um lugar, seu ambiente, sua acessibilidade, seu nível de equipamentos coletivos e serviços, sua característica de hospitalidade (Figura 31).

O urbanismo moderno, muito marcado pelo pensamento taylorista e fordista, buscava resultados na economia de escala, na simplificação e na repetição das funções da cidade, destinadas a espaços específicos. Não buscava simplificar realidades

complicadas e se esforçava, antes de tudo, em dar conta de territórios e situações complexas. Sua performance e sustentabilidade eram obtidas por variedade, flexibilidade e capacidade de reação. As soluções únicas e monofuncionais, frágeis ou pouco adaptáveis, davam lugar a respostas multifuncionais e redundantes, capazes de fazer face à evolução, variedade de circunstâncias, disfunções e às crises. Os resultados estavam mais fundamentados na articulação e coordenação de potenciais variados do que na massificação. As economias de variedades predominavam sobre as economias de escala. O desafio consistia em assegurar, simultaneamente, a continuidade e a capitalização das experiências e do conhecimento, bem como o funcionamento através de projetos que permitiam a incorporação de especialistas de alto nível. “O urbanismo moderno privilegiava as soluções permanentes, coletivas e homogêneas, a fim de responder às demandas de habitação, de transporte, de lazer, de comércio. A produção em massa repetitiva do serviço permitia amortizar equipamentos muito caros: o mesmo serviço para todos e, geralmente, de forma simultânea” (ASCHER, 2010). (Figura 32).

O neourbanismo e os serviços públicos devem, hoje em dia, considerar o projeto de individualização que marca a evolução de nossa sociedade. Essa personalização dos serviços necessita de redes e de sistemas técnicos mais complexos. Todos os equipamentos coletivos tradicionais (universidades, hospitais, estádios, etc.) não se tornam obsoletos, mas devem integrar de maneira nova esta noção de serviço individualizado e apoiar-se nas técnicas avançadas de transporte e telecomunicações.



Figura 32 – Ministério das Finanças, Paris (França)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

“As sociedades atuais são compostas por mobilidades e territórios de geometria variável; confrontam o neourbanismo com uma diversidade complexa de interesses e com uma complexidade de desafios que dificilmente podem se materializar em interesses coletivos estáveis e aceitos por todos” (ASCHER, 2010). Os políticos locais, o Estado, os urbanistas, todos os especialistas podem, assim, cada vez menos, pretender fundamentar suas ações e suas propostas no interesse objetivo e único. O Poder Público administrou o urbanismo moderno

assegurando a aplicação das leis, dos planos e das regulamentações. Essa administração era coerente, portanto, com um urbanismo que proibia e controlava tanto quanto projetava e aplicava princípios e soluções e, para que isso acontecesse, mantinha uma tendência estrutural de negar as especificidades das cidades, dos lugares e das culturas, reduzindo-os a meros cenários.

O neourbanismo deve esforçar-se em propor um tipo de cidade que oferece combinações variadas de qualidades (ASCHER, 2010). Para tanto, não deve hesitar em utilizar formas antigas e estilos vernaculares, tanto quanto os tipos modernos. Também “patrimonializa” cada vez mais o quadro construído existente, seja “museificando-o” e integrando-o à nova economia cultural e turística da cidade, seja reutilizando-o ou designando-o para novos usos. O novo urbanismo tenta, tanto quanto possível, utilizar as dinâmicas de mercado, para produzir ou conservar valores simbólicos da cidade antiga. Ele aproveita a variedade arquitetônica e as formas da cidade para fabricar cidades diversificadas; ampliar as possibilidades de escolhas e tornar possíveis as mudanças na escala metropolitana.

As relações da vida social, cenários para a prática da hospitalidade, envolveram tanto as trocas materiais quanto as simbólicas, as quais possibilitaram a comunicação e a integração entre os indivíduos, enriquecendo-os em relação à vivência e às experiências diante do novo, de novas culturas e costumes. Nessa acepção, alguns autores reforçam o conceito de “cultura do acolhimento”. A hospitalidade e suas variações foram apontadas como uma maneira de potencializar o acolhimento dos visitantes. Origina-se, a partir da hospitalidade, em sua forma inicial, num ritual de acolhimento que é por suas características, um

instrumento de acolhimento institucional ou mercantil, em que, neste último caso, os protagonistas estariam liberados de qualquer outra obrigação, fora aquela definida pelo contrato (GRINOVER, 2016). De fato, na cidade antiga, a realidade da hospitalidade era um acolhimento com condições. De acordo com Seydoux (1983), “acolhimento é o conjunto de comportamentos, de políticas e de técnicas, para bem executar a aproximação do visitante, no sentido de uma relação humana de qualidade, com o objetivo de satisfazer suas necessidades, seus gostos e aspirações, e na perspectiva de desenvolver um clima favorável de encontros e trocas para estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres”. Substância principal do turismo e seu único fator humano, o acolhimento, reminiscência da hospitalidade antiga adaptada à sociedade moderna, inspira e condiciona a concepção dos equipamentos, dos serviços, da animação e da atmosfera de toda atividade turística (GRINOVER, 2016).

A urbanização pode ser considerada um processo socioespacial de amplitude histórica, que reflete e reproduz os modos de produção em diferentes contextos históricos, sendo que a cidade compreende uma forma espacial, que expressa esses processos de urbanização acumulados no tempo. Entretanto, essa distinção entre urbanização como processo e cidade como expressão material da urbanização, não devem ser considerados separadamente na compreensão do fenômeno urbano, mas como um par dialético. Do ponto de vista do desenho da cidade, o cuidado com a qualidade dos espaços públicos e da gestão urbana (sinalização, segurança, transporte, conforto) também refletem o nível de hospitalidade esperado pelo visitante, o que significa admitir que a existência de diversas práticas sociais (econômicas,

políticas e cultural-ideológicas), em conjunto e em constante interação, é responsável pela produção do espaço (VARGAS; PAIVA, 2016).

A cidade oferece atualmente as mesmas características de hospitalidade analisadas até hoje? Subsistem ainda as categorias de análise da hospitalidade: acessibilidade, legibilidade, identidade, sobre as quais se trabalhou anteriormente? (GRINOVER, 2007). Como deve hoje ser analisada a mobilidade e, conseqüentemente, a acessibilidade? Quais são os códigos de leitura do espaço construído? A fragmentação urbana permite a compreensão da cidade como um todo e possibilita, ainda, individualizar as diferentes identidades? Há diversas cidades embutidas na cidade contemporânea? Quais influências poderão atuar na hospitalidade da cidade, em função da dispersão e da difusão? Quais são as perspectivas de novos estudos para a hospitalidade do e no espaço construído, isto é, no espaço da cidade?

As perguntas aqui formuladas serão, tentativamente, respondidas no decorrer deste trabalho.

Segundo Argan (2001) a lógica urbana não se restringe ao espaço físico das cidades, sejam elas grandes ou pequenas, mas se coloca com uma sensibilidade e um imaginário que as extrapola. Daí, a complexidade da cidade, levando a tarefa de compreendê-la e planejá-la a envolver múltiplos campos do saber, para dar conta do problema. O outro enfoque seria o de separar a cidade objetiva e concreta do “aqui e agora”, do imaginário urbano, onde se acumulam os modos de viver, pensar, sentir e sonhar a cidade, enquanto uma das criações máximas da civilização. O sonho da cidade induz a modos de vida na cidade e produz ideias, comportamentos, conhecimentos, formas de lazer e também uma

cultura (CARLOS, 2001). Além de induzir as interferências nos seus espaços, as cidades, que se destacam pela maneira como materializam a própria cidade, tornam-se espaços de atração de pessoas, e, com diferentes ênfases, elas são receptivas aos visitantes que atraem. A questão, portanto, merece aprofundamentos, buscando melhor entender a cidade, o urbano e a hospitalidade.

Com base nessas reflexões, ocorre uma diferenciação, a nosso ver, muito importante que pode ser estabelecida entre “hospitalidade cidadina” e “hospitalidade cidadã” (cidadina, que diz respeito à cidade, ao habitante concreto da cidade; e cidadã ao que habita uma cidade, aquele que goza dos direitos civis e políticos), como dito anteriormente.

As funções dessas “hospitalidades” proporcionam a hospitalidade da e na cidade, enquanto campo de ação e de proposições para a construção do que nós, afinal, chamamos de cidade.

Nesse sentido, a discussão pode ser aberta a partir do conceito de cidade e de urbano, pois nós nos situamos no âmbito do enfrentamento de muitas dúvidas e poucas certezas. Afinal, o que é a cidade, o que é o urbano? Pode a cidade ser igual ao urbano? Em caso negativo, o que diferencia os conceitos de cidade e de urbano? Como se realiza a hospitalidade, com quais características?

Antes de avançar com essas considerações, é importante deixar claro para que serve um conceito. Todo conceito serve para compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, constitui-se num instrumento de conhecimento e de investigação. É um reflexo do real, e esse real está em permanente mudança, daí ser lógico que ele também se modifique.

Para a compreensão do que estamos nos propondo aqui, cabe uma definição do que entendemos por cidade e por urbano: a cidade seria a organização espacial, a forma, um conjunto de elementos ordenados, o mundo do cidadão; o urbano estaria mais ligado a um tipo de sociedade, sendo a expressão de ideias, ética, valores, estética: o mundo do cidadão. O urbano, ou a cultura urbana, se realiza como práxis na cidade, através das atividades políticas, econômicas e culturais, e reúne todos os elementos da vida social. Devemos, portanto, entender que cidade e urbano não são sinônimos. O urbano deve ser entendido como um modo de vida, uma forma social, enquanto a cidade seria a materialização dessa forma (HARVEY, 1980). O urbano deixa de ser a simples oposição ao rural e passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar (CARLOS, 2005). O urbano contemporâneo representa, portanto, novas formas de ideias, pensamento e ações, uma nova forma de vida, que não se relaciona diretamente com o modelo antigo de cidade.

Há uma definição bastante ampla do que se entende por urbano e por cidade, quando se diz que o “urbano é um conceito, pois qualifica um modo de vida que atinge a maioria da sociedade, sendo que as atividades urbanas extrapolam os limites da cidade como o agronegócio, as áreas turísticas, e muitas outras” (CARLOS, 2005). Cidade é uma definição. É a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcada e estabelecida. A cidade é o centro da decisão política do urbano.

A cidade aparece aqui como o lugar que exprime com mais força a segregação e a desigualdade social, e o urbano aparece como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade. Segundo Lefebvre (1991) a análise do fenômeno

urbano exige a utilização de instrumentos metodológicos, chamando a atenção para a forma, a função e a estrutura. Esses três termos são essenciais para a análise da cidade e do urbano, considerando a primeira como âmbito da ação política, e o segundo como modo de vida.

Assim, as respostas a todas essas questões devem ser objeto de profundas investigações e reflexões, a fim de encontrar alternativas para novas políticas urbanas de hospitalidade, capazes de acompanhar as mudanças que estão ocorrendo, bem como para novas políticas de atuação profissional dos planejadores da hospitalidade no espaço construído, considerando-se, ainda, que não é possível falar de espaços hospitaleiros nem de lugares hospitaleiros, mas de “usos e ocupações hospitaleiras do espaço” (DE LA HABA; SANTAMARÍA, 2004), o que confere a característica da hospitalidade no espaço construído.

Em *La città postmoderna: magie e paure della metropoli contemporanea*, Amendola (2004) sustentou que as cidades estão se preparando para a competição e oferecem todas elas uma nova imagem de si. Intensificam-se as ações sobre a cidade, para mudar sua lógica de funcionamento e sua forma física, além de aumentar, assim, sua capacidade de competir em mercados nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, satisfazer seus habitantes, pois é na cidade que se torna visível a grande transformação contemporânea e, entre as grandes transformações culturais, estão a assunção da cotidianidade, como campo privilegiado da formação do sentido, e a contínua introdução de elementos do cotidiano em todos os campos da ação e do saber urbano.



Figura 33 – Praça da Sé São Paulo (Brasil)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

A cidade apresenta-se, dessa forma, como verdadeiro dispositivo cultural, um cadinho no qual os encontros, as fusões, as tensões, os conflitos produzem cultura num jogo complexo em que as situações fazem comunidades (AGIER, 2011).

Novos valores da cidade e na cidade

No decorrer dos séculos, o poder central ou local, secular ou religioso, contribuiu para: a feitura das cidades, o traçado das principais artérias; a construção e derrubada de muralhas; a realização de praças, parques e jardins; a construção de palácios e

monumentos e, num período mais recente, a realização – direta ou delegada a concessionário – de redes técnicas (água potável, saneamento, energia, telecomunicações, transportes). Mas a cidade é, também, de modo mais ou menos dominante, conforme as épocas e os lugares, o produto de múltiplas acumulações e iniciativas individuais vindas de proprietários imobiliários, de promotores, de empresas e de pessoas físicas, que loteiam terrenos, edificam ou fazem edificar as construções, demolindo ou ampliando outras. Esta, redigida em 1933, claramente em volta de Le Corbusier, põe na frente o conceito de zoneamento, visando dividir os espaços da cidade entre quatro funções: habitar, trabalhar, recrear, circular.

Deve-se lembrar de que o desenvolvimento sustentável corresponde a uma concepção de problemáticas sustentáveis, que não se opõem ao programa econômico-social. Ele se define como um desenvolvimento que corresponde às necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras (Comissão Brundtland, 1991), para responder às suas próprias necessidades. Precisa-se desta definição indicando, em geral, que o desenvolvimento sustentável repousa sobre três colunas: a econômica, a social e a ambiental, que se trata não de justapor, mas de torná-las compatíveis entre si. Aos três pilares do desenvolvimento sustentável, se junta, às vezes, um quarto pilar: a “governança”. Esse neologismo, empregado a propósito de tudo e não importa o que, corresponde à noção de “bom governo”, quer dizer, a um governo nacional ou local, não corrompido demais e que pratique mínimo respeito aos direitos humanos.

Dessa forma, pode-se definir uma “cidade sustentável” como sendo uma cidade que atinge um alto nível de performance ambiental, acrescentando o número e a qualidade de seus usos e

permitindo a progressão social de todos seus habitantes. Também as cidades, em competição umas com as outras, desejam se tornar as mais atraentes, procurando ser dotadas de infraestruturas modernas, de polos universitários e de pesquisa ou de grandes equipamentos culturais. A cidade não é apenas um aglomerado de casas, um local de trabalho, uma possibilidade de proteção, enfim, um resultado de projetos urbanísticos e de soluções técnicas (PAVIANI, 2005). Ela é também um modo de vida marcado, entre outros aspectos, pelo sentido ético e pedagógico que envolve o indivíduo e a convivência social. A cidade expressa maneiras de viver e conviver; representa a cultura de um grupo ou de grupos; os possíveis conflitos entre os habitantes e a ordem social e política adotadas por eles. Um breve olhar sobre as cidades na História e, em especial, na contemporaneidade, permite ver em seus traços fisionômico-arquitetônicos, no traçado das avenidas, nas relações entre o centro e os bairros; nas festas, nos modos de produção, nas práticas sociais e religiosas; na efetivação das políticas, as mentalidades que revelam, os costumes e as concepções de mundo, de povo ou de comunidade. Isso pode ser ilustrado de muitas formas. Por exemplo, nas cidades do passado, no Ocidente, podem ser percebidas as conexões entre o centro e os bairros; a realidade econômica e a social; as práticas políticas e religiosas. Invariavelmente, o templo e o campanário, ao lado do palácio de governo e da Justiça, ao redor da praça, não longe do mercado, constituem a expressão material de uma cultura.

A nova ação de transformação da cidade, valorizando, excluindo, enfatizando, recriando, acontece quando se constrói uma narrativa e uma imagem da cidade no interior da qual as áreas urbanas adquirem significado e, sobretudo, valor. Sob essa pressão, a cidade esmiúça-se, desfibra-se. É a cidade que produz e

sustenta imagem e realidade. Do outro lado, há a cidade residual, que não tem força, para produzir uma imagem que não seja de si. É a cidade dos excluídos. É a *non-cidade*.

Lapeyronnie (1999), buscou conduzir o leitor a considerações interessantes sobre essa cidade moderna, que foi um “momento miraculoso do equilíbrio instável entre a presença ainda ativa da cidade do passado e o movimento de modernização abrigando uma nova cidade” e, ainda, “uma experiência melancólica da cidade fundada sobre um passado que se afasta irremediavelmente”. Cada novidade vinda da modernidade é vivida mais como “algo que foi erradicado como uma destruição, antes de ser de novo absorvida pela cidade e gerar, por sua vez, o sentimento de perda e de melancolia” (p. 21).

A cidade moderna é representada pela imagem da cidade perfeita, entendida em equilíbrio perfeito. Além disso, na cidade moderna domina a ideia de onipotência, por meio da qual se pode manipular e controlar o tempo. Disso vem um pressuposto: o tempo passa a ser pensado como dimensão à parte do vir-a-ser dos fenômenos: uma situação sem história, na qual o “passado e o futuro podem ser comprimidos em um eterno presente” (DECANDIA, 2003). Cada situação vem da anterior, e não existe futuro pensado como criação, acontecimento, que permita ser controlado por meio de plano, projeto, com certeza, pensado por uma única pessoa, que define a ordem que a própria cidade deverá assumir no futuro (DECANDIA, 2003).

A ideia de reordenamento, de manipulação e controle é fundamento da concepção de cidade moderna: cada coisa em seu lugar, cada situação definitivamente compartimentada: separar, dividir, reduzir a complexidade dos fenômenos, por meio de simplificação e decomposição; separá-los em unidades

elementares; decidir comportamentos; dominar e manipular o tempo; colocar uma ordem definitiva, eis o significado e o objetivo da modernidade. Entretanto, essa ordem desejada da modernidade nunca foi alcançada. Hoje, a cidade parece caótica, fragmentada, difícil de compreender em suas complexas articulações; evidencia antagonismos e conflitos, nos quais todos os instrumentos tradicionais e habituais de representação já não são mais possíveis.

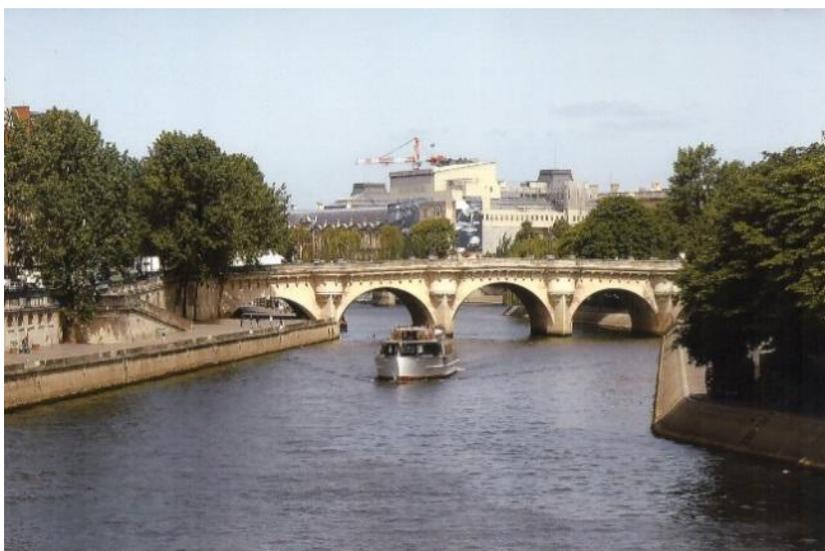


Figura 34 – Ponte sobre o rio Sena, Paris (França)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

O desfazer-se de antigas afirmações nos deixa, de um lado, pelo menos, atentos, não representando a cidade como uma forma unitária e coerente; de outro, leva o indivíduo a abandonar velhas ordens esmigalhadas e a olhar com novos olhos o novo; obriga cada um a abandonar suas velhas concepções de interpretações abstratas; impele o sujeito a utilizar novamente os pés para andar em direção às coisas, “abertas ao estupor e à maravilha, à procura

de um sentido que não possuímos prontos a escutar pessoas que nos proporcionem novas possibilidades” (DECANDIA, 2003).

Nessa nova forma de articulação e apropriação do espaço, ambientes diversos justapõem-se; novas polaridades e novos pontos de referência tomam lugar em novas relações; o espaço geométrico euclidiano de linhas, pontos e superfícies é posto em discussão: aparecem novas rearticulações do espaço, através de correlações não simétricas. Esse modo de pensar a cidade não implica uma aceitação passiva da realidade, mas sugere um contato mais íntimo com ela. Reconhecendo e aceitando o real como ponto de partida, pode-se transformar a cidade, considerando-se a multiplicidade dos recursos e das diferenças. É somente após se ter olhado a realidade de frente, sem ilusões, que se pode tomá-la e procurar transformá-la no sentido possível. É fundamental, portanto, pensar que algo de novo, inesperado, pode ser sustentado por uma certeza: não existe uma ordem a ser alcançada no fim da história.

O conhecimento não se arroga mais a tarefa de descrever os fenômenos com o propósito de legitimar cientificamente as modalidades de intervenção no futuro. O escopo do conhecimento não é mais aquele de conhecer para dominar, mas aquele de observar e dar sentido às transformações. O conhecimento deve ser entendido enquanto a capacidade de compreender e assumir a mudança, como fenômeno criativo, como momento de novidades reais. A realidade não se oferece como contendo significados já estabelecidos, mas revela-se apenas no sentido de que é atribuído pelo sujeito, por meio da experiência.

Sobre a cidade moderna, constrói-se outra cidade, a cidade global, voltada ao poder de gestão de fluxos, habitada por “manipuladores de símbolos” (SASSEN, 1996), que se beneficiam

de serviços estandardizados, abandonando o restante da população aos fluxos da aglomeração urbana. Desde então, ainda segundo Sassen (1996), não existe mais uma única experiência da cidade moderna. A dialética do efêmero e do cotidiano transformou-se na fusão de uma cidade da mercadoria com uma cidade da necessidade. “A racionalização absorveu a cidade da memória e a transformou em uma cidade museu” (1996). Desaparecem, nessa cidade, as figuras quase míticas do *flaneur*, substituídas por turistas invadindo uma cidade morta em busca de aventuras. Nesse contexto, o passado da cidade torna-se um objeto estético sem conteúdo social, sem significação. O espaço da cidade elimina o tempo histórico, tornando-se “parcelarizado”; a cidade é a união do espetáculo, da miséria e dos fluxos. Nessa cidade, os espaços não podem ser definidos como identitários, como relacionais nem como históricos: são os “não lugares”. Nesses “não lugares”, as mesmas mercadorias e os mesmos serviços são oferecidos a uma população cada vez mais homogênea (Figura 35).

Uma reflexão renovada resulta na apreensão de notáveis modificações físicas, como concentrações urbanas, multiplicação dos chamados não lugares, por oposição à noção sociológica de lugares.

Os não lugares podem ser as instalações necessárias à circulação de pessoas e de bens (sistema viário, aeroportos), os próprios meios de transporte (aviões, trens, ônibus) ou, ainda, os grandes centros comerciais.



Figura 35 – O “Minhocão” de São Paulo, Brasil

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

Autores como Certeau (2004) falam em “não lugares”, para definir uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência de lugar. Assim, o espaço do não lugar não cria nem identidade nem relação, e não concede espaço à História. Hoje, concretamente, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se, como a modernidade e a contemporaneidade, numa cidade codividem espaço e tempo. Daí, a possibilidade de o não lugar nunca estar ausente de qualquer lugar, seja qual for. Os não lugares não realizam nenhuma síntese, não integram nada (AUGÉ, 1994).

Nessas condições, torna-se extremamente difícil estruturar e concluir qualquer processo de hospitalidade; não se pode diferenciar e associar qualquer categoria de análise como identidade, acessibilidade, legibilidade, e cidadania e urbanidade ao não lugar.

A ideia de lugar de Santos (1996) é entendida como consistindo na extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário. Dessa forma, os lugares se definem por sua “densidade informacional e sua densidade comunicacional”. Os não lugares não podem apresentar essas características, mesmo que suas qualidades se interpenetrem, e não se confundam (SANTOS, 1996), revelando que mais importante do que a consciência do lugar é a consciência do mundo que se tem por meio do lugar. Sem essa consciência, corrobora-se a dificuldade, se não a impossibilidade de uma hospitalidade das cidades e nas cidades.

A experiência da cidade e na cidade

Assim, esses conceitos deixam de ser só teóricos. Eles realizam-se na cidade, nos espaços construídos, nos vazios (ruas e praças), no trânsito e na definição das distâncias e dos horários de partida e de chegada, do trabalho e do lazer, na hospitalidade. Nesse sentido, a cidade é a consagração dos modos de fazer ou de produzir e de agir. Espera-se que ela forme as condições de uma vida feliz para todos os indivíduos. Ela aponta a necessidade de associação própria dos humanos, que tendem a viver juntos e compartilhar crenças e valores, costumes e comportamentos. Pode-se defender a tese de que “a cidade é espaço ético e educativo de experiências e ações humanas apreendidas e divididas, socializadas, partilhadas com os outros”. A vida das cidades e dos cidadãos proporciona conhecimento e técnicas de sobrevivência, que fundamentam a existência coletiva. “A cidade oferece formação aos cidadãos e, também, molda o espírito das pessoas e imprime sua marca nos grupos sociais” (PAVIANI, 2005).

A cidade é feita de diferenças e de conflitos que determinam padrões de convivência comum. A cidade depende do

funcionamento de instituições, da justiça, da ordem social, de um grau elevado de civilização. As normas sociais, morais, jurídicas e técnicas complementam-se para formar uma unidade. Como o passado jamais desaparece totalmente, retornar à experiência dos antepassados é um modo de iluminar a compreensão dos dias atuais.

O estilo ou a fisionomia da cidade, das casas ou dos prédios revelam a cultura, isto é, os valores, os costumes das pessoas, assim, os traços da vida cotidiana expressam o ânimo, o bem-estar dos cidadãos, a cidadania. O conforto e a comodidade da vida na cidade variam com a cultura e a ideologia dos cidadãos. Assim, a cultura, entendida de modo amplo como expressão, comunicação, transformação, gosto, condição de produção e consumo, vida social e intelectual, possui profunda relação com a educação e a formação moral e cívica (Figura 36).



Figura 36 – Centro Cultural de São Paulo (Projeto de Oscar Niemayer)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

Se, para o movimento moderno, o esforço foi de homogeneizar, para o pós-moderno, é diferenciar; se o critério ontem foi a racionalidade, hoje é a identidade; se antes era o universalismo, hoje é o particularismo; se ontem era a função, hoje é o prazer.

Lyotard, em *La condition postmoderne* (1979), assinalou as características constantes da experiência urbana pós-moderna como, basicamente, a indeterminação (ambiguidades e fraturas); a fragmentação; a valorização das diferenças, o *patchwork* e a bricolagem, que pode ser projetada; a crise do “si mesmo” e a falta de profundidade (a identidade como problema e a difusão de identidades mutáveis); a procura por beleza (substituição do princípio da utilidade por aquele do prazer); hibridação; redução do passado ao presente; a carnavalização (a vida como jogo, a máscara, a festa); o protagonismo e a participação (a cidade aberta aos significados de cada um de seus habitantes); o subjetivismo (a primazia da construção individual, o indivíduo militante de si mesmo, a coexistência de diferentes hipóteses de mundo, mesmo conflituais); a casualidade e a estocasticidade (diminuição da previsibilidade e da predeterminação, primazia do acaso e da probabilidade).

Trata-se da “substituição do voluntarismo do ‘futuro radiante’ por um ativismo gerencial, uma exaltação da mudança, da reforma, da adaptação, desprovida tanto de um horizonte de esperanças quanto de uma visão grandiosa da história”, escreviam Lipovetsky e Sébastien no trabalho *Os tempos hipermodernos* (2004). Algo que ocorre na preparação de um neofuturismo, na hipermodernidade, em que “a fé no progresso foi substituída não pela desesperança, nem pelo niilismo, mas por uma confiança

instável, oscilante, variável em função dos acontecimentos e das circunstâncias” (2004).

É fato que a cidade contemporânea foge às tentativas de compreensão e de interpretação totalizante, seja dos especialistas, seja de seus habitantes. Os modelos totalizantes do passado, apoiados sobre a racionalidade e sobre ordens pré-constituídas, mostram claramente sua crise e, com isso, a inconsistência dos projetos recentes. Na cidade contemporânea, o espetáculo torna-se o principal organizador da vida, como dimensão da experiência cotidiana. O espetáculo espalhou-se no cotidiano da cidade e na rede dos espaços e dos tempos da experiência metropolitana.

A experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais, que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade. Desejo de prazer, procura da diferença social, avidez de consumo e afirmação de identidades constituem impulsos fundamentais, entre si complementares e sinérgicos, para orientar o comportamento de novas tribos, sobretudo dos grupos jovens, que percorrem o cenário das cidades (MAGNANI; SOUZA, 2007), assim caracterizado pela presença, pelo comportamento e por práticas, principalmente nas grandes cidades.

Dentre as primeiras e mais importantes vítimas do novo cenário das cidades e nas cidades estão os grandes planos totalizantes fundados sobre princípios de ordem e racionalidade e entendidos como instrumentos ordenadores globais do crescimento e da vida da cidade; são os “planos diretores”, cujos termos conceituais tradicionais transformam-se em “planos estratégicos”. Os primeiros apresentam-se fundamentalmente como planos normativos, mais preocupados com a regulamentação de futuras e eventuais intervenções nas cidades.

Os segundos propõem-se como planos de ação, visando a soluções de problemas da atualidade e concentrando-se nas possíveis articulações de agentes das cidades, com o objetivo de explorar as reais possibilidades da cidade.

Dessa maneira, a experiência da cidade perdeu seu caráter tradicional de processo dotado de um fim e tornou-se descontínua, fragmentária, episódica e incoerente. A pessoa escolhe lugares, estilos, imagens, códigos e os combina de acordo com a própria experiência pessoal. Transferindo esse conceito para a hospitalidade, verifica-se que ela segue os comportamentos citadinos e fragmenta-se em tantas hospitalidades quantos são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Essa constatação destrói o conceito clássico e subverte o sistema já consolidado. Novas hospitalidades vêm preencher os espaços da cidade, e tornar mais difícil ainda a apreensão da totalidade da cidade. Há muitas ilhas de hospitalidade construindo o mosaico da cidade. O lugar da cidade que se conseguiu fazer “próprio”, vivendo-o, exprime uma combinação de poder: capital cultural com suas competências e seus gostos, e capital social, consideradas as relações interpessoais, os grupos de pertencimento, etc.; assim, começa-se a colocar a hipótese de a hospitalidade constituir uma estrutura conceitual e prática diferente da que se apresentou até agora.

Seres humanos diferentes, de culturas diversas, inventam maneiras igualmente distintas para lidar com as mesmas realidades. A chave para compreender algumas das principais modificações da cidade e da sociedade contemporânea é basicamente a *experiência*. Cada aspecto da cidade deve tornar-se uma experiência ativa que possa ser promovida, desejada ou adquirida enquanto tal. Um boteco, uma praça, a própria cidade

propõem-se como experiências globais, mais do que simples lugares. Na base dessa ideia de experiência, há uma concepção pela qual o que tornou importante um lugar é sua capacidade de tornar os indivíduos diferentes, após atravessá-lo, percorrê-lo, e de produzir uma experiência depois da qual ninguém consegue mais ser o mesmo. O que se vende hoje não é o lugar, mas a experiência que este produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiências. Um restaurante é uma experiência gastronômica, um museu, uma experiência de história. Uma cidade, portanto, pode tornar-se uma experiência de cidade. Tudo se torna interessante e vendável em nome da capacidade de se tornar experiência. É essa a condição política prévia do urbano contemporâneo: se o espaço comum não é mais a regra, entidades políticas e espaços unificadores devem ser criados ou recriados. Como dizem alguns, “a luta de classe foi substituída pela luta dos lugares” (MAGNANI; SOUZA, 2007). Uma nova cultura cidadã não pode ser somente patrimonial, artística, arquitetural; ela exige que um espaço tome formas políticas e que ela encontre uma coerência, a fim de se precaver contra a fragmentação da cidade.

O termo *experiência* cobre significados novos, e evoca explicitamente o envolvimento profundo do sujeito na representação social. Todo o presente trabalho, neste momento, está focalizado na hospitalidade e na cidade contemporânea; portanto, falando de experiência, estamos falando em experiência da cidade, de experiência de hospitalidade.

Um dos elementos fundamentais para explorar conceitualmente a experiência das cidades vem da certeza de que a cidade atual é “experimentada” pela variedade de espaços que nela se encontram. Essa cidade aconteceu e desenvolveu-se em

um sem-número de ações sociais e tecnológicas, eliminando as fronteiras entre a realidade física e a realidade virtual. Vive-se no meio de fluxos, de imagens, atividades, interações e processos característicos dessa sociedade atual. Percorrem-se diferentes espaços da cidade ligados entre si, que permitem novos conhecimentos sobre o urbano; é um conhecimento mediatizado pela tecnologia, em que os espaços citadinos atuais são “lugares” que convidam o sujeito, justamente, a “passear”, a “caminhar”. São lugares que levam as pessoas ao interesse por espaços que contêm ou produzem determinadas práticas.

É por isso que, para além do aspecto físico de aglomeração espacial circunscrita por um território e seus limites, por um dentro e um fora, a experiência remete aqui a três tipos de experiências que enlaçam o privado e o público, o interior e o exterior, o pessoal e o impessoal. Assim, a experiência citadina e citada inscreve-se em um lugar que torna possíveis as práticas, os movimentos, as ações, os pensamentos, os contos, os sonhos.

Esses são os espaços de “sociabilidade transitória”, conhecidos como lugares “praticados” (CERTEAU, 2004), lugares onde não só se exprime a materialidade de sua arquitetura, mas também e, sobretudo, onde se colocam em jogo certas formas de relacionamentos e fazeres, convertendo-se nos lugares em que as pessoas vivem, habitam e se relacionam ao longo da sua jornada de trabalho e de lazer. A experiência citadina e citada produz-se em espaços concretos e define-se na relação dialética interior e exterior, por meio de processos de autoinserção/exclusão territorial. Quando se fala em experiência urbana, pretende-se caracterizá-la, antes de tudo, por certa cultura, a cultura urbana que, no sentido antropológico do termo, corresponde a certo sistema de valores, normas e relações sociais que possuem uma

especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação.

Lugar praticado é uma expressão relevante, uma vez que ela remete a condição humana à ação, à vida ativa. A cidade acompanha, de fato, uma valorização de uma vida ativa, da práxis, à custa da vida contemplativa. Enquanto o homem da vida contemplativa é um homem da interioridade, o homem da cidade é um homem ativo, cuja atividade não se reduz somente à troca econômica do comércio ou apenas ao consumo de símbolos.

A condição da e na cidade, assim entendida, designa tanto um território específico quanto um tipo de experiência da qual a cidade é, com mais ou menos intensidade, uma multiplicadora de relações, uma aceleradora de trocas, e acompanha a gênese de valores qualificados como urbanos. A cidade, dessa forma, torna possível uma experiência que se desenvolve segundo vários registros e níveis de sentido. A experiência aqui é multidimensional, ela desenvolve um processo poético, um espaço cênico e um espaço político. Ela orchestra, portanto, relações originais entre o privado e o público (MONGIN, 2009).

A economia na experiência do turismo

A evolução da experiência da cidade e na cidade desenvolveu-se de modo multidimensional e encontra na *Economia criativa* (SEBRAE, 2009) a promoção de um desenvolvimento sustentável e humano, e não um mero crescimento econômico, induzindo a “trabalhar com criatividade e cultura em quatro dimensões: econômica, social, simbólica e ambiental”. Deheinzelin (2012, p. 6) afirmou que a economia criativa é estratégica não apenas para os negócios criativos, mas para todos aqueles que ganham competitividade através do que se

chama “culturalização dos negócios: valor agregado a partir de elementos intangíveis e culturais para o crescimento dos negócios de forma sustentável, agregando valor a produtos e serviços, transformando cada empreendimento em algo único”.

Vive-se um momento em que há um novo motor na economia. Assim, o indivíduo passou por fases em que esse motor foi sucessivamente a matéria-prima, depois o produto, em seguida os serviços e, agora, é a vez da “economia da experiência”: a experiência é o “bem” que tende a ser mais desejado, especialmente se forem experiências transformadoras.

Existe um cenário em que produtos e serviços são cada vez mais semelhantes, e o diferencial que pode garantir tanto o desenvolvimento quanto a sobrevivência empresarial será cada vez mais cultural, simbólico, com base em relações e no tipo de experiência que o produto ou serviço oferece. Hoje, o consumidor escolhe aquilo que lhe proporciona uma experiência mais interessante, desperta sua simpatia, gera um sentimento de confiança, de identificação.

A relação entre serviços e experiência remete ao livro *The experience economy (O espetáculo dos negócios*, na edição brasileira, 1999), de Joseph Pine II e James Gilmore (1999). A categoria “experiência” seria um importante valor agregado aos produtos e, especialmente, aos serviços.

A “economia da experiência” não podia deixar de influenciar as transformações que o turismo sofreu nos últimos anos, sobretudo depois de ter praticamente esgotado os estudos do turismo de massa. Panosso Netto e Gaeta, organizadores do livro *Turismo de experiência* (SENAC, 2010), caracterizando as novas exigências de quem adquire hoje serviços e produtos, afirmaram uma intensificação das “experiências” “como uma das formas de

satisfação pessoal e profissional”, que define, quando aplicados os conceitos dessa nova fase da economia, a atividade turística e um novo perfil do turismo.

É oportuno analisar dois artigos para melhor compreender aqueles conceitos, pois se identificam e colaboram com o entendimento de hospitalidade aqui delineado: *A viagem como experiência significativa*, de Luiz Gonzaga Godoi Trigo e *Experiência e turismo: uma união possível*, de Alexandre Panosso Netto.

Nesses trabalhos, os autores apresentaram os conceitos básicos de turismo de experiência, referindo-se a um tipo de turismo que pretende marcar o turista de maneira profunda e positiva. Eles afirmaram ainda que tudo nos leva a crer que podemos estar vivendo – ou pelo menos tentando viver – a era da experiência. A sociedade já está dando sinais disso. Esse momento se caracteriza pela busca de novos horizontes, em que o ser humano possa expressar seus maiores segredos e se maravilhar com o outro, com o novo, com o simples, com o singelo, com o belo e, porque não dizer, com o feio.

O Ministério do Turismo também desenvolve e apoia o projeto “Economia da Experiência”, que, com a colaboração do Sebrae e do Instituto Marca Brasil, visa à estruturação e aplicação do conceito de economia da experiência em empreendimentos turísticos de micro e pequeno porte, auxiliando os mesmos a inovarem seus atrativos, tendo em vista a emoção e o conhecimento que as experiências com a cultura local podem proporcionar ao turista (ALLIS, 2010).

Em contrapartida, Beni (2004) conseguiu construir a ponte entre economia e turismo afirmando que, em comparação com o turismo massivo de meados do século XX, o turismo

predominante, mas não exclusivo, no final de 1990 e início deste novo milênio, registra características históricas diferentes, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:

- 1) alteração dos gostos e preferência de demandas caracterizadas pela busca de novas experiências;
- 2) a importância crescente das novas tecnologias de nova geração de produtos/serviços de alto valor agregado e de experiências inéditas na evolução do turismo e da hospitalidade;
- 3) novas expectativas por parte das comunidades locais para receberem diretamente os benefícios do turismo;
- 4) novas culturas de gestão empresarial, que configuram paradigmas emergentes de *management* (BENI, 2004).

A economia da experiência chegou para ficar e expandir-se, pois seus produtos/serviços têm uma inusitada penetração no mercado, em virtude do grau de diferenciação que conseguem reunir. A economia da experiência representa uma revolução fundamental, uma ruptura com as formas tradicionais de turismo.

A visão dessa nova proposta para o turismo representa uma resposta agressiva e profunda à política de “homogeneização das destinações”. Também reflete um crescente reconhecimento que não deve enfatizar apenas a alta qualidade, mas é necessário que se acentuem as “experiências da alta qualidade” (BENI, 2004).

Hoje, após essas considerações e participações, é possível identificar e descrever um quarto cenário econômico, o da experiência, além dos três setores da economia, o agrícola, o industrial e o de serviços, porque os consumidores, inquestionavelmente, querem experiências e, cada vez mais, as empresas estão respondendo, planejando e promovendo-as

explicitamente. A questão, então, não é *se*, mas *quando* e *como* entrar na emergente economia da experiência. Enquanto as ofertas econômicas anteriores – *commodities*, produtos e serviços – são externas ao comprador, as experiências são intrinsecamente pessoais e só existem na mente da pessoa que tenha sido cativada em um nível emocional, físico, intelectual ou até mesmo espiritual (2004). A “economia da experiência” está intimamente ligada à compreensão da cidade contemporânea. As transformações de caráter econômico, social e cultural dão outro sentido à hospitalidade da cidade e na cidade, que se opõe à hospitalidade clássica, como se explicitou ao longo deste trabalho.

Capítulo IV

Hospitalidade na cidade e suas categorias de análise

A “Carta de Atenas” é o corolário do urbanismo moderno, que enfatiza a dimensão funcional da cidade e suas componentes básicas de “morar, trabalhar, recrear e circular”. Entretanto, decorre de uma interpretação equivocada desses postulados o entendimento de que a cidade, para ser resolvida precisa separar essas funções – interpretação que trouxe enorme prejuízo aos ambientes das cidades. Assim o “estado da arte” da cidade seria um ambiente coeso, integrado em várias dimensões: a dimensão física, que entrelaça as soluções urbanas às características de sua base ambiental; a dimensão econômica, que constrói vocações, a partir de seu patrimônio material e imaterial; a dimensão social, que é forjada na celebração da diversidade e no acolhimento das diferenças, matérias-primas da criatividade e inovação; e a dimensão simbólica, que faz da cidade o palco de concertos, o cenário do encontro, o refúgio da solidariedade e da expressão da identidade.

Dizia Lerner que

não se consegue conceber a cidade se não como um sonho compartilhado guiado por uma visão de futuro. Construir esse sonho é vital, sem ele não haverá o engajamento da sociedade; é essencial que projetemos um desdobramento mais otimista do futuro, delineando cenários positivos que possam ser desejados pela maioria da população ao ponto no qual ela assumirá um compromisso com sua realização. Criar esse sonho, esse cenário, é um processo que

reconhece e acolhe as visões múltiplas que gestores, cidadãos, planejadores, forças políticas e econômicas e sociedade civil têm de sua cidade (2018).

O desenho da cidade inicia-se na base ambiental, nas condições e oportunidades colocadas pela natureza: formação do relevo, da hidrografia, da vegetação, que são entendidos não como obstáculos ao desenvolvimento, mas como participantes da construção do cenário desejado.

Para além dos temas de educação, saúde, segurança, atenção à criança e ao idoso, que certamente fazem parte da agenda da sociedade, três temas são particularmente estratégicos no planejamento da cidade: sustentabilidade, mobilidade, identidade/sociodiversidade/coexistência.

O debate sobre sustentabilidade tem gerado muita perplexidade, sendo que a ideia principal é focar no que sabemos sobre o problema, utilizando coisas simples da rotina das cidades como parte da solução. A mobilidade é hoje um dos maiores desafios com os quais as cidades se deparam. O enfrentamento da questão passa por uma estrutura da cidade mais bem melhor equilibrada, que aproxima os destinos por meio de seu desenho e pela mistura de funções, à qual a rede de mobilidade se associa. Há que se valorizar o espaço de pedestre; o protagonismo tem que ser das pessoas e de sua escala.

Identidade, autoestima, sentimento de pertencimento, todos estão fortemente conectados aos pontos de referência que as pessoas têm no espaço onde vivem. Identidade é um fator preponderante da qualidade de vida urbana; representa a síntese do relacionamento entre o indivíduo e sua cidade.

Lerner afirma, ainda, que existem elementos que são imateriais, mas que permeiam as diversas camadas da identidade de uma cidade. Os traços culturais, hábitos e as manifestações artísticas das diferentes etnias que a compõem são um exemplo. É

importante criar cidade, espaços públicos onde essas múltiplas características possam ser exibidas e compartilhadas.

O senso cívico, o convívio do coletivo, a descoberta do outro, a construção de uma identidade comum têm como palco por excelência os espaços públicos, parques, praças, jardins, equipamentos comunitários e ruas; espaços públicos em quantidade suficiente, bem desenhados e bem tratados, refletindo o solo e o apreço que a sociedade – cada um de nós – tem por eles. A cidade tem que ser o cenário do encontro, da acolhida. É o espaço que agrega e integra – quanto maior a mistura, mais humana ela será. Cidades democráticas não têm guetos de pobres nem de ricos. A “sociodiversidade” compreende a necessidade de acolher e celebrar a multiplicidade de diferentes povos, idades, credos, raças e rendas que a compõem, no mesmo tempo em que se preservam as características que definem a identidade de cada uma. É isso que ajudará a garantir a coesão social e, no limite, a segurança *da e na* cidade.



Figura 37 – Desenho em parede cega de um Edifício em Paris (Fizeram no século XX). Hoje está encoberto por outra construção

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2001).

Já foram analisadas, mesmo de forma preliminar, as várias categorias entendidas como fundamentais para se compreender a hospitalidade na cidade. Entretanto, considerando-as ainda como possíveis e válidos instrumentos de análise, sentia-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a matéria. Pareciam realmente incompletos quaisquer percursos no âmbito da acessibilidade, legibilidade, identidade, e suas consequências nos espaços públicos, caso não se tivesse enveredado para o entendimento das cidades brasileiras, particularmente das modificações sociais, econômicas, culturais, políticas e, até mesmo, físicas que ocorreram nos últimos trinta anos. Foi com essa preocupação que se recomeçou a refletir sobre esses temas, tão atuais e tão complexos, percorrendo, desde as primeiras linhas deste trabalho, as várias etapas de novos conhecimentos, de novas experiências e de novas perspectivas.

Por lugares se entende, no presente contexto, aqueles espaços que se apresentam aos sentidos como acúmulo e registro de experiências. Um desses “lugares” é a cidade contemporânea, o que leva à vivência em territórios cada vez menores, diferentes entre si, por suas histórias pregressas, hábitos e culturas. Para que esses cenários possam ser vivenciados na riqueza plena de tal multiculturalismo a hospitalidade emerge como questão teórica e desafio de práticas.

Para discutir a hospitalidade associada à cidade, deve-se retornar à literatura especializada que discute a hospitalidade para, em seguida, contextualizar a cidade como a materialidade de sonhos e aspirações *Hospitalidade e turismo: as virtudes da cidade* (GASTAL; KUNZ, 2017) e em *Hospitalidade e dádiva* (BRUSADIN, 2017), depositados ao longo dos séculos no ideal de cidade.

Para o senso comum, a partir da vida e do conhecimento cotidiano, a hospitalidade está associada ao “bem-receber”. Segundo Morin (1998), o conhecimento cotidiano seria aquele que leva à

mistura singular de percepção sensorial e de construções ideo-culturais, de racionalidade e racionalização, de intenções verdadeiras e falsas, de induções justificadas e errôneas, de silogismo e paralogismo, de ideias recebidas e ideias inventadas, de sabores profundos, de sabedorias ancestrais de fontes misteriosas e de superstições infundadas, de crenças inculcadas e de opiniões pessoais (*apud* GASTAL; KUNZ, 2017).

Pretende-se considerar que “a hospitalidade estaria não só consagrada na língua, e como tal no âmbito da cultura, no seu sentido de gratuidade e de generosidade de abertura ao outro, mas também que ela seria o cimento para consolidar experiências de cidade” (GASTAL; KUNZ, 2017).

Do mesmo modo que a metáfora associa a hospitalidade à intimidade da casa, onde o hóspede é um estranho ao cotidiano ali praticado, seria possível ampliá-la e ressignificá-la em relação à cidade, passando a tratá-la como uma grande casa (GASTAL; KUNZ, 2017), uma cidade que teria, no seu interior, diferentes territorialidades em convivência. Entende-se por territorialidade o espaço onde se dá o autorreconhecimento do grupo, tal qual ele o é para si. As grandes cidades contemporâneas tornam-se espaços compostos por diferentes territorialidades dentro da cidade (GRINOVER, 2016), levando as pessoas a ali conviverem de maneira muito próxima. Nesta situação, induzem contextos de convivência onde as diferentes origens e modos de viver se

aproximam, convergindo diferenças que, de outra forma, estariam distantes no tempo e no espaço.

Na dinâmica da cidade, o “meu território” e o “território do outro” podem estar demarcados por bairros étnicos, ou estratificação econômica, ou conviverem separados apenas pelo corredor entre dois apartamentos em um edifício residencial. Significa dizer que os novos distanciamentos e as aproximações não se traduzem apenas em distâncias físicas ou geográficas, mas que seriam melhor medidas pelas distâncias sociais e culturais entre tais territórios. Portanto, é fundamental

que se tenha em mente que a ideia de hospitalidade, como receber o outro, está vinculada à questão da territorialidade. Trata-se de receber o outro em meu território, que faz com que a territorialidade e as formas básicas de interação social tenham papel fundamental nas comunicações e nas relações de hospitalidade no mundo globalizado. É a territorialidade que marca a formação dos grupos sociais e determina sentimentos de pertencimento, na medida em que os membros dos grupos desenvolvem conjuntos próprios de códigos a partir das relações primárias que se estabelecem entre si (DENCKER, 2013).

E, assim sendo, “se o visitante não aprecia a cidade, ele não voltará nem para a nossa casa, nem mesmo para o nosso hotel” (DENCKER, 2013).

A cidade, obra de arte maior da criação humana, como propõe Argan (1992), também se apresenta como um nó epistemológico (GRINOVER, 2007) ou, visivelmente, como uma “coisa complicada” (HARVEY, 1980), levando a que se constitua um objeto de investigação instigante e profícuo.

Se, na atualidade, grande parte da humanidade vive em cidades e, como colocado também por Argan (1992), “para lá da cidade, ainda é cidade”, significa dizer que a lógica da cidade não se restringe ao espaço físico das cidades, sejam pequenas ou grandes, mas se coloca com uma sensibilidade e um imaginário que as extrapola. Daí a complexidade da cidade, levando a que a tarefa de compreendê-la e de planejá-la envolva múltiplos campos do saber, para dar conta do problema.

Outro enfoque seria o de separar a urbe objetiva e concreta do “aqui e agora”, onde se acumulam os modos de viver, pensar, sentir e sonhar a cidade e o urbano, enquanto uma das criações máximas da civilização. O sonho da cidade induz o modo de vida urbano e “produz ideias”, comportamentos, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura (CARLOS, 2001), além de induzir as interferências nos seus espaços. Aquelas cidades que se destacam pela maneira como materializam o urbano tornam-se espaços de atração de pessoas e, com diferentes ênfases, elas são receptivas aos visitantes que atraem, ou seja, elas são lugares onde se dá a hospitalidade.

A questão, portanto, merece aprofundamentos, buscando melhor entender a cidade, o urbano e a hospitalidade. O urbano, mas, de muitas formas também a cidade, mostra-se como resultado da rede de tessituras entre o que é fixo no espaço e o que flui por ele na forma de deslocamentos de pessoas, bens materiais e simbólicos, culturais e comportamentos – entre os quais está a hospitalidade, para os quais contribuem as percepções atuais, assim como a memória e as utopias. Somados, constituem a intertextualidade que gera o texto-cidade, a ser lido e decodificado (CARLOS, 2001).

Tempo e espaço semantizam-se, quando são signos de lugar, importantes para demarcar territorialidade e, nessa condição, alimentam identidades constituídas no seu interior e também se colocam contemporaneamente como demarcadores para os visitantes.

Se, em termos teóricos, a hospitalidade é um fenômeno multifacetado, que demanda saberes diferentes para sua compreensão, o mesmo se dá quando se trata de incentivar e qualificar sua prática não só como virtude das pessoas, mas também de instituições e de espaços públicos, sendo estes últimos, talvez, os mais complexos. O desafio, em relação a estes, é de como torná-los comunicativos, em termos de apresentar boas-vindas e de alimentar sentimentos de pertença. Aliado a isso, o espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo, ao demandar uma apropriação social pelo cidadão, pelos residentes e pelos visitantes. Assim, é no espaço público que a hospitalidade assume como dimensão política, em termos de desafios para a inclusão das pessoas, a serem respondidos pela História, pela educação, pela psicologia e pelo turismo, entre outros, em diálogo com o planejamento e a gestão da cidade.

O espaço público é aqui entendido como o espaço da política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele é também analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos dentro da lógica da produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Quer dizer que, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos (SERPA, 2007).

Se é certo que o adjetivo *público* diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que o simples acesso físico de espaços abertos de uso coletivo. Entre os chamados “filósofos do espaço público”, destacam-se, sem dúvida, Hannah Arendt e Jurgen Habermas. Na obra de Arendt, o espaço público aparece como lugar de ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contrapondo aos territórios familiares e de identificação comunitária. O espaço público seria o lugar “par excellence” do agir comunicacional, o domínio constituído, da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão.

O poder de julgamento é para Arendt (2008) uma faculdade de interpretação das coisas, na perspectiva de todos e não apenas do ponto de vista pessoal. Não basta abrir as fronteiras ou apelar para as estruturas jurídico-estatais (BAPTISTA, 2008) e internacionais, é necessário que nas diferentes esferas do viver em comum, nos domínios da economia, da justiça, da saúde, do trabalho, dos serviços públicos, da educação ou do turismo, saibamos instituir verdadeiros lugares de hospitalidade, entendidos como lugares de realização prática, é dizer, como lugares de experiência e criação.

Enquanto lugares antropológicos, definidos em função de um carácter relacional, identitário e histórico (AUGÉ, 1992), os lugares de hospitalidade apresentam-se, acima de tudo, como lugares de experiência. Exatamente por se constituírem como lugares intrinsecamente relacionais e, nessa medida, como lugares densos do ponto de vista humano, os lugares de hospitalidade funcionam como lugares de ação responsável e criadora, como lugares privilegiados de invenção prática.

Em nossa perspectiva, o desafio atual passa pela relação do acolhimento recíproco entre os poderes institucionais e a iniciativa concreta dos atores, pela aproximação entre os governantes e os cidadãos. As experiências de novas práticas de governança política e de cidadania estão num quadro de ligação consequente entre os diferentes patamares de decisão e de ação. Insistimos, portanto, na necessidade de instituir lugares de experiência hospitaleira, apelando para um pensamento sobre o acolhimento social de raiz multidisciplinar, em conformidade com a pluralidade de domínios de realizações possíveis da antropologia ou da filosofia política, da economia, do turismo, da arquitetura, do urbanismo ou da educação; importa instituir lugares de hospitalidade, de criação e de realização prática.

Referindo-se à multiplicidade de práticas de acolhimento social, a vivência da hospitalidade transcende sempre a dimensão circunstancial, permitindo compreender que a confiança, a paz, a amizade e o respeito são elementos-base das relações humanas.

Nessa ótica é relevante a transformação dos espaços da cidade em lugares de hospitalidade, respaldada pelo carinho e pela sensibilidade que só podem ser dados quando há outra pessoa. Para Baptista (2002), hospitalidade é a “ligação respeitosa e afectuosa com o mundo habitado, bem como o espaço de pensar, reatualizar e ampliar as antigas leis e práticas da hospitalidade, num esforço de permanente reinvenção da cidadania”.

Para Raffestin (1999), a hospitalidade é a ponte entre mundos desconhecidos, diferentes. A sinalização de uma cidade, por exemplo, também é uma forma de hospitalidade, assim como a organização do espaço público.

Para Grinover (2002), o urbanismo se preocupa com situações que estão sendo vistas como insatisfatórias; sendo

assim, promove a hospitalidade que, por sua vez, garante o princípio da heterogeneidade da cidade e, sobretudo, “a riqueza de sua diversidade social”.

Na cidade, o indivíduo passa por um processo de percepção e recepção do que está ao seu redor, tem uma atitude ativa, porque cria sua própria imagem sobre o espaço, logo há legibilidade diferentes em cada cidade, que acarreta também níveis diferentes de hospitalidade. Por isso, incentivar e fornecer facilidades de leitura e interpretação poderá aumentar a percepção da cidade hospitaleira.

Observa-se que, apesar de recentes no Brasil, estudos significativos, bem como o entendimento de se buscar compreender hospitalidade por meio de autores de diferentes conceitos e regiões do mundo, favorecem a pesquisa, pois ampliam a discussão e o universo de análise.

A hospitalidade não parece fazer parte do vocabulário político. Prática privada, virtude esquecida revestida de religiosidade, até mesmo nome da “indústria” turística nos países anglo-saxônicos, é raro alguém ver nela um desafio digno da coisa pública. E, contudo, ela se torna instituição pública, quando se delimita e legitima uma comunidade, através da relação que ela estabelece com os estrangeiros.

Com base nas manifestações cerimoniais da hospitalidade, procuraremos mostrar que ela é uma prática política por excelência, que torna explícito o modo como uma comunidade se liga, se expõe ou se fecha para os estrangeiros.

Às vezes subsumida sob o tema da dádiva (do lado da antropologia), sob o tema da migração (do lado da ciência política), a hospitalidade propõe alguns elementos da antropologia política. Não será o caso de simplesmente descrever

as práticas de hospitalidade, sem dúvida, tão numerosas e variadas quanto as comunidades existentes, mas de analisar os tipos de relações que essas práticas instauram.

Acreditando que a resposta às tragédias humanitárias e às situações de urgência é indissociável da cultura de hospitalidade viva e ativa, ancorada em experiências de acolhimento diversificadas e muito concretas (BAPTISTA, 2016), este texto interroga as relações entre valores antigos e modernos, tentando sublinhar a relevância dos lugares de hospitalidade, enquanto lugares de realizações práticas.

Neste sentido, falar em experiência de acolhimento e hospitalidade significa ter em conta que estamos perante acontecimentos singulares forçosamente imprevisíveis, contingentes e apolíticos. Mas, como lembra Derrida (1996) é esse, afinal, o significado de experiência; reenviando para as circunstâncias da vida corrente, a palavra *experiência* contém em si as ideias de tentativa, ponderação e habilidade.

Toda experiência refletida implica a arte da decisão e da passagem. Conforme assinala Grassi (2011), refletir sobre os atos de passagem significa refletir sobre a forma como os lugares e os espaços, domésticos ou oficiais, ordenam e moldam as relações com o outro, conduzindo à aceitação ou à rejeição da alteridade. É por essa razão, justamente, que os lugares de hospitalidade são, também e, necessariamente, lugares de responsabilidade. Enquanto lugares antropológicos, definidos em função de seu caráter relacional-identitário e histórico (AUGÉ, 1992), os lugares de hospitalidade se apresentam então, e acima de tudo, como lugares de experiência.

Para analisar e complementar a categoria de “acessibilidade” é necessário ampliar suas bases, recorrendo a outras instâncias de

estudo da sociedade urbana, e propondo implicitamente novos paradigmas para a compreensão do urbano e da cidade, em que se destaca a acessibilidade.

Partiu-se, então, de conceitos mais abrangentes, como os do movimento e da mobilidade urbana, entendida esta em suas tendências e incidências sobre o ambiente, a morfologia urbana, os modos de vida, a acessibilidade aos lugares. Sem querer estabelecer uma definição, conforme o ponto de vista de sociólogos, economistas, geógrafos, homens públicos, artistas, arquitetos, turismólogos, além de sua polissemia, o movimento ou a mobilidade impõe-se como um início natural para problemas e debates sobre as sociedades contemporâneas.

Explicitamente ou não, todos os que privilegiam uma abordagem sistêmica consideram que as mobilidades não podem ser reduzidas somente aos deslocamentos físicos, reduzindo o espaço a estradas e a infraestruturas de transportes. Dessa forma, não seriam elas estudadas independentemente de seu ambiente, de seus valores, da morfologia da cidade. As mobilidades apropriam-se de uma dimensão cultural que explica as diferenças entre uma sociedade e outra. Há, no entanto, um ponto de convergência que deve ser assinalado, o reconhecimento de um direito à mobilidade.

Hoje, deslocar-se se tornou indispensável, para se ter acesso à maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais. A possibilidade de se movimentar nas cidades condiciona o acesso à habitação, ao trabalho, à educação, à cultura; é, portanto, suporte da hospitalidade.

As modalidades implantadas desse serviço universal da mobilidade e da acessibilidade podem ser diferentes, dependendo das condições próprias de cada sociedade. Em curto prazo, os

meios de comunicação eletrônicos não reduzirão de modo significativo a necessidade da copresença; também as viagens não poderão ser totalmente substituídas por qualquer meio de telecomunicação, sendo que as relações face a face continuarão muito importantes. De toda evidência, a aceleração do movimento e o reforço da interconectividade, que prevalece no mundo contemporâneo, influem significativamente sobre o modo como o espaço é controlado, isto é, o processo de apropriação e domínio dos contextos geográficos, essenciais à reprodução da percepção individual mínima do espaço. Para simplificar, chamar-se-á mobilidade a mudança de posição num espaço real ou virtual, que pode ser físico, social, cultural, afetivo e cognitivo.

Valor da mobilidade

A mobilidade inclui as ideologias e as técnicas do movimento presentes numa sociedade. Ela reúne, portanto, um conjunto de valores sociais mais ou menos explícitos e objetivos para os indivíduos envolvidos, além de uma série de condições geográficas, econômicas e sociais, sendo que a possibilidade de mover-se varia conforme os grupos sociais e as variáveis *idade* e *sexo*, mais um dispositivo tecnológico com seu arsenal de técnicas e pessoal envolvido. A mobilidade é, assim, socialmente construída, individualmente vivida, intersubjetivamente dividida, a partir do relato que se faz entre interlocutores, antes, durante e depois da experiência.

É necessário admitir que o modelo de mobilidade é um componente importante dos modos de vida diversificados nas sociedades contemporâneas, e que esses modos de vida manifestam arbitragens, escolhas biográficas, horizontes estratégicos que podem parecer muito afastados dos próprios

deslocamentos; eles comprometem tanto a relação com o “outro”, como com a sociedade, e implicam opções políticas fundadoras da relação com o mundo. De um lado, o acolhimento do aleatório e o inesperado; de outro, uma estreita programação de encontros: as mobilidades são forçosamente afetadas.

Se o ponto de partida forem essas formas de conceber os espaços das cidades do presente, é necessário considerar que as cidades atuais já não se constroem nem se espalham de forma regular, mas que as realidades urbanas atuais estão estritamente relacionadas com o transitório, o efêmero, com o momentâneo, com o que muda continuamente.

Insiste-se na importância de ver, observar e analisar as cidades do presente através dos espaços urbanos que as conformam e as constroem. Pretende-se centralizar a atenção naqueles espaços, onde a mobilidade e as tecnologias se convertem em elementos característicos e imprescindíveis para a arquitetura física e social dos mesmos. Tenciona-se abraçar o que diversos autores chamam de “espaços de sociabilidade transitória”. Entende-se, com eles, que, para esclarecer os conceitos, os espaços de sociabilidade transitória são um produto das práticas sociais que se realizam habitualmente como resultado das interações mantidas com esses lugares e, como consequência, das características sociais das realidades atuais. Recorreu-se a Certeau (2004) para descrever a primeira característica desses espaços: a questão das práticas e das interações sociais. Os espaços de sociabilidade transitória correspondem a lugares “praticados”, como já foi mencionado. Centralizar o estudo nas práticas concretas, sociais, que ocorrem nesses espaços, por exemplo, uma estação de metrô, permite

caracterizá-los e aprofundar a visão sobre suas interações e formas de apropriação.

Enquanto ato concreto ligado ao “ir e vir” no ambiente, a mobilidade é condição essencial para a sobrevivência de qualquer homem, envolvendo sua circulação entre vários pontos do espaço, a fim de satisfazer suas necessidades (QUEIROZ, 2010).

O conceito de mobilidade, enfim, corresponde à integração entre a ação de alguém se deslocar e o conjunto de atividades que essa pessoa realiza, incorporando as vontades e motivações daquele que se movimenta. Sob esse ponto de vista, é possível dizer que “a mobilidade depende da condição de deslocamento; mas o deslocamento *per se*, sem a identificação da atividade que se executa, não constitui mobilidade” (VILAÇA, 2008).

É possível confirmar a reciprocidade entre acessibilidade (capacidade de o meio propiciar acesso) e mobilidade (capacidade de a pessoa deslocar-se no ambiente e atuar nele), dois conceitos que se referem ao mesmo fenômeno, definindo-o a partir de pontos de vista diferentes e complementares: a acessibilidade é um conceito centrado no ambiente, e a mobilidade está centrada na pessoa.

Logo, a acessibilidade psicológica inclui as imagens do ambiente físico e social formadas pelo indivíduo; estão relacionadas com aspectos sociais, culturais e psicológicos e implicam o reconhecimento de experiências e memórias dos indivíduos e dos grupos. Assim, para que os locais se tornem mais atraentes a dada população, é essencial o resgate das memórias e das percepções daqueles espaços.

Essa atração, indiscutivelmente, é um dos componentes da hospitalidade cidadina e cidadã, sendo que, para muitos “saber” que haverá espaço para circular com facilidade significará o

aumento das chances de frequentá-los e conviver com outros usuários, o que, por si só, ampliará a possibilidade de existirem ambientes mais carregados de significados afetivos.

O processo de investigação deve concentrar-se, para tanto, nas “maneiras de fazer” voltadas a uma espacialidade não exclusivamente geográfica ou geométrica, mas simbólica ou semântica, profundamente complexa, mutante e efêmera em alguns de seus aspectos. O que se pretende é conhecer a cidade por meio de passeios, trajetos ou caminhos cotidianos, realizando uma “etnologia urbana” que implica caminhar, observar, conversar com outros usuários, fotografar, etc.; o que permite não só uma descrição e uma análise dos elementos presentes naqueles espaços, como também uma abordagem da complexidade que está aí, a partir de diferentes pontos de vista.

Assim, o movimento é o centro das dinâmicas da sociedade em que se vive; é social, econômico e urbanístico (ASCHER; ALLEMAND; LEVY, 2004). A mobilidade assume importância e significação novas: seu papel, além do direito de deslocar-se de um ponto ao outro, é um direito às qualidades dos lugares e aos tempos de transporte. A evolução do sistema pessoas-informações-bens modifica a geografia da acessibilidade (antes identificada com o centro geométrico da cidade).

Assim, o estudo encontra-se diante de novas questões urbanas, que resultam do deslocamento dentro da cidade, da quais se tem herdado culturas e modos de vida junto com a cidade que emerge, com práticas sociais novas, na tentativa de regularizar e organizar. Enquanto isso, é possível aventurar-se em análises mais detalhadas do que se entende por acessibilidade urbana, referindo-se ao uso do espaço, a partir do conceito de acessibilidade espacial e acessibilidade relacional (HILLIER,

1996). As concentrações de atividades que dependem de movimento – usos mistos com predominância comercial – definem o foco de centros e subcentros e correspondem à acessibilidade espacial. Por outro lado, o modelo de acessibilidade que analisa as conexões e as relações entre seus componentes, como nós de uma malha, corresponde à acessibilidade relacional (HILLIER, 1996). O conceito de acessibilidade espacial é considerado o elemento-chave no desenho de estratégias de desenvolvimento das cidades.

Outras representações que podem ser utilizadas referem-se à “análise visual”, que caracteriza a “acessibilidade visual”, um dos indicadores de movimento potencial, a partir da informação visual de cada ponto, com relação aos outros pontos da malha.

Os espaços públicos e a acessibilidade

O lugar público é o lugar da comunicação, do discurso e das atitudes políticas, do uso livre da palavra e dos pensamentos. A comunicação entre os indivíduos faz-se por meio de uma linguagem comum enquanto parte de uma cultura pública. A cidadania vive e respira no espaço público, e é aí que as competências éticas estão colocadas à prova, postas em ação; é o lugar onde as vontades “aparecem” e se entrelaçam com outras vontades, produzindo um mundo comum. Para Arendt (2008), a esfera pública é o lugar da ação política, em contraposição ao espaço familiar. Tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e deve ter a maior divulgação possível. A esfera pública é condição para o espaço público, que, por sua vez, é a condição *sine qua non* para o espaço político. A palavra vem do latim *politicus*, dando a ideia essencial da “arte de gerir os assuntos da cidade”. Essa correlação pode ser vista novamente em Arendt, que

afirmou que ser político, viver numa *polis*, significa decidir mediante palavras e persuasão, e não por meio da força ou da violência (Figura 38).



Figura 38 - Praça do Vaticano, Cidade do Vaticano (Itália)

Fonte: Cidade do Vaticano.

Por volta do século XVII, a oposição entre público e privado passou a ter mais semelhança com o uso atual. O *público* significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto o *privado* significava uma região protegida e definida pela família e pelos amigos.

No urbanismo, a definição de espaço público é dada aos espaços abertos de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade. Na concepção de urbanismo, os espaços públicos têm maior conotação como espaço físico, e podem tanto ser os espaços verdes (parques, jardins,

praças, etc.) como os espaços não verdes (ruas, pátios, fachadas cegas de edifícios, etc.).

Para outros autores, o espaço público (GOMES, 2002) deve ser interpretado na perspectiva material (espaço físico) e imaterial (espaço abstrato). O espaço físico deve possibilitar o acesso e a participação de qualquer pessoa. A acessibilidade é física, mas também está condicionada à lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Para ser um espaço político, a acessibilidade nesse espaço não pode ser coibida pela força ou por qualquer outro recurso diferente da lei que regulamenta o comportamento e o uso de áreas públicas.

Espaço público difere de espaço de uso coletivo, embora muitos espaços de uso coletivo não estejam destinados a todos os grupos sociais. Por exemplo, há *shopping centers* que, embora de acesso livre, promovem o encontro entre pessoas de determinada classe social, sendo incompatíveis com a ideia de espaço público, que é aberto e acessível a todos os grupos sociais.

Significados do espaço público

A apropriação do espaço público ocorre com certa organização, combinando princípios de solidariedade e hospitalidade com outros de hierarquia, com regras e códigos conhecidos na sua complexidade pelos seus integrantes. Qualquer espaço, seja público, seja privado, só tem importância com o uso que dele se faz, porque indica como o homem se apropria dele. O uso ou o não uso dos espaços públicos está condicionado às suas funções, sejam aquelas propostas nos planos originais, sejam aquelas vinculadas às novas necessidades dos cidadãos. Um exemplo bem elucidativo é aquele da praça – elemento de permanência – que pressupõe a vontade, o desenho de uma forma

e de um programa social. A praça é o lugar intencional do encontro, das práticas sociais, da manifestação da vida urbana e comunitária e de prestígio e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Historicamente, as praças sempre desempenharam funções diversas, definidas pelo modo como cada sociedade expressa sua vida coletiva e varia em decorrência das mudanças sociais e históricas vivenciadas ao longo do tempo.

A apropriação social dos espaços públicos vai além do simples acesso físico aberto, de uso coletivo, mas também é uma apropriação simbólica. A acessibilidade está relacionada aos conceitos de inclusão social e de cidadania, além de depender do lugar onde se realiza: o acesso pode ser compreendido em três sentidos: o físico, o visual e o simbólico (Figura 39).

O acesso físico está vinculado aos sistemas de circulação que se referem aos fluxos e ao seu controle. Esse acesso, por sua vez, compreende a comunicação do lugar com outras partes da cidade, sistemas de caminhos dentro do próprio espaço e o tipo de usuário do espaço.

Os sistemas de circulação correspondem aos fluxos de veículos, à locomoção de um lugar para o outro, que estabelecem a conexão da praça com as ruas e os bairros do entorno. Quanto aos usuários, apresentam-se os pedestres casuais e os propositais.

Os primeiros passeiam sem compromisso, devendo o caminho ser um convite para a exploração e o passeio. Os segundos tornam o caminho mais fácil e rápido, e exigem um deslocamento direto e funcional.



Figura 39 - A torre da *Piazza del Campo* (Siena - Itália)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

O acesso visual, ou visibilidade, de acordo com Lynch (1997), é importante na medida em que faz as pessoas se sentirem livres para adentrar ou explorar o espaço. A visibilidade clara de um espaço deve fazer-se ver de longe, antes de chegar até ele. O acesso simbólico é mais abstrato; implica sugestões na forma dos

elementos construídos, que indicam quem serão os frequentadores possíveis.

A norma e a acessibilidade

O tratamento da acessibilidade pode implicar uma extensa série de mudanças, seja na forma das soluções físicas, seja nas questões de caráter normativo, ou, ainda, nas questões relacionadas com aspectos políticos de instituições governamentais ou não, na formulação de normas para adequar a acessibilidade nos edifícios, na cidade, no território. Essas normas consubstanciam-se no Brasil na NBR 9050:2004, que incorpora novas tecnologias, produtos e indicadores técnicos. O título da norma passou a ser, após atualização e modificações: “Acessibilidade à edificação, mobiliário, espaços e equipamentos”, não mais focado nas pessoas com deficiência, mas numa acessibilidade para todos, reforçando o conceito de “desenho universal” nela contido (PRADO; LOPES; ONRSTEIN, 2010). A preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar no ambiente construído implicou pesquisas no campo da avaliação do desempenho, com foco no desenho universal e na avaliação pós-ocupação (APO) sobre as condições de acessibilidade, em diversas instituições brasileiras. Nesses estudos, entende-se por “desenho universal” o promotor de concepções de produtos, equipamentos, interiores e exteriores de edifícios, sistemas de transporte, áreas urbanas, assim como tecnologia da informação, acessível e utilizável por todos (PRADO; LOPES; ORSTEIN, 2010) e como potente fator para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, em bases globais. Essa postura tem muito a ver com o processo de hospitalidade, particularmente na cidade, pois se refere à qualidade do acolhimento que é realizado nesses espaços,

quando são convidativos, fáceis de serem percorridos, compreendidos, atraentes e promotores de encontros e do convívio com o outro.

A definição básica de desenho universal é encontrada em *Universal design handbook* (PREISER; OSTROFF, 2001a) e, transformada de acordo com as exigências e normas brasileiras, pretende conceber produtos, equipamentos, interiores e exteriores de edifícios, sistemas de transporte, áreas urbanas, assim como tecnologia da informação, acessível e utilizável por todos, independentemente de gênero, etnia, saúde ou deficiência e outros fatores correlatos.

As origens do desenho universal são encontradas no período após-Segunda Guerra Mundial, quando milhares de veteranos dos Estados Unidos e de outros países europeus e asiáticos (Inglaterra e Japão, principalmente) retornavam dos campos de batalha e necessitavam de reabilitação e de educação especial para retomar sua vida (PREISER, 2010). Porém, é preciso destacar que o desenho universal ultrapassa o *Americans with Disabilities Act*, que desenvolveu normas e diretrizes americanas de acessibilidade, pois vai além das dimensões mínimas e de outras exigências a respeito do ambiente construído, sendo pertinente a todos os ambientes em uso, durante a vida das populações.

São importantes diversos artigos teóricos e metodológicos, presentes no livro *Universal design handbook* (2011b) a saber, dentre outros: “Toward universal design evaluation”, de Wolfgang F. E. Preiser; “Principle of universal design”, de Story Molly Follette; “Creating an accessible public real”, de Sandra Manley, e “Accessibility as universal design: legislation and experiences in Italy”, de Fabrício Vescovo.

No Brasil, o desenho universal pretende transcender normas/padrões brasileiros de acessibilidade e está sendo aplicado em produtos industriais, no desenho gráfico e na comunicação visual, em interiores arquitetônicos, no desenho das cidades, na infraestrutura, no transporte e na tecnologia da informação.

Valiosa colaboração foi dada pelo livro de Cambiaghi (2007) *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. Nesse trabalho, a autora tentou incorporar ao projeto (de edifícios, objetos industrializados, cidades, etc.) as necessidades dos diferentes usuários, por exemplo, quanto à faixa etária, à altura, ao peso e às habilidades, de maneira que o projeto seja acessível a todos e não se encontre limitado ao uso de alguns. Os exemplos utilizados para projetar ambientes especiais carregam interessantes soluções de “desenho” e de “acessibilidade física”, reforçando, sob um ponto de vista prático, as inter-relações que se estabelecem entre acessibilidade e desenho universal.

Identidade

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de dada versão de identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. As identidades, enquanto sensações de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. As identidades dão segurança e conforto, sendo dotadas de positividade, que permite aceitação e endosso. As identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhidos de traços, hábitos, maneiras de ser e

acontecimentos do passado, tais como os lugares e os momentos, isto é, os territórios.

Para acompanhar esses pontos de vista, buscou-se o trabalho de alguns autores, geógrafos e urbanistas, que tentaram definir território como espaço geográfico, histórico, cultural, social e econômico, entendido tal conceito como o mais recente e interessante entendimento, a partir da história vivida por uma comunidade que imprime, no território, a identidade do grupo social ali residente, sendo esse território visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço.

As perspectivas que se abrem levam a definir dois eixos metodológicos para uma pesquisa sobre o território: um caminho que privilegia a geografia social, e uma via que se serve dos raciocínios da geografia econômica e da ciência regional.

É de Barel (1990) uma visão mais ampla de território: um meio de vida, de pensamento e de ação, no qual e graças ao qual um indivíduo ou um grupo se reconhece, dá sentido ao que o envolve, põe em movimento um processo “identificatório” e identitário.

A territorialidade e a identidade

A cidade é uma combinação de territórios; tem ela uma territorialidade, seja estritamente geográfica e funcional, seja amplamente econômica e cultural. O homem é um animal territorial, de sorte que a territorialidade afeta o comportamento humano, em todas as escalas da atividade social.

Todavia, o que aqui se considera são as funções atribuídas à territorialidade e que têm uma origem social. De início, a *identidade*, que não pode estar limitada à do indivíduo. Em “Ensaio

sobre as variações sazonais das sociedades esquimós”, Mauss (2003) forneceu a esse respeito uma excelente demonstração. O agrupamento social e a unidade territorial, que qualificam todos os membros do estabelecimento e correspondem à unidade linguística, moral e religiosa, englobando o hábitat e as terras ocupadas ou percorridas conforme as estações, têm fronteiras claramente definidas. A *identidade* vem da cultura, mais do que da estreita localização física; é formada por uma memória coletiva; é um sentimento comum que une as pessoas e preserva, de forma peculiar, os fatos de determinada comunidade. Manter a identidade é vital para que as pessoas se sintam seguras, unidas por um território comum, hábitos e costumes, que lhes indiquem suas origens e sejam referência, diante das diversidades sociais existentes atualmente.

A *identidade cultural* refere-se às representações individuais e coletivas presentes em determinado grupo social que compartilha atitudes, crenças e valores, ou seja, patrimônios comuns. São as características de um povo apresentadas pela sua forma peculiar de pensar, agir, falar e, ainda, as representações simbólicas geradas por meio da convivência estabelecida entre eles. Paradoxalmente, a identidade implica diversidade, teorizando o tema por meio do conceito de fronteira étnica, onde as identidades são afirmadas na diversidade, no comparativo entre elementos distintos.



Figura 40 – Templo budista, Nara (Japão)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (1985).

A cultura é, também, o efeito das opções escolhidas pelo ser humano para ordenar e dar sentido à vida em sociedade entre as inúmeras escolhas que poderiam ser feitas, conscientes ou não, para a realização de uma mesma atividade.

No que se refere à preservação do patrimônio, enquanto característica de um povo, se percebe que está inserida em um processo mais amplo, que trata da recuperação da memória, geradora da manutenção da identidade (BARRETTO, 2001). Conceitua-se como patrimônio todo o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possui. Esse conceito pode ser dividido em patrimônio natural, referente às riquezas do solo ou subsolo, florestas e jazidas; e patrimônio cultural, incluindo os bens tangíveis e intangíveis (BARRETTO, 2001).

A identidade e o patrimônio

Dessa forma, o patrimônio pode ser colocado numa relação com a hospitalidade e com todas as outras categorias de análise consideradas até agora. Segundo o entendimento clássico, o conceito de patrimônio refere-se ao legado que se herda do passado e se transmite às gerações futuras. Ainda que essa definição não tenha perdido a validade, não se pode entender patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico (SILVA, 2005) (Figura 40).

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e em seu significado; outras sobrevivem a seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E, por meio da própria dinâmica da existência, esses objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. É assim que a cultura flui (SILVA, 2005).

O patrimônio, então, não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população, deseja legar ao futuro. Nesse sentido, o patrimônio é “uma construção social”, ou, se quiser, cultural, porque é uma idealização construída. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo de pessoas um sentimento coletivo de identidade. Assim, toda construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão de identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza (CASTELLS, 1999).

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam necessariamente falsas. Desse modo, o patrimônio cultural compreenderá todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Nesse sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O passado fornece aos indivíduos um sentido de identidade, de pertencimento, e os torna conscientes de sua continuidade como pessoas, através do tempo e dá a estrutura ao que se entende por hospitalidade.

No entanto, apesar dessas formulações contemporâneas de significado do patrimônio cultural, em muitas circunstâncias, os edifícios, em particular, são estudados e protegidos como objetos isolados, como são isolados os estudos relativos ao “envoltório” desses bens culturais. Com a transformação do processo de urbanização, o patrimônio cultural está sendo ameaçado e destruído em escalas diferentes.

Os serviços para a preservação deveriam ser reorganizados, como propôs Reis Filho (2009), e as ações de preservação passariam do esquema de tombamento de edifícios isolados para formas mais abrangentes de atuação. Por isso, as diretrizes de política pública, além de se concentrarem nos objetos de preservação, deveriam definir os parâmetros para as ações do mercado imobiliário; por um lado, para coibir a sua ação e, por outro, estabelecendo espaços a proteger e a reciclar, para garantir um bom padrão de vida e, conseqüentemente, uma hospitalidade atenta aos habitantes da cidade e aos que a visitam. Esse processo deverá ser capaz de articular conjuntos de obras a preservar com territórios contemporâneos, criando a integração de obras do passado à vida atual.



Figura 41 – As Torres de San Gimignano, Siena (Itália)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2005).

Diante dessa análise, o patrimônio cultural tem plenas condições de ser utilizado, dentre outras formas, sob a de atrativo turístico e, por conseguinte, unir duas funções distintas, porém complementares (Figura 41). Para os autóctones, ele funcionaria como uma forma de revitalização da memória e da sua identidade, aprofundando seu sentido de pertencimento; para os turistas,

como possibilidade de conhecer *in loco* a comunidade visitada, fazer reflexões acerca das experiências vividas e das diferenças encontradas na comparação com suas práticas cotidianas, além de propiciar discussões posteriores, que poderão colaborar para o desenvolvimento pessoal e coletivo de ambos.

Isso vem consolidar os estudos relativos à interpretação do patrimônio, como processo que acrescenta valor à experiência do visitante, por meio de fornecimento de informação e representação que realcem a história e as características culturais de um lugar. A interpretação não é um evento em si, mas um processo contínuo que envolve a comunidade com o passado, o presente e o futuro de um acervo, de um sítio, de uma cidade (MURTA; ALBANO, 2005).

Legibilidade: os códigos de leitura da cidade

A cidade é o principal livro sobre o qual a história pode ser reescrita e, sobretudo, lida (AMENDOLA, 2004). Além disso, a cidade é um depósito de conhecimentos e de possibilidades da qual ninguém pode imaginar a possibilidade de esgotar-se ou organizar-se definitivamente. A cidade é um texto cuja leitura é difícil pela complexidade das mensagens, pela crescente polissemia das partes e pelos diferentes códigos dos leitores possíveis. A relação da cidade com o passado e com a memória coloca-se na cidade contemporânea de modo novo, a partir das modalidades específicas com as quais a cultura utiliza a tradição (tradição física: a cidade construída, suas arquiteturas e suas partes; tradição cultural: signos, códigos comunicativos e interpretativos, etc.). Sua nova relevância vem unicamente da capacidade de significar o pertencimento ao passado e de reproduzir e recordar a história. A cidade apresenta-se como um

conjunto fragmentado de formas arquitetônicas, de experiências culturais e de estilos de vida, de maneira que se torna praticamente impossível reconduzi-la à unidade (como já foi dito) ou colocá-la num quadro ordenado. A variedade na metrópole contemporânea impede toda tentativa de síntese unitária. Hoje, nas pequenas ou grandes operações de renovação urbana, os códigos construtivos e de projetos geram um sistema narrativo que integra lugares, lembranças, significados, atividades e imagens. Grande parte da revitalização da cidade e de suas partes consiste na recriação física ou cultural dos espaços públicos, enquanto lugares que fundamentam a experiência das cidades. Os projetos dali resultantes fazem parte de estratégias mais amplas de desenvolvimento econômico, nas quais o patrimônio preservado serve de instrumento para fomentar atividades de lazer e de turismo, e também para criar uma imagem positiva da cidade e um ambiente favorável às coisas novas e aos negócios, elementos fundamentais para a atração de novos investimentos produtivos e de pessoal capacitado. Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescente, assiste-se, progressivamente, a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional, dissolve-se pelo território e transforma-se numa massa fragmentada. Está-se perante um modelo de desenvolvimento urbano que alimenta uma ideia de cidade, como somatório de tecidos urbanos soltos. Verifica-se que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por ampliações concêntricas, mas também pela integração, no seu funcionamento cotidiano, de aglomerados periféricos ou elementos de natureza das cidades cada vez mais afastados.

Essa nova forma espacial e funcional questionará a estrutura de rede de espaços a ela associada e, em último grau, a destruição

da própria imagem da cidade, enquanto espaço público, e a desestruturação dos modos de leitura desses espaços.

O caráter cada vez menos público dos espaços citadinos sugere que eles sejam cada vez menos visualizados como espaços efetivos de pertencimento. A praça ou o jardim não é mais um espaço de interação social cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados por seus atores: a rua não é mais um local, apenas uma ligação. Não só os espaços públicos deixam de ser elementos formalmente ordenadores dos tecidos urbanos, como perdem seu papel estruturador das atividades e das interações sociais da cidade.

Os elementos de comunicação na cidade

Com legibilidade, pretende-se indicar a facilidade com que as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente (LYNCH, 1997). Deseja-se também delinear “uma cidade que se comunica com vozes diversas e todas copresentes: uma cidade narrada por um coro polifônico” (CAVENACCI, 1997). Trata-se de uma cidade que será lida e interpretada, usando pontos de vista diferentes, vozes autônomas com suas regras, seus estilos, suas improvisações. Isso tudo determinado para comunicar seu estilo particular de vida, seus valores, suas crenças e seus comportamentos explícitos e implícitos (GRINOVER, 2007).

A comunicação urbana é vista e interpretada de um ponto de vista antropológico, porque as formas ou os modelos culturais que constituem as diferenças estendem-se aos modos de pensar, de sentir e de agir.

De um ponto de vista semiótico, por outro lado, Ferrara expôs que

decodificar o urbano, entender sua lógica, supõe o reconhecimento da sintaxe, do modo de formar que o identifica, das faixas de linguagem que se combinam na sua constituição, da possibilidade de romper aquela homogeneização, a fim de projetar elementos de predição, de qualificação. A essa operação damos o nome de percepção urbana, enquanto modo de reter e gerar informação sobre a cidade (FERRARA, 2002).

Além disso, a análise de textos não verbais, por intermédio da metodologia da leitura não verbal, pressupõe essa síntese integradora entre características sociais, econômicas e culturais por meio da linguagem. A cidade, enfim, é a mensagem à procura de significado que se atualiza no uso (FERRARA, 2002).

De acordo com Seydoux (1983), acolhimento é o conjunto de comportamentos, de políticas e de técnicas para bem-executar a aproximação do visitante (turista), no sentido de uma relação humana com qualidade, com o objetivo de satisfazer sua curiosidade, suas necessidades, seus gostos e suas aspirações, e na perspectiva de desenvolver um clima favorável de encontro e troca, para estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres. Substância principal do turismo e seu único fator humano, o acolhimento, reminiscência da hospitalidade antiga adaptada à sociedade moderna, inspira e condiciona a concepção dos equipamentos, dos serviços, da animação e da atmosfera de toda atividade turística.

Assim, a legibilidade poderia ser entendida pela qualidade visual de oferta de informação, sinalização conveniente e facilidade nos fluxos, sendo este entendimento relacionado à capacidade de utilizar o repertório do cidadão. Isso proporciona um processo de significação que é uma forma significativa a que o destinatário humano terá que dar significado. Há, nesse processo,

uma série de instrumentos, como um código, que se pode definir como um repertório de símbolos, as regras de combinação desses símbolos, e, eventualmente, a correspondência termo a termo entre cada símbolo e determinado significado, por exemplo.

Os códigos arquitetônicos na cidade

Um estudo interessante para a arquitetura, incluindo os elementos constitutivos de uma cidade, particularmente quando se fala em código antropológico, é o que se vai encontrar na prossêmica, para a qual o espaço “fala”. As distâncias que interponho com outra pessoa, que comigo mantém um relacionamento qualquer, carregam-se de significados que mudam de cultura para cultura (odores, “tactibilidade”, a percepção do calor alheio). É onde, nesse discurso de sistema comunicativo, o signo arquitetônico-urbanístico articula-se para significar não só um referente físico, mas um significado cultural. Ou melhor, o signo arquitetônico torna-se o significante que “denota” um significado espacial, que é uma função (a possibilidade de estabelecer certa distância), a qual, por sua vez, se torna o significante que “conota” um significado da prossêmica (HALL, 1959).

Essas distâncias não só têm a função de proteger o indivíduo, mas lhe permitir também a comunicação. O espaço pessoal revela, de fato, a posição de cada um, seu sexo, sua personalidade, o tipo de relação que o sujeito está realizando ou deseja entreter, seu grau de satisfação, insatisfação, desagrado, etc. A prossêmica é uma disciplina que estuda o espaço pessoal e o espaço social, e como o homem os percebe (HALL, 1959), para indicar o estudo das relações de vizinhança na comunicação interpessoal.

Voltando aos códigos, tema extremamente importante para o presente trabalho, pode-se acompanhar a acepção de Eco (2001), que deu uma classificação “manualista” aos elementos arquitetônicos e aos gêneros tipológicos, e com ele examinar, não sem propor algumas modificações operacionais às diferentes hipóteses. Assim, serão extraídos os códigos sintáticos, em virtude dos quais a forma da cidade (arquitetônica, com certeza) se dividirá como elementos construtivos (ruas, praças, avenidas, parques, etc.), com uma articulação com caráter absolutamente construtivo; os códigos semânticos, articulados por elementos urbanísticos e arquitetônicos, que denotam funções primárias (calçadas, pavimentação, coberturas, etc.), que conotam funções secundárias simbólicas (vegetação, afastamento entre edificações, pontos de transportes, etc.), ou denotam “caracteres distributivos” (viela, rua, avenida, etc.) e códigos que conotam “ideologias” do hábitat, ou gêneros tipológicos (hospital, hotel, escola, estação).

A transformação da cidade é a história do uso urbano como significado da cidade. Sua vitalidade ensina o que o usuário pensa, deseja, despreza; revela suas escolhas, tendências e seus prazeres. Produzir uma teoria do espaço da cidade, enquanto sistema significa dinamizar:

- a percepção da cidade, como aquela capacidade de gerar informação a partir de cortes seletivos na paisagem;
- a leitura do espaço das cidades que, comparativamente, flagra analogias, convergências e divergências entre os espaços selecionados e o atrito perceptivo;
- a interpretação que, arriscadamente, ousa fazer inferências sobre o desempenho dos espaços da cidade, tendo em vista eventuais interferências sobre ele.

Essa interpretação das características informacionais da cidade constitui a contribuição da semiótica aos estudos das cidades (FERRARA, 2002).

Segundo Peirce (2008), não é possível pensar sem signos. Se cada sentido funciona como elemento caracterizador de percepções determinadas e singulares, cada código cria sua própria sintaxe e maneira de representar. Toda representação é uma codificação do mundo, um simulacro do Universo e, portanto, uma informação diferenciada. Nesse sentido, torna-se óbvio que, para decodificar qualquer sistema, é imprescindível reconhecer o signo e a sintaxe que o identifica (PEIRCE, 2008).

O texto não verbal é, obviamente, um texto que não se concentra nem no espaço característico do verbal escrito, nem na modulação ou no timbre de uma voz, espaço característico do verbal falado ou sonoro, mas um texto que se grava, sobretudo, no espaço da cidade. O texto não verbal é cidadão não só porque se inscreve no espaço, mas porque na multiplicidade significante compõe sua densidade; o espaço da cidade lhe serve de suporte, no mesmo tempo em que é um dos signos que se compõem em semiose com outros (FERRARA, 2002).

Os textos não verbais acompanham as andanças de cada um pela cidade e produzem-se, completam-se, alteram-se no ritmo de seus deslocamentos, motorizados ou não. A cidade é o lugar do texto não verbal. A cidade é transformada em lugar, prática significante na produção de múltiplos significados.

Elaborar o contexto e o usuário, como entidades sociais, econômicas e culturais ao mesmo tempo, supõe apreender o espaço como lugar. Inversamente, apreender o espaço como um dado, ou seja, sem contextualizá-lo processualmente, significa

assimilar o contexto como um lugar onde se agrupam ou se somam espaços sem identidade. Os textos não verbais grafados no espaço da cidade não só o preenchem, como lhe constituem marcas, sinais, pontos de referência que garantem um trânsito informacional da cidade com o usuário e criam, produzem contextualmente os lugares, os “pedaços” citadinos: avenidas, bairros, ruas, zonas, quarteirões. Os textos não verbais qualificam as peculiaridades da cidade e, com isso, a identificam (FERRARA, 2002).

Aqui, ler o não verbal é ler a cidade e criar, para isso, uma estratégia metodológica que deve considerar aspectos múltiplos e simultâneos. Essa estratégia, ao mesmo tempo, orienta a leitura e caracteriza essa forma específica de ler.

A seleção de um uso é o instrumento de que lança mão o usuário para explicitar o significado dos elementos que povoam seu ambiente. Essa carga significativa, sistematizada, poderá ser prevista em um código e utilizada coletivamente. Chama-se repertório a seleção dos usos codificados. O código apresenta, pois, o repertório dos usos que se tornaram significativos, e será tanto mais amplo, sua taxa informacional será tanto mais elevada, quanto maiores forem suas possibilidades expressivas.

Dessa forma, qualquer projeto na cidade deve conter uma ordem, um código, que, colocado no nível do usuário, permite interpretar e selecionar os usos do repertório que lhe está sendo apresentado. A partir da compreensão e/ou apropriação do seu uso, é possível tornar próprios os elementos que compõem seu ambiente urbano. Isso quer dizer, apropriar-se e incorporar, pelo seu modo de entender o ambiente da cidade, novos hábitos, novos costumes e, conseqüentemente, novos usos; isso permite

desenvolver suas possibilidades de opção na escolha desses novos usos.

A hospitalidade *da e na* cidade

As investigações relacionadas com a hospitalidade, no âmbito do espaço das cidades, recorrem a conceitos já consolidados, como o fato de que existe, fundamentalmente, o lugar da hospitalidade que se realiza no acolhimento, no abrigo, no espaço dedicado a viver e a atender às necessidades elementares de alojamento, alimentação e calor humano, nas quais direitos e deveres são claramente explicitados, e se esclarece a finalidade do “refúgio”, resgatada de expressões medievais das “cidades-refúgio”, as *sauvetterres*. Os lugares da hospitalidade são espaços de urbanidade; são locais abertos a “outros” (BAPTISTA, 2008), pois falar de hospitalidade significa levar em conta as implicações da dupla relação humana com o lugar e com o outro.

Ainda, no que se refere a conceitos consolidados, a hospitalidade implica uma relação, uma ligação social e valores de solidariedade e sociabilidade. Implica a partilha de um território, de informação, de palavras, de sabores, de afetos, de direitos e de deveres. Refere-se a práticas de acolhimento e civilidade, que tornam o espaço construído, em particular, um “lugar mais humano”, um lugar “antropológico”, em oposição aos “não lugares”, espaços desprovidos de identidade, de memória e de relacionamento (AUGÉ, 1994).

Para uma reavaliação objetiva de valores, conceitos e categorias de análise da hospitalidade, em espaços das cidades, tais como os já analisados em *A hospitalidade, a cidade e o turismo* (GRINOVER, 2007), a saber, acessibilidade, legibilidade e

identidade, é oportuno discorrer sobre novos temas, como cidadania, por exemplo.

Tem-se a certeza de que não poderá haver hospitalidade em lugares nos quais não se apresente um dos conceitos, dentre os mais antigos da civilização ocidental, como a cidadania. Tema fundamental para entender a hospitalidade como processo socioantropológico em espaços citadinos, não se pode deixar de analisá-lo em seus significados históricos e sociais. Portanto, não há dúvida de que o conceito de cidadania constitui um conceito central da hospitalidade das cidades.

Poucos autores, em suas investigações, trataram da cidadania sob um ponto de vista de hospitalidade da cidade. Reis (1997) identificou alguns aspectos da cidadania, comuns para diferentes perspectivas e abordagens distintas. Em primeiro lugar, registra-se o aspecto histórico; em segundo lugar, há referência à ideia de inclusão *versus* exclusão; em seguida, existe uma tensão permanente entre uma visão de cidadania como “status” e uma visão de cidadania como “identidade”.



Figura 42 – Campo de Siena (Siena, Itália)

Fonte: Acervo de Lucio Grinover (2006).

O referencial histórico é rico em fases, movimentos e transformações ao longo do tempo (Figura 42). É consenso que o conceito de cidadania tem suas origens mais remotas nas antigas religiões, nas quais os seres humanos eram considerados iguais perante alguma divindade. Com os gregos, já estavam incorporados os ideais que remetiam à noção de liberdade, os quais, no contexto da *polis* grega, juntavam-se com a noção de igualdade e adquiriam, ao contrário das religiões antigas, um conteúdo político. A cidadania é claramente um termo associado à vida em sociedade e está intimamente ligada ao desenvolvimento das cidades desde os séculos VII e VIII a.C. Naquele momento, a cidadania considerava cidadão só quem tivesse nascido em terras gregas, podendo este, assim, usufruir de todos os direitos políticos.

Em Roma, a situação não era diferente. A sociedade romana era dominada pelos “patrícios”, os quais detinham a cidadania e os direitos políticos. À plebe, constituída de romanos não nobres e dos estrangeiros, não cabia qualquer tipo de direito, a não ser somente o direito de representação. Mais tarde, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas, que não apenas à política, atingindo os direitos civis e sociais, o que situou a cidadania também no campo jurídico e moral (MARSHALL, 1967).

A Idade Média, com a decadência do Império romano, foi, em termos sociais, econômicos e políticos, um período de transformações e adaptações a uma nova realidade na organização da sociedade. O período medieval, marcado por uma rígida hierarquia social (clero, nobres e servos), viu o desmoronamento das instituições políticas romanas, o fortalecimento do cristianismo e a instituição do feudalismo. Esse sistema configurou-se pela forma piramidal, caracterizada por específicas relações de dependência (vassalagem), cuja cúpula abrangia reis e soberanos, e sua base era formada essencialmente pelo campesinato, e, com o ressurgimento das cidades, pela burguesia.

Na época medieval (Alta Idade Média, século V ao século X), em razão dessa índole hierarquizada das estruturas sociais, diluiu-se o princípio da cidadania: o homem ou era vassalo, ou servo, ou soberano, jamais foi cidadão. Isso perdurou até que se deu a expansão da população, o que propiciou a criação de uma série de novas cidades em todo o mundo ocidental, particularmente no Sudoeste da França, em Portugal e na Espanha, na Itália e em outros países (Baixa Idade Média, séculos XI ao século XVI).

No contexto medieval, após a fundação de inúmeras vilas novas (séculos XII, XIII e XIV), o burguês tornou-se o protótipo do

cidadão. Nessa cultura, da qual o homem do Ocidente ainda é tributário, a ideia de cidadania confundia-se um pouco com o desenvolvimento da própria modernidade.

A transformação do servo em burguês foi uma evolução que encontrou seu modo de ser na criação das cidades novas. Assim, do século X ao XIV, a população da Europa conheceu um crescimento contínuo que foi, justamente, a causa da criação de grande quantidade de cidades, as chamadas vilas novas, e, no Sudoeste francês, foram denominadas *bastides*. A palavra *bastide* designa uma construção, um canteiro, característico das pequenas vilas e das aldeias novas, de formação às vezes espontânea, porém frequentemente mais planejada. Além da forte pressão demográfica, outras causas foram importantes, como o agrupamento de populações sobre os territórios despovoados e sem trabalho fixo.

As primeiras *bastides* foram fundadas entre 1222 e 1229, proporcionando a redação de documentos escritos, a maioria conservada, que deram as informações sobre essas construções. Eram as *chartes de coutumes*, que definiam a extensão e os limites do território da futura *bastide*; o loteamento das terras a serem concedidas aos futuros habitantes; a localização para construir, implantar jardins, plantar e cultivar cereais e, fora do limite da *bastide*, a extensão das terras para cultivos regulares; a concessão de direitos de uso das águas, dos bosques, as regras de construção dos edifícios comuns, as muralhas, os fornos e os moinhos, cujo uso, nesses casos, era reservado para os fundadores. As *chartes* delimitavam suas reservas, sua defesa das famílias, dos “hóspedes”, que vinham de outras terras à procura de refúgio e segurança, para implantar nova vida e novo futuro.

Estabelecida a liberdade aos homens, abolida toda servidão, a *charte* garantia, em nome do rei e dos fundadores, os elementos sociais e jurídicos da retomada do conceito de cidadania. Abandonado desde a queda do Império romano, o conceito era desenvolvido sobre a liberdade e a igualdade dos “hóspedes”, ou habitantes das *bastides*. A partir dessa época, a cidadania consolida-se com a burguesia. A extensão de significado e a importância social, econômica e política chegam até os dias atuais.

Com profundas semelhanças com o Sudoeste francês, o povoamento do território português, no princípio da nacionalidade, foi condicionado por circunstâncias decorrentes da recuperação territorial de um espaço ocupado desde o século VIII por muçulmanos, o estabelecimento das ordens religiosas de Cluny e de Cister, a vinda de cavaleiros francos e a fixação de algumas colônias de estrangeiros.

A vida citadina medieval em Portugal, como no restante da Europa, só apareceu no começo do século XI e desenvolveu-se nos séculos XII, XIII, XIV. A consolidação da fronteira exigia o repovoamento rápido do território, especialmente das regiões distantes do Litoral já povoado. Aos fatores de ordem econômica e militar somaram-se, também, razões de ordem política e administrativa, que favoreceram a fundação de vilas novas.

Com o estabelecimento de direitos e deveres entre o empreendedor (rei, nobreza, ou autoridade eclesiástica) e os moradores das vilas novas (produtores ou mercadores), surgiu o “foral”, que constituiria, nos séculos seguintes, o grande promotor de assentamentos humanos.

O “foral”, diploma que concedia determinados privilégios, sobretudo no campo administrativo e fiscal, e regalias aos habitantes de um território existente ou a ser criado, foi o

instrumento utilizado pelos reis como documento legal. O foral era determinante para assegurar as condições de fixação e prosperidade da comunidade, assim como o aumento de sua área cultivada, pela concessão de maiores liberdades e privilégios aos seus habitantes, num período da história em que as populações estavam sujeitas a um regime de trabalho semiescravo, na qualidade de servos dos senhores feudais. Era um texto que ratificava uma partilha de vantagens entre o rei e uma comunidade. O seu conteúdo abrangia disposições sobre impostos, crimes e obrigações militares, o conjunto de magistrados municipais, a amplitude de suas funções, as penas e os tributos a pagar.

Há outro aspecto a ser analisado: a tensão entre cidadania como *status* e cidadania como *identidade* – ser cidadão é, de maneira geral, ser portador de direitos e obrigações. Porém, de qualquer forma, há outra dimensão, mais valorizada pela teoria sociológica, mas igualmente implícita na teoria política, que é a ideia de que cidadania é uma identidade compartilhada, como são compartilhados, na ideia de hospitalidade, território, abrigo, alimentação e afeto.

Compartilha-se o pertencimento a uma identidade cultural, como já dito, simétrica a uma noção de autoridade do Estado, que garante aos indivíduos direitos porque todos têm essa identidade comum. Há, enfim, a perpétua tensão entre cidadania como repositório de virtudes cívicas e cidadania vista como um contrato fixando direitos e deveres.

As discussões teóricas podem continuar por longo tempo, mas, hoje, conforme salientaram Pinsky e Pinsky (2003), “ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, e gozar de todos os direitos inerentes a um espaço

citadino e à hospitalidade. É também participar dos destinos da sociedade, ser votado, ter direitos políticos”. Estes vão juntos com os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena, portanto, é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos.

Cidadania não é uma definição, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. Esse processo de construção teve seus primórdios tímidos, ainda nos séculos XV, XVI e XVII. Contudo, foi no século XVIII, particularmente com a Revolução Francesa (1789), a Revolução Americana (1776), mais a Revolução Industrial, que a cidadania deslançou de maneira definitiva e estender-se-ia pelos séculos XIX e XX, até os dias atuais. Esses eventos romperam o princípio de legitimidade que vigorava até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão.

Dessa forma, os lugares de cidadania, de acordo com Baptista (2008), são lugares onde a condição universal do ser humano é reconhecida no brilho da singularidade de cada rosto, como traço de subjetividade e de caráter que transcende os limites físicos determinados pela história e pela geografia.

Em linhas gerais, são esses os conceitos que vigoraram e vigoram hoje, no âmbito da cidadania das cidades. É oportuno considerar que há cidades hospitaleiras e cidades inóspitas, onde desigualdades e conflitos marcam a configuração dos espaços que se tornam hostis, ilegíveis, inseguros, narrando histórias de violência e exclusão.

A procura por hospitalidade parece ser a utopia necessária para orientar as pessoas na reversão e superação dessa situação. Afirmar a cidadania, respeitar o meio ambiente, reduzir a desigualdade, e com ela a violência e a exclusão, são pontos fundamentais de uma política de hospitalidade.

A hospitalidade e a urbanidade

Tornou-se claro, no decorrer do presente trabalho, que se pode conceber a cidade como um lugar hospitaleiro, a partir de considerações sobre o fato de que lugares próximos do cidadão são aqueles com os quais ele se identifica; são espaços em que um quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade, por menor que ela seja, sobrepõem-se. Daí vem a primeira forma de identidade, em que a urbanidade torna-se presença indispensável, entendendo-se urbanidade como atributo do meio das cidades de proporcionar interações sociais, diferenciadas e aliadas à preservação ambiental, algo que constitui aspectos importantes das cidades.

Nos estudos e nas investigações, no âmbito da hospitalidade nas cidades, essas inquietações têm consolidado linhas de estudo promissoras que relacionam práticas sociais e hospitalidade à rede de espaços públicos. Estes percorrem os caminhos do pensamento ecológico, de desenvolvimento urbano mais sustentável, relacionando respostas ao planejamento e ao projeto urbano, à procura de uma cidade articulada por uma rede de espaços públicos, densa e carregada de urbanidade. O conceito de urbanidade, aqui desenvolvido, refere-se ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas. Daí, afirma-se que espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros.

Argumenta-se, de acordo com Vinícius Netto (2010), que o conceito de urbanidade, que procura contribuir para o entendimento da natureza do urbano, deve reconhecer o papel da cidade na experiência e na produção da vida social. O autor propôs uma urbanidade associada a um *éthos*, ou estado de civilidade como sendo um horizonte da cidade enquanto expressão e convergência de diferentes formas de vida: a cidade da ética, do convívio, como devir do urbano. Uma noção introdutora de urbanidade desenhou-se acima, relacionada a temas de integração social e da experiência do *outro*, oscilando entre a identificação com o *outro* e a diferenciação do *outro*, sendo que a identidade e a diferença em relação ao “outro” passam pelo reconhecimento do *outro*: reconhecer a mim por meio do reconhecimento das idiossincrasias e diferenças que constituem o *outro* como *outro* (VINÍCIUS NETTO, 2010).

O conhecimento do “outro” é, entretanto, variável e envolve uma simultaneidade de experiências pessoais (VINÍCIUS NETTO, 2010). Fala-se de uma condição cidadã da experiência, do lugar, da urbe na estruturação da experiência, do “ser-no-mundo” e do “ser-com-o-outro”, e sua passagem para as condições materiais da vida social.

A definição de urbanidade passa pela convergência de sociabilidades em certas condições espaciais, em espaços que permitem as tensões entre espaço e social, que sejam suficientes para a emergência da prática e do encontro.

As pessoas vivem em cidades onde o espaço público é cada vez mais inóspito, marcado por grades nas fachadas dos edifícios, por extensos muros contornando condomínios, enormes *shopping centers* e imensos estacionamentos, o que mostra a preocupante falta de urbanidade. Para combater tal situação, deve-se

compartilhar, em princípio, um entendimento do espaço público como lugar de uma cultura fundamentada em valores coletivos, envolvendo diversidade, troca e uma cidade que tenha o espaço como fundo ativo (AGUIAR, 2012). Além disso, falar em urbanidade, segundo o Dicionário Aurélio, implicaria abordar o caráter do urbano, em que urbano é algo relativo ou pertencente ao caráter da cidade; portanto, estar-se-ia falando necessariamente do caráter da cidade. Segundo a mesma fonte, deve-se entender como caráter o conjunto de qualidades, boas ou más, que diferenciam algo ou uma pessoa. Portanto, urbanidade seria, por esse encadeamento conceitual, o conjunto de qualidades, boas ou más, que distinguem uma cidade e, conseqüentemente, a hospitalidade nas cidades. O termo *urbanidade* tem, no entanto, em paralelo, uma definição em sentido figurado que é aplicável à conduta das pessoas, referindo-se a atributos tais como cortesia, delicadeza, polidez, civilidade (AGUIAR, 2012). Uma pessoa cortês e educada seria, assim, um sujeito dotado de urbanidade. Falar de urbanidade significa discorrer sobre a cidade ou sobre um lugar que acolhe ou recebe as pessoas com polidez, com cortesia, com verdadeira hospitalidade.

Torna-se claro, ainda, que a urbanidade é composta por algo que vem da cidade, da rua, do edifício, do espaço que é apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo do indivíduo ou pelo corpo do coletivo. A urbanidade, assim entendida, encontrar-se-ia nesse modo de apropriação da situação pela pessoa, seja na escala do edifício, seja na escala da cidade. A medida da delicadeza, da civilidade, por conseguinte, é demonstrada pela conduta do corpo, individual e coletivo; em sua presença, em sua

ausência, em sua postura. Ou seja, a urbanidade está no modo como essa relação espaço/corpo se materializa.

É possível referir-se à urbanidade, inerente às diferentes escalas do espaço público, a partir do desenho do poste de iluminação, do corrimão da escadaria da praça, passando pelo desenho da calçada, das ruas, dos quarteirões e de bairros inteiros. Cada um desses elementos, vindo de diferentes escalas, traz a sua contribuição para a condição de urbanidade e de hospitalidade, na medida em que cada um deles tem uma qualidade de desenho (veja-se o que se discorreu sobre o “Desenho Universal”) intrínseca, que vem da adequação, melhor ou pior, da sua forma ligada ao corpo, individual ou coletivo. Portanto, a urbanidade é, por definição, uma qualidade da forma ou das formas dos elementos, no interior da cidade; trata-se de algo essencialmente material ainda que referente diretamente ao comportamento e ao bem-estar das pessoas no espaço público (AGUIAR, 2012).

O tema da urbanidade é relativamente recente, no campo da arquitetura e do urbanismo e, particularmente, no âmbito da hospitalidade das cidades. Começou a tomar consistência a partir da segunda metade do século XX, quando se principiou o reconhecimento do fracasso urbanístico do movimento moderno, nos modos como foi definido anteriormente, no momento em que os arquitetos se deram conta de que havia algo errado com as cidades criadas artificialmente nas pranchetas de desenho. Faltava-lhes urbanidade. A partir de então, diversos autores dedicaram-se ao tema.

O trabalho de Jacobs (1969), ainda na década de 60, tornou-se um emblema nessa linha. A crítica de Jacobs concentrava-se predominantemente na perda de diversidade das urbanizações

novas produzidas em grande escala, em comparação com a diversidade das cidades ditas de crescimento natural. Entenda-se por diversidade algo que se encontra na diversidade de gêneros de edificações, de tipos de espaços públicos e de espécies de atividades e, numa dimensão social, na diversidade de tipos humanos, tanto em termos econômicos quanto étnicos.

Por sua vez, Lynch (1997), também mencionado anteriormente, propôs um “modo prazeroso” de olhar a cidade. O cidadão é visto por Lynch como um conjunto de sequências espaciais, nas quais as pessoas e suas atividades são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Apreciar a cidade, por meio da leitura de como edifícios e pessoas conformam, em conjunto, a cena urbana, detecta aquilo que seria a essência do conceito, os elementos físicos que constituem a cidade, incluindo aí seus elementos inertes, os espaços públicos e os edifícios, os elementos animados, as pessoas (e os veículos) que lhe conferem vida (Figura 43).



Figura 43 – Avenida em Osaka (Japão)
Fonte: Acervo de Lucio Grinover (1985).

O visual parece, na obra de Lynch (1997), ser um elemento central na formulação do conceito de urbanidade ora perseguido, ou seja: a condição estrutural de cada um dos espaços da cidade, compondo um todo, isto é, uma rede interconectada. Lynch (1997, p. 3) utilizou, dentre seus conceitos de base, aquele da “legibilidade” ou clareza, que ele definiu como “a facilidade com que as partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas em um modelo coerente na percepção de um observador ou usuário”. Essa clareza ou facilidade de determinada situação da cidade ser lida, referenciada a um todo maior, parece ser o elemento central da condição de urbanidade, e de sua gradação, e da condição de hospitalidade das cidades (1997, p. 3).

Vinte e cinco anos mais tarde, Hillier, no artigo “Space syntax: a different urban perspective” (1983), circunscreveu, de modo mais preciso, os elementos da perdida e ambicionada urbanidade. Logo a condição de urbanidade, para o grupo de Hillier, assenta-se na condição de rede assim expressa por ele, como sendo a organização global do espaço, que atua como um meio, através do qual cidades e áreas citadinas podem se tornar potentes mecanismos capazes de gerar, sustentar e controlar os padrões do movimento das pessoas. Outro elemento da urbanidade de Hillier é a arquitetura, a escala local, o modo como o espaço público é constituído.

Em seu trabalho *Architecture and disjunction* (1994), Bernard Tschumi definiu arquitetura como “o lugar onde espaços e ações se confrontam”. Interessa aqui, nessa busca de formulação dos elementos de urbanidade, a recuperação do conceito de ação para o campo da arquitetura, o que traz consigo a presença do corpo e do movimento. Essa percepção de Tschumi sobre o corpo, como parte da equação arquitetônica, seguiu a linha do conceito de

urbanidade, ora delineado, na sua ambição de incluir espaços e pessoas como protagonistas numa situação relacional.

Em contrapartida, Holanda (2001) conceituou urbanidade como uma condição “simultânea ao espaço físico e a comportamentos humanos”, que se caracterizaria na diversidade de edificações, na existência do maior número de aberturas para lugares públicos, onde se torna evidente a condição de rede.

Ainda no meio em que se vive, Castello (2011, p. 29) viu a urbanidade como uma “qualidade típica e única do ambiente construído [...] uma qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais, conferida às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano público, por meio do intercâmbio e da comunicação de que está imbuído esse ambiente”.

Depreende-se dessas contribuições que a urbanidade está em algo que se origina na cidade, no meio codificado, e é passado, direcionando as pessoas. Esse acolhimento do espaço para o corpo acontece de diferentes modos: na rua do bairro, na rua do centro, no *shopping centers*, no condomínio fechado, na favela, no conjunto habitacional e em toda e qualquer situação citadina.

A urbanidade é, portanto, algo material, palpável, visível; algo que vem da cidade. Outra coisa é o modo como a urbanidade é percebida, lida, sentida, amada, desejada, odiada, demonizada ou ignorada pelas pessoas. Aí entram a cultura, história, origem, vivência, sensibilidade. E mais: une características outras de cada indivíduo que irão determinar o modo como a urbanidade é percebida aqui e acolá. Dessa forma, as principais proposições são as que estabelecem o lugar da cidade no processo de reprodução e integração do social, e apontar “urbanidade”, simultaneamente, como produção e efeito, experiência do urbano e esteio da hospitalidade das e nas cidades.

Capítulo V

À procura de políticas de hospitalidade *das e nas* cidades

Já se escreveu sobre as políticas da hospitalidade (GRINOVER, 2007) que, embora não sejam tão evidentes, estão estritamente relacionadas com as políticas do urbano, do turismo e do desenvolvimento sustentável da cidade. O que se encontra, nos textos atuais, sobre o turismo e a política das cidades perpassa aqueles conceitos, referindo-se à demanda, à oferta e às projeções atuais; é a postura nessa política que estabelece um processo adequado de crescimento: a realidade apresenta-se por meio da dinâmica espacial, econômica e cultural que a caracteriza.

Na virada do século, o que se verificou a respeito de eventuais políticas de hospitalidade foi a orientação de certos governos em transformar as cidades em mercadorias, a fim de alcançar um caminho fácil junto a agências multilaterais, com o propósito de garantir futuros financiamentos para novos projetos. Isso se dá também para um forte grau de identificação dos habitantes com sua cidade, pois, com tais condições, atinge-se um dos objetivos explícitos dos gestores de imagens.

Essas imagens são transmitidas às populações que chegam à cidade de diferentes localidades do território mais próximo, até de lugares fora do país. O que tem de positivo choca-se com a memória dessas populações, pois vir para a cidade grande significa, com certeza, deixar para trás uma cultura que foi herdada, encontrar um espaço que não se ajudou a criar; sua história é estranha e a memória é desconhecida. O passado é outro país. O passado é outro lugar.

Para os migrantes, a memória é inútil. Eles trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criadas em outro lugar. No novo lugar, aquelas experiências não lhes servem para sua luta cotidiana: a nova residência obriga-os a novas trocas e novas hospitalidades.

É evidente a pouca atenção que é dada ao visitante, ao migrante, no que se refere à informação sobre o lugar dos que aí vivem e trabalham; seus hábitos, sua história e suas lendas. Pouco existe que possa estimular o olhar e provocar a curiosidade, permitir e incentivar a descoberta de todo o encanto do lugar.

A informação assemelha-se ao dom. Oferecer e receber informação são mecanismos de hospitalidade. O que se poderia dizer é que essa hospitalidade deveria colocar à disposição do público, do estrangeiro ou do habitante da própria cidade, uma informação gratuita – o dom, de novo por meio de planos simples e eficazes. Essa atitude implica que o dom do conhecimento; a satisfação de necessidades estéticas, dentre outras, é uma metáfora da hospitalidade pública. A hospitalidade pelo dom do conhecimento é uma maneira de garantir o princípio da heterogeneidade da cidade e, sobretudo, a riqueza de sua sociodiversidade. Assim, não existem ainda políticas explícitas em hospitalidade. Entretanto, a dimensão social da hospitalidade, com seu caráter de obrigação, e que hoje se relaciona com o serviço público e a proteção social (habitação social, saúde) ou com o domínio comercial (sistema de hospedagem), já acena a necessidade de instituir certas políticas, que, introduzidas nesse processo, se tornariam parte da política urbana e do acolhimento, no sentido mais amplo do termo.

O acolhimento na cidade

O que se entende por acolhimento, no âmbito de políticas de hospitalidade, é um dos elementos mais característicos do homem, como um dos principais componentes do turismo (só para estreitar mais as ligações entre turismo e hospitalidade), aparecendo implicitamente em todas as composições da viagem, e isso há muito tempo, sendo inerente à arte de receber. É claro que todos são chamados a ampliar a noção de recebimento para um papel mais completo, para uma forma de pensar que constitua uma verdadeira maneira de agir, incluindo as prestações mais imateriais, como serviço, amabilidade, cortesia, personalização e atmosfera.

Daí é necessária uma interpretação do patrimônio natural e cultural, tratado como destaque de lugares de memória; capaz de revelar a identidade desses lugares, de descobrir significado e de trocar emoções, ao invés de apenas passar informações factuais (MURTA; ALBANO, 2005).

Além disso, dentre outros elementos que dão significado à cidade, a arquitetura do espaço de hospitalidade é determinante na estrutura e na organização do acolhimento. A arquitetura de uma cidade, com seus movimentos de gentes e de mercadorias, seus lugares de descanso, parques, jardins, flores, suas lojas, seus diferentes recursos, em breve, tudo o que torna a estada agradável contribui para deixar essa cidade hospitaleira. Vale esclarecer que, quando se fala em movimento, já não como espaço apenas de circulação, mas enquanto lugar-suporte de sociabilidade se está falando da cidade, não em sua materialidade, seus edifícios, ruas, praças, mas em experiência de cidade, dando valor a seus horários de uso e às suas formas de ocupação. Talvez se descubra que, para

determinados horários, seja o espaço do *shopping centers* o que oferece uma experiência interessante. Para outros usuários da cidade, alguns recantos do centro ou dos bairros, como galerias e a proximidade de certos edifícios comerciais ou religiosos, ou de lazer, podem constituir lugares de encontro, de troca e de reconhecimento. Às vezes, um espaço é hostil ou indiferente durante o dia, mas acolhedor à noite; ou vice-versa. No final das contas, essa é a riqueza que caracteriza a experiência nas cidades. Não se pode ler a cidade a partir de um eixo único de entendimento; é preciso variar as “visões” de modo a captar os diferentes padrões culturais que existem, coexistem, contrapõem-se e que estão na base da sociabilidade das cidades.

Dentro dessas visões, destaca-se o sentido geral de patrimônio que se constrói tendo como princípio estrutural os diferentes tipos de elementos que tornam presente o passado e encarnam um sentido de continuidade. Isso corresponde a um processo que acrescenta valor às experiências do visitante, por meio de representações que realcem uma história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Bens provenientes de diferentes temporalidades carregam os traços culturais de seu tempo e os referenciam como passado e presente. Entretanto, é necessário aceitar e agir em conformidade, constatando que cada unidade territorial corresponde a competências, funções e esferas bem delimitadas, com atributos e práticas diferentes que devem ser valorizados. Isso corresponde a um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços da solidariedade e de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados. Fazer parte dessa associação, desse espaço, significa aceitar suas regras, endossar os contratos que unem os indivíduos

e, conseqüentemente, preservar os limites da lei, os limites territoriais e sociais.

Qualidade de vida e hospitalidade

É de se considerar que, com base em diversos estudos, a qualidade da hospitalidade se identificasse com a qualidade de vida (ou vice-versa), pois os requisitos utilizados normalmente para sua caracterização na cidade são os seguintes: habitação, acesso à água e aos sistemas energéticos, coleta e tratamento de resíduos sólidos e dos esgotos, acesso aos serviços de saúde, educação e transporte, mais o sistema de comunicações, a “leitura” do espaço citadino, a identidade do lugar da cidade, a cidadania e a urbanidade.

É necessário, a fim de tentar elaborar uma política para a qualidade de vida e a hospitalidade urbana, conhecer a cidade, perceber e assumir as dificuldades como possibilidades, e não como fatores negativos. Mas o que se entende por qualidade de vida?

Há diversas respostas para esta pergunta. A que satisfiz mais, para as investigações aqui explicitadas, foi o que a Profa. Herculano (2000) propôs: a qualidade de vida como um conceito agregador, interdisciplinar, significando a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas, coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos, para que estes possam realizar suas potencialidades.

Inclui-se, nessa proposta, a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte. Além disso, ela implica a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos de todos, por meio de ações de gestão do território que garantam água, ar

limpo, acesso para as pessoas em geral aos equipamentos coletivos, alimentos saudáveis e espaços naturais urbanos.

Dessa maneira, a qualidade de vida é parte constitutiva dos direitos e deveres de cidadania. Nas décadas de 70 e 80, o autor deste livro estava pessoalmente dedicado a pesquisas relacionadas com o meio ambiente urbano; escrevia, em textos distribuídos aos alunos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que a qualidade de vida identificava-se com a sensação de estar bem, ora dependendo de fatores objetivos e externos, ora de fatores subjetivos e internos. Sem dúvida, nesse quadro de estar bem havia o que se denominava de fatores mínimos e determinantes, como condições básicas de qualidade de vida, a partir das quais surge o “campo de oportunidades” individuais e coletivas. Correspondiam esses aspectos à satisfação dos direitos de cidadania, incluindo a alimentação, saúde física e saúde mental (fatores emocionais), fatores relacionados com a segurança, a garantia de um emprego ou de uma atividade remunerada, fatores relacionados com o reconhecimento social do indivíduo, além de elementos relacionados à educação e à urbanidade.

Outro grupo de fatores à qualidade de vida pode ser relacionado como “demandas”. Parte-se da ideia de que essas demandas são crescentes em função do caráter da economia e da comunicação de massas ao serviço de consumo. O aumento da demanda implica um aumento quantitativo e uma complexidade qualitativa crescente, porém seria mais correto entendê-lo como uma mudança nas preferências. O grau da demanda pode mudar de um fator ao outro em função do grupo social ao qual pertence o indivíduo, ou através do tempo, em decorrência da mudança das

pautas; em ambos os casos, trata-se de resultados de padrões culturais, hábitos e situações que sofrem todas as injustiças típicas dessas mudanças.

Uma reflexão interessante e rica em possíveis avanços foi apresentada por Sen (2008), que definiu qualidade de vida, a partir de dois conceitos: “capacitação” (*capability*), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser; e “funcionalidades” (*functioning*), que representa partes de um estado de uma pessoa – as várias coisas que ela faz ou é. Dessa forma, a qualidade de vida pode ser percebida ou considerada em termos de capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (alimentar-se adequadamente, ter saúde, ter abrigo, etc.) e as que envolvem autorrespeito e integração social (fazer parte da vida da comunidade).

Para Sen (2008) a capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, por meio destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para *ser*; estas oportunidades são dadas pelas realizações coletivas passadas, presentes e futuras.

Como qualidade de vida, a satisfação do desenvolvimento pessoal é uma importante sensação de bem estar. Este está constituído por satisfações sensoriais (perfumes agradáveis, música, paisagens, etc.) que resultam em boa parte do ambiente para a recuperação física e psíquica cotidiana e periódica, e também pela satisfação sexual – que resume aspectos diversos, em função da idade e as pautas culturais do indivíduo.

O bem-estar físico encontra-se, em grande parte, representado pelo fator *conforto*. Este está constituído, em primeiro lugar, pela relação do indivíduo com o ambiente; por isso, são índices de qualidade de vida, o grau de pureza do ar, ou melhor, o grau de “não contaminação” existente, o qual, para o conforto do cidadão, é um fator imprescindível que se vincula ao índice de higiene; o grau de higiene dos lugares públicos, indicando uma qualidade de vida que se vincula à ordem e à serenidade da paisagem circundante.

Dentro desse grupo de fatores, cabe mencionar o fator “silêncio”, de grande importância para a recuperação física (sono), para a recuperação psíquica (recolhimento) e para o sentimento de privacidade. O sensível aumento de ruídos na cidade está ensurdecendo os homens, que hoje já apresentam menor acuidade auditiva do que no passado, e é um fator de tensão e de óbvia falta de conforto. A sensação de conforto implica certa disponibilidade de *espaço*. Sua quantificação ocorre em função dos padrões culturais e, também, em função do número de usuários e de sua idade. O espaço necessário divide-se em parcialmente familiar, quer dizer, dentro da casa, e parcialmente coletivo, ou seja, externo à casa. O grau de conforto será dado pela satisfação de necessidade em áreas livres, áreas verdes e dimensões mínimas de partes comuns; essa satisfação não é meramente quantitativa (relação metro quadrado por habitante), mas está determinada pela qualidade da paisagem.

O índice de conforto verifica-se também em função do tipo de “equipamento”. Novamente, diferencia-se aqui o equipamento familiar, inerente à habitação, e o equipamento externo, coletivo, inerente a um conjunto de habitações. O primeiro grupo está formado pelos aparelhos de televisão e eletrodomésticos, móveis,

etc., trata-se de bens que dependem do nível econômico e do sentimento de “ter coisas”, intensamente estimulado pelas pautas culturais. O valor que se adjudica a esse tipo de equipamento difere conforme a época e os grupos sociais. O equipamento externo está constituído pelos serviços coletivos: pavimentação, rede de águas pluviais, esgotos, águas, luz, telefone, serviços de correio, transporte, coleta de lixo, entrega de jornais, escolas, clubes e comércio disponível. O conforto representado por esse equipamento depende de sua acessibilidade, quer dizer, de sua existência concreta, de sua adequação à disponibilidade financeira dos usuários, de sua distância dentro dos limites do funcional e, particularmente, de seu desenho, recorrendo, na medida de sua adequação, ao que foi apresentado como desenho universal.

Finalmente, também como elemento de conforto, cabe assinalar a “privacidade”. A práxis urbana caracteriza-se pela dialética entre concentração e desconcentração, anonimato na massa e identificação individual, participação coletiva e individualização privada. Os dois polos são necessários e significativos.

O fator “segurança” determina um índice de qualidade de vida muito peculiar: não se trata mais daquela segurança básica (direito ao trabalho); trata-se, em primeiro lugar da preservação da segurança “física” contra a agressão. A essa segurança física soma-se a segurança econômica, que está psicologicamente representada pela “posse de objetos”. Sabe-se que se trata, em parte, de padrões culturais contingentes a uma sociedade que estimula o consumo e a compra; deve-se, porém, admitir também que – além das conhecidas exceções assinaladas pela antropologia cultural – a posse da casa, do cobertor, da mesa, da colher, do

crucifixo, etc. representou, em diversas sociedades, algum grau de segurança objetiva e subjetiva.

Para garantir o bem-estar derivado da segurança, é necessário também facilitar a “orientação visual” do indivíduo no espaço externo que ele utiliza. Nada mais desalentador que a massificação de conjuntos ou setores, cuja monotonia e falta de caracterização impedem a identificação dos pontos de referência.

Outro índice de qualidade de vida é dado, em nível subjetivo, pelo sentimento de realização: esse sentimento pressupõe a existência de projetos prévios, cujo alcance é facilitado ou obstaculizado por condições internas e externas ao indivíduo.

Nesse grupo de fatores, o bem-estar é dado pelo índice de “autoestima”, pela obtenção de *amor* e *reconhecimento* do indivíduo, por parte do grupo ao qual pertence ou no qual atua; esses fatores da qualidade dependem mais das condições intrínsecas do indivíduo do que das condições ambientais.

Liberdade de opções, de movimentos e de informações são outros fatores importantes. Esta última, a informação, é fundamental para o indivíduo, pois dela depende o progresso cultural, o conhecimento e as possibilidades, as mudanças de trabalho, o melhor uso dos equipamentos disponíveis, a ampliação das fronteiras da região de oportunidades do indivíduo.

Finalmente, a liberdade de opções “econômicas” implica, fundamentalmente, a escolha do trabalho (a existência de um só ponto do trabalho numa cidade diminui, obviamente, a qualidade de vida do indivíduo, reduzindo, inclusive, sua segurança básica).

Essa postura leva o sujeito a desvendar os códigos de leitura da cidade, os processos identitários e os elementos que permitem a acessibilidade a todo esse cabedal de experiências, conhecimentos e proposições que podem dar um novo sentido à

cidade contemporânea. Como território e lugar especial para as intervenções de salvaguarda da memória, impõe-se o caminho da transdisciplinaridade. Saberes cruzam-se, experiências são trocadas, sensibilidades ensejam o diálogo em torno de um mesmo tema e objeto: a cidade. O resultado tende a ser um algo mais em termos de intercâmbio de práticas e teorias, permitindo iniciativas extremamente ricas.

Dessas reflexões sobre a qualidade de vida e suas relações estreitas com a hospitalidade, consegue-se verificar o quanto estão imbricadas e interligadas as construções e as disposições práticas e objetivas que implicam, finalmente, a compreensão da cidade contemporânea e o significado de suas categorias de análise: legibilidade, acessibilidade, identidade, corroboradas com cidadania e urbanidade.

Ao realizar-se o desenvolvimento social pleno e da cidadania, dar-se-á aos espaços públicos da cidade, em particular, a possibilidade de ampliar a vivência social das populações das cidades, permitindo o encontro de significados nesses espaços, pois são os lugares privilegiados à: vida coletiva, sociabilização, equidade, ordem pública, cidadania e urbanidade. São os lugares onde se pode exercitar: escolha, liberdade e hospitalidade, onde a interpretação não é um evento em si, mas um processo contínuo que envolve a comunidade com o passado, o presente e o futuro.

Parcerias e estratégias: para uma nova hospitalidade?

Outra hipótese, para a criação de políticas adequadas à hospitalidade, é a parceria entre a administração pública e a sociedade civil, proporcionando a liberação de uma quantidade fantástica de energias transformadoras com que a gestão burocrática e tradicional dos processos administrativos jamais

sonhara. Além disso, mais do que hipótese, é necessário estabelecer e implementar, em todos os setores, um processo de inovação. O conhecimento desse processo é fundamental. Definida de maneira simples e direta, a inovação refere-se à utilização do conhecimento sobre novas formas de produzir, difundir ideias e comercializar bens e serviços.

Faz-se útil identificar um quadro para a ação e uma nova série de iniciativas, no estabelecimento de metas que acompanhem a sustentabilidade em zonas urbanas. Uma iniciativa pode referir-se à gestão urbana, que, com vistas à sustentabilidade urbana, corresponde essencialmente a um processo político. Requer uma série de instrumentos orientados para as dimensões ecológicas, sociais e econômicas, a fim de fornecer a base necessária para a integração, pois a coordenação e a integração serão realizadas por meio da combinação de recursos com uma responsabilidade compartilhada. Continuando, pode-se proporcionar uma reflexão ecossistêmica, mostrando a cidade como um sistema complexo caracterizado por processos contínuos de transformação e desenvolvimento, que localiza aspectos tais como a energia, os recursos naturais e a produção de resíduos como fluxos ou ciclos.

O ecossistema urbano

Dos resultados publicados no relatório do Seminário Regional de Trabalho sobre “Estratégias Ecológicas para Cidades Habitáveis”, realizado em Montevideu (Uruguai) em 1987, subscritos pelo autor deste trabalho como colaborador do texto final, extraem-se os principais conceitos e resultados de pesquisas realizadas em diferentes países, sob a coordenação do programa *Man and biosphere* (MAD) da Unesco, cujo tema permanente

referia-se à cidade como ecossistema. O enfoque ecológico daquele programa propunha que a cidade como outros ecossistemas estivesse envolvida numa estrutura e num funcionamento que incluíssem componentes bióticos e abióticos, o ciclo e a conversão da energia e materiais.

Existe também uma organização espacial e mudanças através do tempo que resultam em padrões de comportamento e distribuição de espécies, dinâmica de população e de comunidades. De toda forma, há certas características que, quando consideradas em conjunto, conferem uma unicidade ao ecossistema das cidades, pois:

- trata-se de um sistema particularmente aberto, como pode ser constatado pelo estudo dos fluxos, interações e intercâmbios, especialmente em relação a outros ecossistemas dos quais depende;
- do ponto de vista da sociedade e da população humana, o ecossistema urbano concentra uma alta produtividade de, entre outros aspectos, informação, conhecimento, criatividade, cultura, tecnologia e indústria, que exporta para outros sistemas;
- do ponto de vista biológico, o ecossistema urbano exibe uma baixa produtividade de energia e materiais e, conseqüentemente, uma grande dependência de seu entorno;
- o ecossistema urbano consome enormes quantidades de energia e, portanto, quantidades consideráveis de materiais;
- os sistemas urbanos produzem uma vultosa quantidade de resíduos, que devem ser metabolizados pelo entorno, o qual, por sua vez, já sofre pelo impacto da demanda de energia e materiais;
- essa dependência, tal padrão de consumo e demanda fazem dos sistemas urbanos e das

grandes cidades, em particular, sistemas instáveis, frágeis e de alta vulnerabilidade, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico;

- não obstante, a característica mais singular do ecossistema urbano é sua qualidade humana, em razão da qual devem ser considerados todos os aspectos inerentes à população humana: culturais, sociais, psicológicos, econômicos, sociopolíticos, etc. Trata-se, em particular, das variáveis intangíveis, difíceis de quantificar, tais como comportamento criativo, sentido de segurança, satisfação no trabalho, sentido de objetivo, considerações estéticas, etc. Descuidar desses aspectos da realidade, tão importantes para a qualidade do ambiente como para a qualidade de experiência humana, pode levar a interpretações e conclusões equivocadas, e, por fim, a um planejamento incorreto e uma gestão mal encaminhada;
- o programa MAB, no âmbito de seu campo de ação sobre estudos ecológicos integrados como base para o planejamento, responde, então, à necessidade de formular enfoques conceituais e metodológicos que reflitam o significado ecológico das cidades, em relação ao impacto que exercem sobre o ambiente natural e, mais especificamente, sobre todo o sistema de produção de alimentos, e que considerem a relação entre o desenvolvimento social e o ambiente, estilos de vida e a saúde e o bem-estar da população humana (UNESCO, PROGRAMA MAN AND THE BIOSPHERE).

É evidente, então, que os esforços devem ser encaminhados para aumentar a eficiência e a autossuficiência das cidades; minimizar o impacto sobre o entorno próximo e distante, com uma constante preocupação pelo fato de que se trata do mais humano dos ecossistemas, quer dizer, feito pelo homem e para o homem.

O programa MAB tem sido pioneiro em reunir grupos de *experts* e grupos de trabalho desde o início dos anos 70, para favorecer, promover e experimentar enfoques conceituais e metodológicos, além de intercâmbio de informação e de pessoas em nível internacional.

O desenvolvimento desse campo de ação revela a sucessão de “gerações” de projetos que começaram com projetos pioneiros implantados no início e em meados da década de 70, dentre os quais se relacionam o de Hong Kong (BOYDEN *et al.*, 1981) e Roma (BONNES, 1987), para citar apenas os mais importantes.

Uma segunda “geração” de projetos foi implementada, procurando aplicar e melhorar os enfoques conceituais e metodológicos obtidos na primeira geração, esforçando-se em obter resultados práticos orientados para a gestão, reunindo Lae (Papua-Nova Guiné), Ciudad Guayana (Venezuela), Bangkok (Tailândia), Cidade do México e Xalapa (México), dentre outros locais.

Uma terceira “geração” de projetos está realizando tentativas com o fim de cumprir os objetivos do MAB, em aspectos, tais como: interdisciplinaridade; integração dos diferentes atores; orientação dos resultados esperados para servir ao planejamento e à gestão; tentativas para obter uma participação ativa do público e, sobretudo, adotar uma orientação eminentemente prática, ao mesmo tempo contribuindo para a evolução dos enfoques conceituais e metodológicos.

Quanto à América Latina, essas atividades de pesquisa, de aplicação e de difusão, realizadas na Argentina, no Brasil, no México, no Paraguai, na Venezuela e no Uruguai, são praticamente as que foram resumidas no seminário regional (1987) e sobre as

quais se reforçam os conceitos de rede, cooperação, intercâmbio e participação.

Uma análise dos projetos MAB 11, desenvolvidos durante a primeira década do programa, e uma análise dos enfoques utilizados em seus trabalhos permitiram identificar várias “entradas” nos marcos conceituais, que poderiam ser mencionados brevemente:

- o estudo dos fluxos energéticos (e de materiais correlatos);
- os estudos das inter-relações entre o sistema das cidades e nas cidades e seu entorno;
- os estudos da percepção ambiental por parte dos diferentes setores da população e dos diferentes atores envolvidos nos mais variados problemas das cidades;
- o estudo das áreas verdes;
- o uso de modelos e a aplicação da análise de sistemas.

“Estudos ecológicos do sistema urbano de São Paulo” era o título do projeto da última *geração*; foi criado no início do ano de 1985, sendo sede a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Como microuniverso de investigação, escolheu-se o distrito de São Miguel Paulista, em torno do qual se propuseram diversas pesquisas, cujos resultados foram publicados em relatórios internos e depositados na biblioteca da FAU-USP. Dentre as pesquisas, podem ser mencionadas as que seguem: “São Miguel Paulista: informação ambiental”; “Controle de qualidade do edifício, do projeto à obra através da avaliação pós-ocupação (APO)”; “O caso das habitações autoconstruídas na periferia do Município de São Paulo”; “Habitação – tecnologia construtiva para

São Miguel Paulista” e “Avaliação de impacto ambiental de implantação de conjuntos habitacionais no meio ambiente urbano”.

Nesse conjunto de investigações, impunha-se o “ir para ver”, ou, ainda mais, a participação, o envolvimento concreto e direto da comunidade científica no bojo da problemática das cidades, no local e nas condições em que tal questão ocorre.

Como conseqüências práticas do projeto, previam-se as seguintes: o oferecimento de alternativas para a atuação política do Poder Público e da iniciativa privada; o intercâmbio de informações entre cientistas de diversas áreas, os planejadores, os administradores e a população, na busca de outros conhecimentos e, sobretudo, novas formas de ação; a formação de recursos humanos, pelo avanço científico/metodológico/tecnológico do conhecimento da realidade.

Uma atividade internacional foi organizada pelo projeto MAB São Paulo, pouco antes de deixarmos a coordenação científica do projeto. Denominava-se “Encontro latino-americano. As cidades latino-americanas num horizonte temporal de 40 anos”. Foi realizado na FAU-USP, em agosto de 1986, sob o patrocínio de *Division of Ecological Science* (Unesco), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e Comissão de Cooperação Internacional (CCINT) da USP; Ministério das Relações Exteriores (MRE) da República Federativa do Brasil; Comissão Brasileira para o Programa “O homem e a biosfera” (Cobramab) da Unesco; Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU); Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema); *United Nations University* (UNU).

Os trabalhos apresentados foram reunidos numa publicação da FAU/USP, de 1986, ainda sob a coordenação do signatário da presente obra.

Soma-se a isso a regulamentação do tráfego e dos transportes. Dentre essas iniciativas deve-se incluir o processo de gestão sustentável, pois é um processo de aprendizagem no âmbito do qual “aprender fazendo”, parcerias de experiências, ensino e formação profissional, trabalho multidisciplinar, consulta e participação da comunidade local e mecanismos educativos inovadores são elementos essenciais.

Novo paradigma?

Ao longo de todo este trabalho, tentou-se caracterizar a hospitalidade das e nas cidades, como um campo científico que propunha novos paradigmas, na medida em que pouco se refletiu até agora sobre o tema da forma e com os conteúdos aqui analisados. Descobriu-se que os paradigmas da hospitalidade formulados pelo conceito *clássico* não se aplicavam mais satisfatoriamente a um campo que se afastava da hospitalidade doméstica e da hospitalidade relacionada à hotelaria. Direta e indiretamente, o estudo da hospitalidade das e nas cidades está questionando as categorias utilizadas na publicação do livro anterior deste autor sobre a matéria (2007); por isso, ampliaram-se as reflexões relacionadas com a acessibilidade, a legibilidade e a identidade; assim, como se acredita que a categoria *cidadania* pode complementar as análises aqui apresentadas sobre a hospitalidade cidadã, incluindo reflexões positivas sobre a urbanidade. Chegou-se, então, a considerar que, no espaço das cidades, a fragmentação do território poderia criar possibilidades de diferentes compreensões da cidade, pelas condições sociais e

culturais de seus intérpretes e usuários, seus agentes, e que, conseqüentemente, poderiam existir tantas hospitalidades quantos fossem os modos de compreender os fenômenos das cidades.

Além de avançar, justamente, no entendimento da hospitalidade urbana, complementando o instrumental até então disponível, era e é propósito deste estudo abrir janelas para novas investigações sobre esse domínio. Se houver concordância com o fato de que a hospitalidade ocorre em lugares definidos e caracterizados pela identidade, pela memória e pelo relacionamento, nos quais agem as novas implicações sociais, culturais, políticas e tecnológicas, começa ela a esclarecer os processos complexos, é verdade, de uma nova correspondência entre a cidade e essas formas diferentes de se dar a hospitalidade.

Embora não diretamente referidos à hospitalidade das e nas cidades, os estudos de Sen (2000) induzem a reflexões apoiadas em conceitos como desenvolvimento, igualdade e justiça, cujos ajustes permitem reconhecer que os agentes, nas economias e nas sociedades modernas, não são iguais. De fato, para quem pensa que o problema da desigualdade está na tradicional tese da distribuição desigual de propriedade, segundo a qual uns são proprietários do capital e outros apenas proprietários de si mesmos, está enganado. A desigualdade, em momento algum, aparece como resultado do processo de acumulação de capital, nem está relacionada a esse contexto.

A concepção de desigualdade situa-se na desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na ausência de condições básicas iguais de existência (acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, etc.), únicos elementos capazes de ser igualados entre indivíduos tão diversos. Apenas a constituição

dessas *liberdades* é capaz de dar às pessoas sua “condição de agentes”, e não de meros receptores, para atuarem livremente e construir seu futuro como desejarem (SEN, 2000).

Assim, consolida-se a ideia de uma visão de propósitos humanos que não se detém no espaço do *ter*, abrangendo o *fazer* e o *ser*. Entretanto, *fazer e ser* são importantes não tanto em si mesmos, mas como indicadores da liberdade efetiva dos indivíduos, o que corresponde à noção de *capacidade*. Assim, a *capacidade* de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos, cuja realização é factível para a pessoa.

Considera-se que todas as reflexões construídas até este momento, mais as colaborações de muitos autores, desde a hospitalidade *clássica* até os conceitos de capacidade e funcionamento, levam à propositura de visões de hospitalidade das cidades diferentes das que se tinha tentado consolidar em trabalhos anteriores sobre o tema.

Verificou-se que, em consequência das transformações que ocorreram na cidade e no urbano, a partir da segunda metade do século passado; dos novos conhecimentos conquistados no âmbito das categorias de análise, nas reflexões sobre a cidade como ecossistema e como território de uma nova sociedade, mais complexa, mais fragmentada, com seus valores culturais do mundo contemporâneo; das experiências que foram adquiridas no viver nas cidades dos últimos decênios, sugerem-se novos parâmetros e uma nova maneira de abordar e entender a hospitalidade das e nas cidades. Portanto, tentando sintetizar os trabalhos conduzidos até agora, sem prejuízo de novas investigações, propõe-se conceituar a hospitalidade como segue nos itens abaixo:

- a hospitalidade das cidades dá-se em um território citadino e urbano;
- existirá a hospitalidade das cidades se certos conceitos e fundamentos encontrarem campo para sua existência, compreensão e possibilidade de constituírem um novo paradigma;
- ela proporciona a leitura desse território por meio de códigos instituídos pela cultura e a percepção dos usuários daquele espaço;
- permite entender os movimentos de mercadorias, pessoas e ideias no espaço das cidades;
- torna possível a identificação da cultura e da história de uma população dotada de cidadania e imbuída de urbanidade;
- descobre e define um sem número de hospitalidades no território das cidades;
- o espaço da hospitalidade nas cidades é o lugar caracterizado pela identidade, pela memória e pelo relacionamento;
- a hospitalidade apoia-se em conceitos a ela pertinentes, como desenvolvimento, igualdade e justiça;
- a hospitalidade apresenta oportunidades de liberdade que são capazes de dar ao usuário da cidade sua condição de “agente”, isto é, de uma pessoa ou um grupo que se refere à realização de objetivos e valores, que têm motivos para buscar, e para atuar livremente na construção de seu futuro;
- a hospitalidade nas cidades deve permitir a expansão da liberdade como fim primordial (papel constitutivo) e principal meio de desenvolvimento (papel instrumental), não se limitando às privações materiais, mas, também, às privações políticas e de direitos civis;
- a hospitalidade torna fundamentais os estados e as atividades aos quais é permitido o acesso das pessoas;
- a hospitalidade abriga a noção normativa mais abrangente de capacidade de uma pessoa, que consiste nas combinações alternativas de

funcionamentos (atividades) cuja realização é fácil para o indivíduo. O funcionamento espelha as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso “ter” ou “fazer” ou “ser”.

Essas reflexões indicam os caminhos que podem e devem ser percorridos nas investigações, a fim de se entender melhor a cidade (espaço físico e as inter-relações socioeconômicas), o urbano (modos de vida urbana, uma sensibilidade e uma cultura vivenciadas como imaginário) e a hospitalidade no mundo global contemporâneo.

Como conclusão provisória, optou-se por assinalar que se alimenta a ideia de que as grandes cidades, longe de se desagregarem, recompõem-se permanentemente e fazem emergir novas centralidades, novos espaços públicos, novas formas de sociabilidade e configurações de cidadania e urbanidade para, na atualidade, readaptar o tecido urbano às novas condicionantes socioeconômicas e às novas formas de hospitalidade.

A procura por hospitalidade, a construção de novos lugares, no sentido da amabilidade, do conforto para a urbanidade, isto é, presença de indivíduos e grupos diferentes no espaço das cidades, parece ser a utopia necessária para orientar e superar uma situação inóspita. Afirmar a cidadania, respeitar o ambiente, reduzir a desigualdade e, com ela, a violência e a exclusão, são elementos fundamentais de uma política de hospitalidade.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGUIAR, Douglas. A urbanidade e a qualidade de vida. *Vitruvius Arquitectos [on-line]*, São Paulo, ano 12, mar. 2012.

ALLIS, Thiago. Experiência de mobilidade turística no espaço público urbano. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. *Turismo de experiência*. São Paulo: Senac, 2010. p. 253-274.

AMENDOLA, Giandomenico. *La città postmoderna: magie e paure della metropoli contemporanea*. Milano: Laterza, 2004.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

ASCHER, François. *Métapolis: ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.

ASCHER, François; ALLEMAND, Silvain; LEVY, Jacques (org.). *Le sens du mouvement: modernités et mobilité*. Paris: Belin, 2004.

ASCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. Trad. e apres. de Nadia Somekn. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BAPTISTA, Isabel. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, Cecília Maria Moraes (coord.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002. p. 157-164.

BAPTISTA, Isabel. Para uma geografia de proximidade humana. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 11-22, 2.sem. 2005.

BAPTISTA, Isabel. *Capacidade ética e desejo metafísico: uma interpelação à razão pedagógica*. Porto: Afrontamento, 2007.

BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano V, n. 2, dez. 2008.

BAREL, Yves. Modernité, code, territoire. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, Paris, n. 10-11, p. 3-21, 1990.

BAREL, Yves. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETTO, Margaritta. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, Mario Carlos. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. *Turismo, Visão e Ação*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 295-305, set./dez. 2004.

BONNES, Mirilia (ed.). *Urban ecology applied to the city of Rome*. Roma: Università La Sapienza, 1987.

BOYDEN, Stephen; MILLAR, Sheelagh; NEWCOMBE, Ken J.; O'NEILL, B. *The ecology of a city and its people: the case of Hong Kong*. Canberra: Australian National University, 1981.

BRUSADIN, Leandro. *Hospitalidade e dádiva*. Curitiba Prisma, 2017.

CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Senac, 2007.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CARCENAC, Antoine-Régis. *Les templiers du Larzac: la commanderie du temple de Sainte-Eulalie-du-Larzac*. Nimes: Lacour-Ollé, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLO, Lineu. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura/urbanismo*. Porto Alegre: Propar/UFRGS, 2011.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, v. 18, p. 67-89, maio 1999.

CORDEIRO, Graça Índias; DE ROUX, Antoine. *Bastides – Villes neuves medievales*. Paris: Rempart/Desclé de Brouwer, 2007.

CORDEIRO, Graça Índias; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. Prefácio. In: AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 9-26.

COSTE, M.; ROUX, Antoine de. *Bastides: villes neuves medievales*. Paris: Rempart/Desclé de Brouwer, 2007.

COMISSÃO BUNDTLAND. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Edit. Da FGV, 1991.

HABA, Juan de la; SANTAMARÍA, Enrique. De la distancia y la hospitalidad: consideraciones sobre la razón espacial. *Athenea Digital*, Barcelona, n. 5, p. 124-134, primavera, 2004. Disponível em: http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/6489/ssoar-athenea-2004-5-santamaria_et_al-de_la_distancia_y_la.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 abr. 2008.

DECANDIA, Lidia. O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea. *Margem*, São Paulo, n. 17, p. 181-195, jun. 2003.

DEHEINZELIN, Lala. *Palestra: Economia criativa, sustentabilidade e oportunidades de futuro*. São Paulo, SP: Universidade Anhembi-Morumbi, 21 ago. 2012.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Leituras sem palavras*. São Paulo: Ática, 2002.

GASTAL, Suzana; KUNZ, Jaciel G. *Hospitalidade e turismo: as virtudes da cidade*, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOTMAN, Anne. Introduction. In: GOTMAN, Anne (dir.). *Villes et hospitalité: les municipalités et leurs étrangers*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004.

GOTMAN, Anne. *Le sens de l'hospitalité*. Paris: PUF, 2001.

GOTMAN, Anne. La question de l'hospitalité aujourd'hui. *Communications*, Paris, v. 65, p. 5-19, 1997.

GRASSI, Marie-Claire. Passer le seuil. In: MONTANDON, Alain (dir.). *Le livre de l'hospitalité*. Paris: Ed. Bayard, 2004.

GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade na perspectiva da cidade contemporânea. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EM HOSPITALIDADE: ROSTOS E LUGARES DE HOSPITALIDADE, 2., 2009, Porto, PT. *Anais [...]* Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2009.

GRINOVER, Lucio. *A cidade à procura da hospitalidade*. São Paulo: Editora Aleph, 2016. E-book.

GRINOVER, Lucio. *Nós, a cidade e a hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2018.

HALL, Edward T. *The silent language*. New York: Doubleday, 1959.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEERS, Jacques. *La ville au Moyen-Âge en Occident*. Paris: Hachette, 2007.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.

HIGOUNET, Charles. *Paysages et villages neufs du Moyen Âge*. Bordeaux: Fédération Historique du Sud-Ouest, 1975.

HILLIER, Bill. Space syntax: a different urban perspective. *Architect's Journal*, v. 178, n. 48, p. 47-63, nov. 1983.

HILLIER, Bill. Cities as movement economies. *Urban Design International*, Hampshire, v. 1, n. 1, p. 41-60, March, 1996.

HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura e urbanidade*. Brasília: FRBH, 2001.

JACOBS, J. *Vita e morte delle grandi città*. Torino: Giulio Einaudi, 1969.

KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2004.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAPEYRONNIE, Didier. La ville en miettes. *Revue du MAUSS* (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales), Paris, n. 14, p. 19-33, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LERNER, Jaime P. A relevância da gestão urbana. In: PINSKY, Jaime (org.). *Brasil, o futuro que queremos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles; SÉBASTIEN, Charles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979. (Ed. bras.: *A condição pós-moderna*). 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese (org.) *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1933.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 425-503.

MAUSS, Marcel. *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Paris: PUF, 2007.

MILON, Alain. *Metrô: uma trans-hospitalidade*. 2011.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTANDON, Alain (org.). *Hospitalités: hier, aujourd'hui, ailleurs*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires; Blaise Pascal, 2004.

MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Senac, 2011b.

MORIN, E. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes 1998.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Trad. de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ODO, Georges; PONS, Claude. *Monflanquin, la bastide*. Monflanquin: Éditions de La MJC de Monflanquin, 1992.

ODO, George; PONS, Claude. *La bastide de Monflanquin*. Monflanquin: Prefeitura de Monflanquin, 2006.

ODO, Georges (org.). *Charte des coutumes de monflanquin: Monflanquin, muse es bastide*, 2008. Do texto original em latim.

PAILO, Alexandra; ALBERGARIA, Henrique; MADALENO, Ana; SANTOS, Lusitano dos. *Vilas medievais planeadas de Portugal*. Coimbra: Ieru, 2007.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Experiência e turismo: uma união possível. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (org.). *Turismo de experiência*. São Paulo: Senac, 2010.

PAVIANI, Jaime. *A função ética e educativa da cidade*, 2005.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. *The experience economy*. Boston: Harvard Business School Press, 1999. [Ed. bras.: *O espetáculo dos negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 1999].

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Europa América, 2009.

PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria E.; ORNSTEIN, Sheila W. (org.). *Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

PREISER, Wolfgang F. E.; OSTROFF, Elaine. Toward universal design evaluation. In: _____. *Universal design handbook*. New York: McGraw Hill, 2001.

PREISER, Wolfgang F. E.; OSTROFF, Elaine. *Universal design handbook*. New York: McGraw Hill, 2001.

PREISER, Wolfgang F. E. Das políticas à prática profissional e à pesquisa de avaliação de desempenho voltadas para o desenho universal. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria E.; ORNSTEIN, Sheila W. (org.). *Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

QUEIROZ, E. de A. *et al.* Acessibilidade psicológica: eliminar barreiras físicas não é suficiente. *Desenho Universal*, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Reinvention de l'hospitalité. *Communications*, Paris, v. 65, n. 65, p. 165-177, 1997.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Patrimônio urbano. *O Estado de S. Paulo: Diário*, São Paulo, 9 jan. 2009.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL JUSTIÇA E CIDADANIA, 1997, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

REVISTA ROSA DOS VENTOS. *Turismo e hospitalidade*, v.11, n 1. DOI <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i1>. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos>.

SANTOS, Gilmar dos. *Aspectos da urbanização no início do século XXI*. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*. São Paulo: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SECCHI, Bernardo. *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). *Economia criativa*. Brasília: Sebrae, 2009.

SEYDOUX, José. *De l'hospitalité à l'accueil*. Denge: Deltaspes, 1983.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: o desafio do turismo cultural. *Centro de Estudos de Antropologia Aplicada*, Porto, 2005. Disponível em: Cea.UFP.PT/turismo3.htm. Acesso em: 16 abr. 2008.

SOARES, Gilmar dos Santos. *Aspectos da urbanização no início do século XXI*. Redefinições do tecido urbano, industrialização e fluxos: uma leitura pelas cidades de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

TSCHUMI, Bernard. *Architecture and disjunction*. Cambridge: The MIT Press, 1994.

VILAÇA, Lis Barros. *Comportamento sócio-espacial de pessoas em movimento: um estudo no calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Natal-RN*. 2008. 188f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências

Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: CCHLA/UFRN, 2008.

VINÍCIUS NETTO, M. A urbanidade como devir do urbano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anparq, 2010.



ISBN 978-65-5807-051-1

